

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:		RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.	
CNPJ:	02.023.195/0001-10	CEP da sede:	78455-000
Endereço da sede:	AVENIDA DAS ACÁCIAS Nº 2205-W – PARQUE DASEMAS – LUCAS DO RIO VERDE – MT		
E-mail de contato:	robinson@dbssystem.com.br		
Serviço executado:	(x) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada 102,3	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:	LUCAS DO RIO VERDE (102,3)	UF:	MT

Eu, **DAVI PARÉ AGUERO**, inscrito no CPF sob o nº 884.574.191-53, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e o formulário constante do ANEXO 2.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA			
Nome da Pessoa Jurídica:		BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.	
CNPJ:	37.796.567/0001-26	CEP da sede:	78455-000
Endereço da sede:	AVENIDA UNIVERSITÁRIA Nº 500 W SALA 02 – BAIRRO PARQUE DASEMAS – LUCAS DO RIO VERDE – MT		
E-mail de contato:	robinson@dbssystem.com.br		

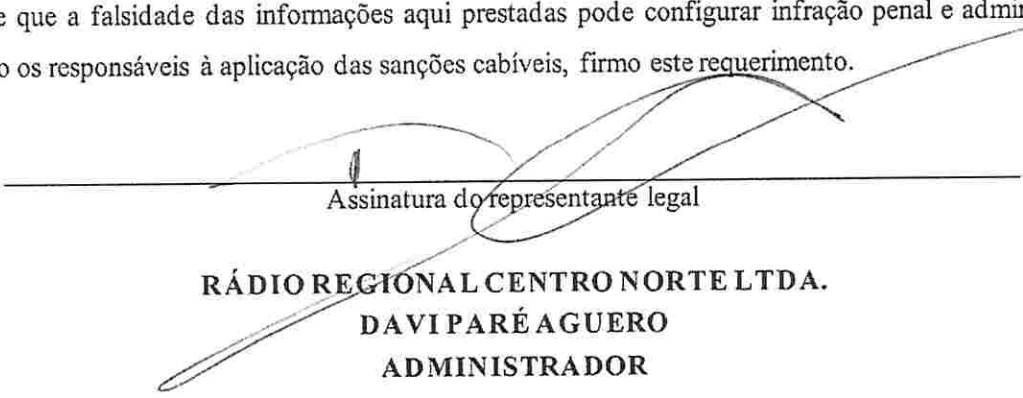


DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (f) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Assinatura do representante legal

RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.
DAVI PARÉ AGUERO
ADMINISTRADOR

De acordo.



[illegible]

ANEXO 1

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
<i>RELATIVOS À CEDENTE</i>	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
<i>RELATIVOS À CESSIONÁRIA</i>	<p>(a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>(b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(e) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(g) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por</p>



	meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.
<i>RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA</i>	(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte.

ATENÇÃO:

1) Na hipótese de a pessoa jurídica Cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2) Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica cessionária, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.



ANEXO 2

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
OLAVO JÚNIOR PIVETTA	26.666	26.666,00
OTAVIANO OLAVO PIVETTA	53.334	53.334,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	CARGO	CPF
DAVI PARÉ AGUERO	ADMINISTRADOR	884.574.191-53

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
MARCOS ANTONIO RIBEIRO	2.000	R\$2.000,00
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	8.000	R\$8.000,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	CARGO	CPF
MARCOS ANTONIO RIBEIRO	SÓCIO – ADMINISTRADOR	487.286.161-20





Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código de Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MTP2000102690

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	090			CONTRATO
---	-----	--	--	----------

		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP
--	--	-----	---	----------------------

LUÇAS DO RIO VERDE

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

20 Julho 2020

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBC055F259258F787C374D882EF8B13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucamat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto, Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/12

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/083.316-2	MTP2000102690	16/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por JÚLIO FREDERICO MULLER NETO Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETARIO GERAL

pág. 2/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo, doravante designadas ("sócios"):

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, solteira, empresária, filha de Leovergílio Rodrigues de Oliveira e Maria Honória da Silva, nascida em 21 de abril de 1960, na cidade de Cuiabá/Mt., portadora da cédula de identidade RG nº 281366-SSP/MT e inscrita no CNPF/MF sob nº 314.030.181-20, residente e domiciliado na Rua Das Imbuías, nº 168, residencial Alphaville, bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso – CEP nº 78.061-314 e,

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, filho de Jair Romão Ribeiro e de Divina Maria Ribeiro, nascido aos 25 de maio de 1974, na cidade de Dom Aquino – Mt., portador da cédula de identidade RG nº 07207131-SSP/MT e inscrito no CNPF/MF sob nº 487.286.161-20, residente e domiciliado na Avenida Jockey Club, nº 474, Jardim Jockey Clube, na cidade de Cuiabá/Mt., CEP nº 78.094-710; sendo que me foi dito:

Resolvem, por este instrumento particular de contrato social, **CONSTITUIR UMA SOCIEDADE EMPRESARIAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DENOMINAÇÃO SOCIAL, PRAZO E SEDE

Cláusula 1ª. **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**, é uma sociedade limitada, que se rege pelas disposições do presente contrato social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis, principalmente as da Lei 10.406/02, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso.

Cláusula 2ª. A Sociedade tem sede na Av Universitária, Nº 500 W, Sala 02, Bairro Parque das Emas, na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso – CEP 78.455-000, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e sucursais em qualquer parte do território nacional..

PRAZO DE DURAÇÃO, OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, com início das atividades a partir do registro da constituição no órgão competente, podendo ser dissolvida ou entrando em liquidação, por acordo dos quotistas ou nos casos determinados em lei, observadas as formalidades legais.

Cláusula 3ª. A Sociedade terá por objeto social:

- I. Atividade Principal – A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus serviços afins e correlatos, auxiliares e anciliares, sempre com finalidades educativas e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão, autorização e serviços de telecomunicações, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em

I



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e Informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

vigor e a prestação de serviços "on line", assim entendidos os serviços de publicidade, veiculação de propagandas e comerciais, anúncios e outros relacionados à prestação de serviços na rede mundial de computadores (Word Wide Web), ou internet, por meio de "site" especializado e personalizado.

- II. Atividade Secundária – Telecomunicação por satélite; Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviço de informação na internet; e, Reprodução de vídeo em qualquer suporte.

CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADES

Cláusula 4ª. O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em dez mil (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que neste ato sua totalidade será integralizado no caixa, em moeda corrente do País, pelos sócios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Sócios	N.º de Quotas	Valor da Participação (R\$)	Porcentagem (%)
Beni Auxiliadora de Oliveira Silva	8.000	8.000,00	80
Marcos Antônio Ribeiro	2.000	2.000,00	20
Total	10.000	10.000,00	100

Parágrafo Único. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 da Lei 10.406/02.

Cláusula 5ª. As quotas sociais são livremente transferíveis entre os próprios sócios, ou qualquer empresa por este controlada direta ou indiretamente pelos mesmos. Quando se tratar de transferência a terceiros, a qualquer título, estranhos ao quadro societário, e somente nestes casos, deverá ser respeitado o direito de preferência dos demais sócios, na exata proporção da participação de cada um no capital social.

Cláusula 6ª. As transferências de quotas serão feitas por alteração deste Contrato Social.

Cláusula 7ª. O capital social poderá ser aumentado ou diminuído, com a correspondente alteração do contrato social, se assim deliberarem os sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Cláusula 8ª. As quotas representativas do capital social são indivisíveis e cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais.

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 9ª. A administração da sociedade será exercida isoladamente por 01 (um) ou mais administradores, sócio(s) ou não sócio(s), designado(s) sempre mediante alteração contratual.

Parágrafo 1º - Ao(s) administrador(es) se confere(m) os poderes e atribuições de administrador, com a responsabilidade de representar ativa e passivamente a

2



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

sociedade, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, podendo praticar todos os atos pertinentes ao objeto social, sempre no interesse da sociedade.

Parágrafo 2º - O mandato de administrador será por prazo indeterminado e a partir da data de nomeação, podendo ser substituído a qualquer momento mediante alteração contratual.

Cláusula 10ª. Sem prejuízo das disposições na cláusula anterior, competirá ao(s) administrador(es) e/ou ao(s) procurador(es) nomeado(s), no exercício de seu(s) mandato(s), agindo isoladamente:

I. A administração dos negócios da sociedade em geral e o desempenho de atos necessários ou convenientes para realizar o objeto social;

II. A representação da sociedade perante Ministérios brasileiros e seus órgãos, quaisquer entidades e instituições públicas ou privadas, órgãos federais, estaduais, municipais, órgãos semigovernamentais, empresas públicas ou de economia mista, instituições financeiras públicas ou privadas, e poderão abrir, movimentar e encerrar contas correntes bancárias e/ou contas de investimentos da sociedade, emitir cheques, efetuar retiradas e depósitos de dinheiro nas contas da sociedade; transferir dinheiro de uma conta corrente e/ou investimento para outras da mesma instituição financeira ou de uma instituição financeira para outra, realizar investimentos ou aplicações financeiras; tomar emprestado, receber valores devidos à sociedade e dar e receber quitação;

III. Representar ativa e passivamente a sociedade em juízo ou fora dele, bem como praticar todos e quaisquer atos de gestão administrativa;

IV. Contratar e demitir empregados e assinar toda e qualquer documentação relativa às áreas trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a nomeação de preposto para consecução dessas tarefas;

V. Desempenhar quaisquer atos, apresentar e assinar quaisquer documentos necessários para o funcionamento regular da sociedade;

VI. Em nome da sociedade, contratar abertura de créditos ou financiamentos para atender seus objetivos sociais com garantias de penhor;

VII. A prática de avais, fianças ou outras garantias às sociedades ligadas, controladas ou controladoras;

VIII. A aquisição e a alienação de bens móveis e imóveis da sociedade, bem como a criação de gravames sobre os mesmos e a concessão de garantias por obrigações de terceiros;

Parágrafo 1º. É vedado o uso de firma para avais, fianças ou outras garantias que não do interesse social.

Parágrafo 2º. Aplica-se a figura do administrador nomeado pelos sócios, conforme determina este contrato, as disposições contidas nos artigos 1.060, 1.061, 1.062, 1.063, 1.064 e 1.065 e demais disposições da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 11ª. Os Administradores da sociedade farão jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será



BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

contabilizada como despesa de administração da sociedade.

Parágrafo Único - A retirada mensal referida no "caput" desta cláusula constará de valor a ser fixado por ocasião da aprovação do balanço contábil do ano anterior ao que será vigente; valendo então para todo o exercício contábil.

Cláusula 12ª. A Sociedade será administrada pelos sócios **BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA e MARCOS ANTONIO RIBEIRO**, em conjunto ou separadamente aos quais caberá o uso da razão social, bem como as atribuições e poderes conferidos em lei, a fim de garantir o seu normal funcionamento, representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhes, entretanto, vedado o empregado em operações estranhas ao objeto da sociedade, especialmente a prestação de aval, fiança e/ou caução de mero favor a terceiros.

Parágrafo Único. Aplica-se a figura do administrador nomeado pelos sócios, conforme determina este contrato, as disposições contidas nos artigos 1.060 a 1.065 e demais disposições da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 13ª. É facultado aos sócios administradores designar procuradores para representar a Sociedade, conforme artigo 1018 do Código Civil, devendo as procurações outorgadas mediante ato de qualquer dos administradores da sociedade e especificar os poderes conferidos reputando-se de um ano o prazo daquelas procurações, e para as procurações com cláusula "ad-judicia" prazo indeterminado.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÕES DE SÓCIOS

Cláusula 14ª. Toda e qualquer decisão sobre os negócios, o destino da sociedade, sua alteração, transformação em outro tipo de sociedade, procedimentos quanto aos resultados de cada exercício, retirada e/ou exclusão de sócio, aumento de capital, cisão, fusão, incorporação, dissolução, liquidação e extinção, bem como daqueles assuntos necessários ao bom andamento da sociedade e dos que ficarem omissos ou não bem esclarecidos neste contrato, serão tomados por votação entre os sócios, prevalecendo, sempre, a decisão que tiver sido defendida e aprovada por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos votos representativos do capital social, em todos os casos, a não ser naqueles que necessitem de quórum especial, neste contrato previsto ou exigível em norma legal, valendo um voto para cada unidade de quota que o sócio possua e que esteja devidamente integralizada.

Cláusula 15ª. Nos termos do Artigo 1.072 do Código Civil, as deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios.

Parágrafo 1º. As reuniões de sócios serão ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo 2º. As reuniões ordinárias ocorrerão anualmente, até o quarto mês após o encerramento do exercício social, nos termos do art. 1.078 da Lei nº 10.406/02, para: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) designar administradores, quando for o caso; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo 3º. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão a qualquer momento,

4

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 6/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA
CONTRATO SOCIAL

sempre que o interesse social assim o exigir.

Parágrafo 4º. - Toda e qualquer reunião ficará dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo 5º. - Nos termos do parágrafo 3º do Artigo 1.072 do Código Civil, as deliberações poderão ainda ser tomadas por meio de documento escrito, dispensando-se a realização da reunião de sócios, quando contar com a assinatura de todos os sócios.

Parágrafo 6º. Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 1.072 do Código Civil, as formalidades para a convocação das reuniões de sócios ficam dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião.

Parágrafo 7º. - As reuniões de sócios instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de sócios representando pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social, e em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 8º. - Ressalvadas as matérias expressamente previstas em lei e neste contrato social, todas as deliberações sociais serão tomadas por sócios representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Cláusula 16ª. As deliberações da sociedade serão tomadas mediante a aprovação de sócios que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade.

Parágrafo 1º. Além da aprovação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, também dependem de "quórum" mínimo para a realização da deliberação dos sócios as matérias especiais abaixo:

- I. do julgamento e da aprovação ou não das contas da administração de sócios e não sócios;
- II. da designação dos administradores sócios, quando feita em ato separado do contrato social;
- III. da destituição de administrador, sócio da empresa;
- IV. da destituição de administrador sócios e não sócios;
- V. da remuneração dos administradores sócios e não sócios;
- VI. da nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VII. do pedido de concordata ou recuperação judicial;
- VIII. houver discussão para a modificação do contrato social;
- IX. houver a incorporação, a fusão, a dissolução da sociedade e a cessação do estado de liquidação.

Cláusula 17ª. A sociedade decide não instalar um Conselho Fiscal.

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.

Cláusula 18ª. O exercício social iniciará no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

5



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162
17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
Julio Frederico Muller Neto
Secretário-Geral

pág. 7/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

Parágrafo 1º. Os sócios decidirão sobre as depreciações e provisões que devam ser feitas a cada ano e sobre o destino dos resultados verificados em cada balanço. Poderão ser levantados balancetes e/ou balanços intermediários, em períodos menores que o de 12 (doze) meses, inclusive para a distribuição antecipada de lucros parciais, que se não forem confirmados no encerramento do exercício, deverão ser repostos pelos sócios, se o fato vier a prejudicar o capital social.

Parágrafo 2º. Se decidido pela distribuição do lucro entre os sócios esta será realizada na exata proporção do capital social que cada um tiver efetivamente integralizado.

Parágrafo 3º. Se apurados prejuízos, serão compensados com reservas e/ou lucros em suspenso ou poderão ser mantidos em conta contábil para efeitos de compensação com reservas e lucros futuros, se outra decisão não for tomada pelos sócios. Os prejuízos serão suportados pelos sócios na proporção do capital social subscrito por cada um, mesmo que não integralizado.

Parágrafo 4º. Os lucros serão distribuídos e os prejuízos suportados pelos sócios, respeitando-se sempre a participação societária sob usufruto.

Parágrafo 5º. Sempre que houver distribuição de lucros, cada usufrutuário individualmente poderá renunciar, total ou parcialmente, ao direito de recebê-lo, ocasião em que os mesmos serão automaticamente creditados aos respectivos sócios.

RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

Cláusula 19ª. Manifestada a intenção por um ou mais sócios de se retirar da sociedade, poderão os sócios que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, optar pela dissolução da sociedade. A decisão de sócios que representam também pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social validará a exclusão do sócio retirante, desde que as condições e os negócios da empresa o permitam.

DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 20ª. A sociedade somente se dissolverá por votos dos sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e nos casos em que norma legal o exija. A sociedade não se dissolverá por eventos de exclusão de sócios, tais como falência, incapacidade, inabilitação, interdição, insolvência, retirada ou morte, continuando com os sócios remanescentes, ou seus herdeiros e sucessores.

Cláusula 21ª. Em caso de dissolução, liquidação e extinção da sociedade, os sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social nomearam o liquidante, que poderá ser um ou mais sócios, ou pessoas indicadas, determinando seus poderes, funções e remuneração. Solvido o passivo, o ativo líquido será dividido entre os sócios, na proporção do capital social que cada um tenha efetivamente realizado.

6

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB123F2EGEBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/033 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/12

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22ª. Todas as deliberações sobre a sociedade serão tomadas entre os sócios, prevalecendo o seu voto conforme os quóruns e qualidade da votação exigidos por este contrato. Nas eventuais omissões do presente contrato a sociedade será regida, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, porém a publicação do Balanço Patrimonial fica dispensada sempre que o número de sócios for inferior a 10 (dez).

Cláusula 23ª. Para todos os efeitos legais, os Sócios e os Administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei n.º 10.406/2002, bem como, não se acham incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei n.º 8.934/94.

Cláusula 24ª. São absolutamente impenhoráveis, nos termos do Art. 833, inciso I, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), a propriedade e o usufruto da totalidade das quotas da sociedade."

Cláusula 25ª. Os sócios declaram sob as penas da Lei que esta sociedade enquadra-se como EMPRESA DE PEQUENO PORTE – (316) nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º, do Art. 3º, da mencionada lei.

Cláusula 26ª. Fica, desde já, eleito o foro da Comarca de Lucas do Rio Verde, Estado do Mato Grosso, para dirimir as questões que porventura surgirem em razão deste contrato social ou das relações entre os sócios, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento digitalmente.

Lucas do Rio Verde, 08 de junho de 2020.

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO

Visto do Advogado:

Antônio Fernando Mancini
OAB/MT 1.581

7

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 9/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/083.316-2	MTP2000102690	16/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
137.407.331-87	ANTONIO FERNANDO MANCINI
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETARIO GERAL

pág. 10/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, de NIRE 5120172470-9 e protocolado sob o número 20/083.316-2 em 17/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51201724709, em 21/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Evelyne Brun De Almeida.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
137.407.331-87	ANTONIO FERNANDO MANCINI

Cuiabá, terça-feira, 21 de julho de 2020

Documento assinado eletronicamente por Evelyne Brun De Almeida, Servidor(a) Público(a), em 21/07/2020, às 09:35 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://www.jucemat.mt.gov.br) informando o número do protocolo 20/083.316-2.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259252F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22vy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 11/12

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá, terça-feira, 21 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13 Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 12/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

51201724709

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MTN2093946808

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
	2001	1		ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
	2005	1		SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

LUCAS DO RIO VERDE

Local

16 Outubro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s).

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
Secretário-Geral

pág. 1/7

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/120.578-5	MTN2093946808	14/10/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, solteira, empresária, filha de Leovergilio Rodrigues de Oliveira e Maria Honória da Silva, nascida em 21 de abril de 1960, na cidade de Cuiabá/MT, portadora da cédula de identidade RG N° 281366-SSP/MT e inscrita no CPF N° 314.030.181-20, residente e domiciliada na Rua Das Imbuías, N° 168, Residencial Alphaville, Bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.061-314;

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, filho de Jair Romão Ribeiro e de Divina Maria Ribeiro, nascido aos 25 de maio de 1974, na cidade de Dom Aquino/MT, portador da cédula de identidade RG N° 07207131-SSP/MT e inscrito no CPF N° 487.286.161-20, residente e domiciliado na Av Jockey Club, N° 474, Bairro Jardim Jockey Clube, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.094-710.

Únicos sócios participantes da sociedade limitada que gira na cidade de Lucas do Rio Verde/MT, sob a denominação social de **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**, devidamente registrada e arquivada na JUCEMAT sob N° 51.201.724.709, por despacho em sessão de 21/07/2020, inscrita no CNPJ sob o N° 37.796.567/0001-26, resolvem pelo presente instrumento, alterar pela primeira vez, o contrato social primitivo, de acordo com as cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira – Admitir na sociedade **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE**, brasileira, solteira, empresária, filha de Zilmar Melatte e Beni Auxiliadora de Oliveira Silva, nascida em 11 de Janeiro de 2002, em Cuiabá/MT, portadora da cédula de identidade RG N° 2658618-5-SEJSP/MT, expedida em 27/03/2012, e inscrita no CPF N° 010.752.081-81, residente e domiciliada à Rua Das Imbuías, N° 168, Residencial Alphaville, Bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.061-314.

Cláusula Segunda - Retira-se da sociedade **BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA** que, com a anuência do sócio **MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO**, vende, cede e transfere à sócia ora admitida **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE**, a totalidade das suas 8.000 (oito mil) quotas pelo preço de R\$8.000,00 (oito mil reais), pago no presente ato em moeda corrente nacional, dando a cedente a sua plena, geral e irrevogável quitação.



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança alfp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Julio Frederico Muller Neto
Julio Frederico Muller Neto
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Cláusula Terceira – Em virtude da mudança no quadro societário, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:-

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM REAIS
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	8.000	RS- 8.000,00
MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO	2.000	RS- 2.000,00
TOTALIZANDO	10.000	RS- 10.000,00

Cláusula Quarta - As cláusulas não tocadas pela presente alteração permanecem em pleno vigor como se acham.

Estando assim justos e contratados, firmam o presente.

Lucas do Rio Verde/MT, 23 de Setembro de 2020

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança a16p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 4/7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/120.578-5	MTN2093946808	14/10/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, de NIRE 5120172470-9 e protocolado sob o número 20/120.578-5 em 14/10/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2302545, em 16/10/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rene Borges De Souza.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Cuiabá, sexta-feira, 16 de outubro de 2020

Documento assinado eletronicamente por Rene Borges De Souza, Servidor(a) Público(a), em 16/10/2020, às 14:26 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://portalservicos.jucemat.mt.gov.br) informando o número do protocolo 20/120.578-5.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCD8F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al8p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
Secretário-Geral

pág 3/7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá, sexta-feira, 16 de outubro de 2020



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança alôp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em: 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	BEMAR COMUNICACOES LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5120172470-9	37.796.567/0001-26	21/07/2020	21/07/2020
Endereço Completo:			
AVENIDA UNIVERSITARIA 500 W SALA 02 - BAIRRO PARQUE DAS EMAS CEP 78455-000 - LUCAS DO RIO VERDE/MT			
Objeto Social:			
EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA E DE SONS E IMAGENS SEUS SERVICOS AFINS E CORRELATOS AUXILIARES E ANCILIARES SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS E INFORMATIVAS CIVICAS E PATRIOTICAS BEM COMO A EXPLORACAO DE CONCESSAO PERMISSAO AUTORIZACAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA EM VIGOR E A PRESTACAO DE SERVICOS ON LINE ASSIM ENTENDIDOS OS SERVICOS DE PUBLICIDADE VEICULACAO DE PROPAGANDAS E COMERCIAIS ANUNCIOS E OUTROS RELACIONADOS A PRESTACAO DE SERVICOS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES WORD WIDE WEB OU INTERNET POR MEIO DE SITE ESPECIALIZADO E PERSONALIZADO TELECOMUNICACAO POR SATELITE PORTAIS PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET E REPRODUCAO DE VIDEO EM QUALQUER SUPORTE			
Capital Social:	R\$ 10.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZ MIL REAIS		EMPRESA PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/06)	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 10.000,00		
DEZ MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Participação
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	xxxxxxx	R\$ 8.000,00
Status: xxxxxxxx		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 16/10/2020		Número: 2302545	
Ato	002 - ALTERACAO		
Evento(s)	2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		

Cuiabá, 29 de Janeiro de 2021 10:53

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000059732 e visualize a certidão)



21/013.159-4





Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ Endereço

NADA MAIS#

Cuiabá, 29 de Janeiro de 2021 10:53


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000059732 e visualize a certidão)



21/013.159-4

Página 2 de 2



Empresa: BEMAR COMUNICACOES LTDA
C.N.P.J.: 37.796.567/0001-26
Insc. Junta Comercial: 51201724709 Data: 27/07/2020
Endereço: Avenida UNIVERSITARIA, 500, SALA 02, PARQUE DAS EMAS, LUCAS DO RIO VERDE/MT, CEP 78455-000
Período: 21/07/2020 a 31/12/2020
Balanco encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0001
Emissão: 09/02/2021
Hora: 10:40:17

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	33.184,73D
ATIVO CIRCULANTE	33.164,73D
DISPONÍVEL	33.164,73D
CAIXA	1.642,70D
Caixa Geral	1.642,70D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.600,00D
Banco Sicredi C/C 873953	6.600,00D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	24.922,03D
SicrediInvest Automático	24.922,03D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	20,00D
INVESTIMENTOS	20,00D
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS	20,00D
Banco Sicredi	20,00D
PASSIVO	33.184,73C
PASSIVO CIRCULANTE	71.625,20C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS	6.625,20C
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	6.510,25C
Pro labore a Pagar	6.510,25C
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	114,95C
INSS a Recolher	114,95C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	65.000,00C
CONTAS A PAGAR	65.000,00C
Zilmar Melatte	65.000,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.440,47D
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	20.000,00C
Capital Social - Beni Auxiliadora de Oliveira Silva	16.000,00C
Capital Social - Marcos Antonio Ribeiro	4.000,00C
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	10.000,00D
(-) Capital a Integralizar	10.000,00D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	48.440,47D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	48.440,47D

LUCAS DO RIO VERDE, 09 de Fevereiro de 2021

MARCOS ANTONIO RIBEIRO
 SOCIO ADMINISTRADOR
 CPF: 487.286.161-20

JOÃO RUBENS WARMLING

- MT sob o No. MT-006557/00-0
 0.269-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Empresa: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
C.N.P.J.: 37.796.567/0001-26
Insc. Junta Comercial: 51201724709 Data: 27/07/2020
Endereço: Avenida UNIVERSITARIA, 500, SALA 02, PARQUE DAS EMAS, LUCAS DO RIO VERDE/MT, CEP 78455-000
Período: 21/07/2020 a 31/12/2020
Balanco encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0002
Emissão: 09/02/2021
Hora: 10:40:17

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
(-) Prejuizos Acumulados	48.440,47D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020, TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO O VALOR DE R\$ 33.184,73 (trinta e três mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos), ESTRUTURADAS CONFORME RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374/2011.

LUCAS DO RIO VERDE, 09 de Fevereiro de 2021

MARCOS ANTONIO RIBEIRO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 487.286.161-20

JOAO RUBENS WARMLING
Reg. no CRC - MT sob o No. MT-006557/OO-0
CPF: 881.800.269-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Empresa: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
C.N.P.J.: 37.796.567/0001-26
Insc. Junta Comercial: 51201724709 Data: 27/07/2020
Endereço: Avenida UNIVERSITARIA, 500, SALA 02, PARQUE DAS EMAS, LUCAS DO RIO VERDE/MT, CEP 78455-000

Folha: 0001
Número livro: 0001
Emissão: 09/02/2021
Hora: 10:41:10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA LÍQUIDA	0,00
LUCRO BRUTO	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(48.324,24)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(48.324,24)
DESPESAS COM PESSOAL	(7.871,06)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(1.546,69)
DESPESAS GERAIS	(38.906,49)
DESPESAS FINANCEIRAS	(266,24)
DESPESAS FINANCEIRAS	(266,24)
RECEITAS FINANCEIRAS	150,01
JUROS E DESCONTOS	150,01
RESULTADO OPERACIONAL	(48.440,47)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	(48.440,47)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(48.440,47)

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;

LUCAS DO RIO VERDE, 09 de Fevereiro de 2021

MARCOS ANTONIO RIBEIRO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 487.286.161-20

JOÃO RUBENS WARMING
Reg. no CRC - MT sob o No. MT-006557/OO-0
CPF: 881.800.269-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO Nº: 5894183

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que revendo os registros, **EM ANDAMENTO**, de distribuições de ações cíveis de FALÊNCIA E CONCORDATA do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, no período de **2 ANOS NÃO CONSTAM** ações em DESFAVOR de **BEMAR COMUNICACOES LTDA**, portador do **CNPJ 37.796.567/0001-26**, até a data de **30/04/2021**.

Observações:

As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: **sec.tjmt.jus.br**, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.

Emitida em 30/04/2021, às 15:29h.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Documento selado eletronicamente sob o número BOO47574.
As informações deste selo podem ser consultadas no link <http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/consolidadigitalexterno.aspx>.
510082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.796.567/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2020
NOME EMPRESARIAL BEMAR COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV UNIVERSITARIA	NÚMERO 500 W	COMPLEMENTO SALA 02	
CEP 78.455-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO WARMLING@TERRA.COM.BR		TELEFONE (65) 3322-5186	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/03/2021 às 12:45:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

37.796.567/0001-26

NOME EMPRESARIAL:

BEMAR COMUNICACOES LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Nome/Nome Empresarial:

MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Qualificação:

22-Sócio



Para obter informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 37.796.567/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:39:50 do dia 25/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/09/2021.

Código de controle da certidão: **8D5D.84F9.A422.E1A1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0032073981

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **30/04/2021** Hora da emissão: **16:13:49**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **29/05/2021**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **T29TKA72TLM7B2AA**





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

AV. AMÉRICA DO SUL, 2500 S - LOT. PARQUE DOS BURITIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 5717/2021

CPF/CNPJ

37.796.567/0001-26

Nome/Razão Social ou Comercial

BEMAR COMUNICACOES LTDA

Residência ou Domicílio Tributário

Rua.....: AV: UNIVERSITARIA, 500-W, SALA 02, CEP - 78455-000

Bairro.....: PARQUE DAS EMAS

Município: LUCAS DO RIO VERDE

Finalidade da Certidão

Diversos

Certifico para que produza os efeitos legais que revendo os arquivos do Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, constatei a **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS**. No entanto, fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar os débitos apurados após a expedição da presente.

Válida Até: 28/05/2021

LUCAS DO RIO VERDE, 28 de Abril de 2021.

Código de Autenticidade: HLCQ2NNNSB

Consulte a autenticidade desta certidão em <http://lucasdoriorverde.famlex.com.br/fam-fax/servlet/hwpcnautcert>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26

Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA

Endereço: AV UNIVERSITARIA 500 W SL 02 / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO
VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2021 a 13/05/2021

Certificação Número: 2021041402432487724761

Informação obtida em 30/04/2021 17:16:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
 CNPJ: 37.796.567/0001-26
 Certidão nº: 10651816/2021
 Expedição: 25/03/2021, às 09:39:11
 Validade: 20/09/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 37.796.567/0001-26, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Maria Eduarda de O. Melatte

CPF: 00000000000

DATA DE EMISSÃO: 27/03/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Maria Eduarda de O. Melatte

CPF: 00000000000

DATA DE EMISSÃO: 27/03/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

MARCOS ANTONIO RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 07207131 SSP MT

CPF: 487.286.161-20

DATA NASCIMENTO: 25/05/1974

PLACAO: JAIR ROMAO RIBEIRO

DIVINA MARIA RIBEIRO

PERMISSÃO: ACC: B

CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 00513219192

VALIDADE: 20/01/2025

1ª HABILITAÇÃO: 05/03/1999

1996015479

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

MARCOS ANTONIO RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 07207131 SSP MT

CPF: 487.286.161-20

DATA NASCIMENTO: 25/05/1974

PLACAO: JAIR ROMAO RIBEIRO

DIVINA MARIA RIBEIRO

PERMISSÃO: ACC: B

CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 00513219192

VALIDADE: 20/01/2025

1ª HABILITAÇÃO: 05/03/1999

1996015479

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

0720713-1

DATA DE
EXPEDIÇÃO

18/06/98

NOME MARCOS ANTONIO RIBEIRO

FILIAÇÃO

JAIR ROMÃO RIBEIRO

DIVINA MARIA RIBEIRO

NATURALIDADE

DOM AQUINO-MT

DATA DE NASCIMENTO

25/05/1974

DOC ORIGEM C. NASC. LIV. 47 FLS. 128
TERM 8916 RONDONÓPOLIS-MT

CPF 487286161-20

Crescência Costa Leite

ASSINATURA

Identificação: 2VIA-043

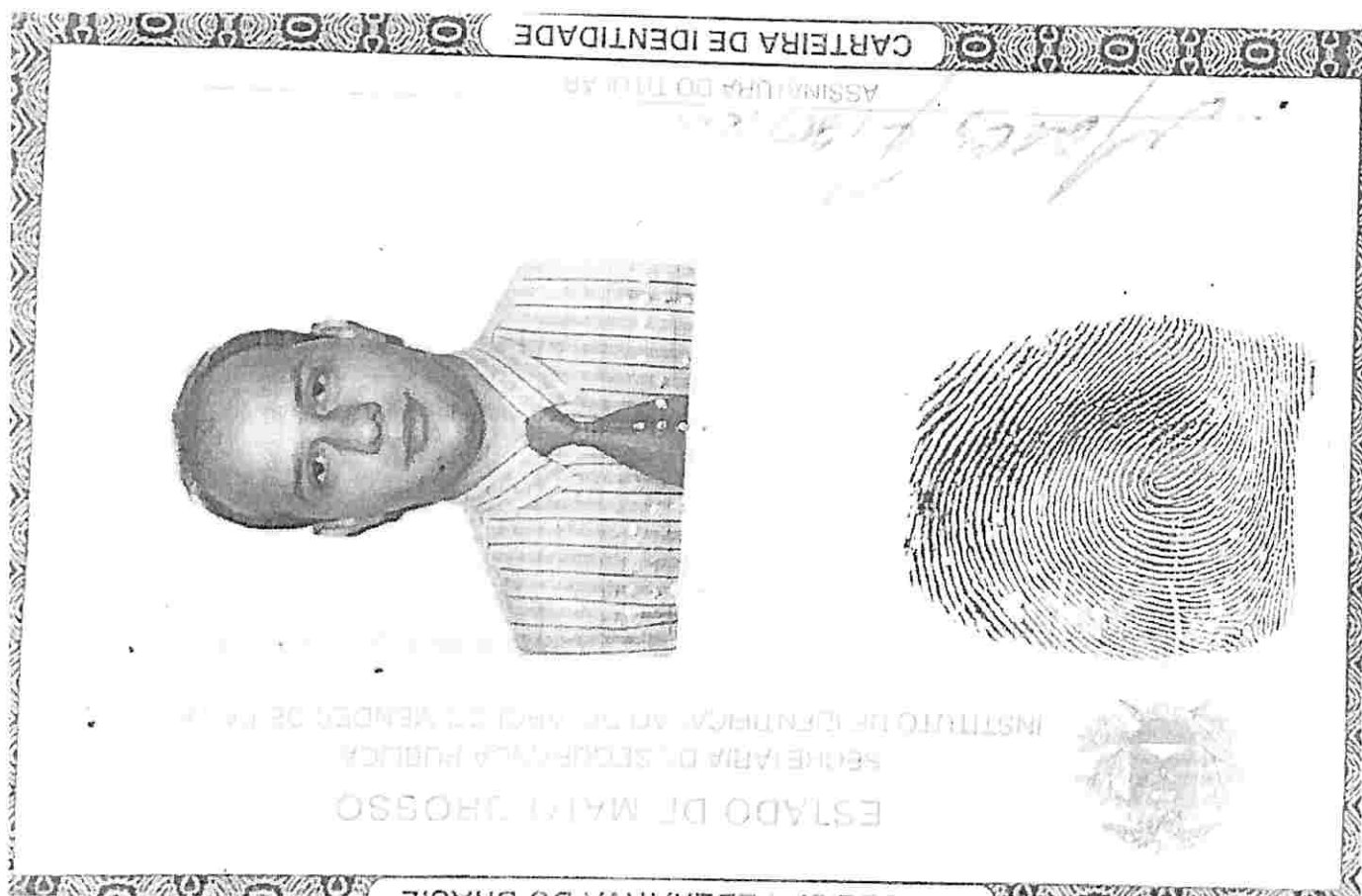
LEI Nº 7 146 DE 29/08/83

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26

Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA

Endereço: AV UNIVERSITARIA 500 W SL 02 / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO
VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2021 a 11/08/2021

Certificação Número: 2021041402432487724761

Informação obtida em 26/05/2021 16:37:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RADIO REGIONAL CENTRO NORT E LTDA - EPP

CNPJ: 02.023.195/0001-10


BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO: 01/1/2020 A 31/12/2020

Saldo atual

ATIVO	1.763.122,61
ATIVO CIRCULANTE	1.323.886,75
DISPONIBILIDADES	138.992,43
CAIXA	54.056,62
BANCOS CONTA MOVIMENTO	42.382,27
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FAF	30.635,04
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS	11.918,50
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	1.184.894,32
CLIENTES NACIONAIS	404.680,53
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	713.386,16
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	42.109,97
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	420,18
MUTUOS A RECEBER	3.925,19
ESTOQUES	6.072,29
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	14.300,00
ALUGUEL ANTECIPADO A APROPRIAR	14.300,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	439.235,86
INVESTIMENTOS	1.867,51
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	1.867,51
IMOBILIZADO	441.317,43
BENS E DIREITOS EM USO	1.060.847,30
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(619.529,87)
ATIVO INTANGÍVEL	0,00
BENS DE NATUREZA INTANGÍVEL	1.600,00
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.600,00)
ATIVO DIFERIDO	(3.949,08)
DESPESAS PRE-OPERACIONAIS	361.070,68
AMORTIZ DE DESPESAS PRE-OPERACIONAIS	(365.019,76)

Davi Pare Agüero
Administador
CPF: 884.574.191-53


Contador: IVAIR NOGUEIRA
CRC/RS: 069109
CPF: 460.154.690-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA - EPP
CNPJ: 02.023.195/0001-10
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCICIO
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

19	RECEITAS	
27	RECEITAS OPERACIONAIS	1.266.279,13
35	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	1.266.279,13
94	RECEITAS COM SERVIÇOS	1.266.279,13
124	DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
167	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
183	PIS S/Vendas e Serviços	-8.419,30
191	COFINS S/Vendas e Serviços	-38.858,29
205	Contribuição Social S/Vendas e Serviços	-14.543,09
1775	RECEITA LÍQUIDA	1.204.458,45
1783	RESULTADO BRUTO	1.204.458,45
850	DESPESAS	1.223.486,68
868	DESPESAS OPERACIONAIS	1.211.239,35
876	DESPESAS TRABALHISTAS	263.858,19
965	ENCARGOS SOCIAIS	73.321,21
1023	DESPESAS GERAIS	874.059,95
1376	DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	7.361,78
1414	JUROS E DESCONTOS	268,72
1996	DESPESAS BANCÁRIAS	7.093,06
1457	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	4.885,55
1465	IMPOSTOS	4.781,42
1520	MULTAS	104,13
264	RECEITAS FINANCEIRAS	1.741,14
353	JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.741,14
1791	RESULTADO OPERACIONAL	-17.287,09
1805	RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	-17.287,09
1694	PROVISÕES P/IMPOSTOS S/LUCRO	-60.760,33
1740	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42
1759	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42

Davi Pare Agüero
 Administador
 CPF: 884.574.191-53


 Contador: IVAIR NOGUEIRA
 CRC/RS: 069109
 CPF: 460.154.690-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA - EPP
CNPJ: 02.023.195/0001-10
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

19	RECEITAS	1.266.279,13
27	RECEITAS OPERACIONAIS	1.266.279,13
35	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	1.266.279,13
94	RECEITAS COM SERVIÇOS	
124	DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
167	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
183	PIS S/Vendas e Serviços	-8.419,30
191	COFINS S/Vendas e Serviços	-38.858,29
205	Contribuição Social S/Vendas e Serviços	-14.543,09
1775	RECEITA LÍQUIDA	1.204.458,45
1783	RESULTADO BRUTO	1.204.458,45
850	DESPESAS	1.223.486,68
868	DESPESAS OPERACIONAIS	1.211.239,35
876	DESPESAS TRABALHISTAS	263.858,19
965	ENCARGOS SOCIAIS	73.321,21
1023	DESPESAS GERAIS	874.059,95
1376	DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	7.361,78
1414	JUROS E DESCONTOS	268,72
1996	DESPESAS BANCÁRIAS	7.093,06
1457	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	4.885,55
1465	IMPOSTOS	4.781,42
1520	MULTAS	104,13
264	RECEITAS FINANCEIRAS	1.741,14
353	JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.741,14
1791	RESULTADO OPERACIONAL	-17.287,09
1805	RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	-17.287,09
1694	PROVISÕES P/IMPOSTOS S/LUCRO	-60.760,33
1740	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42
1759	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42

Davi Pare Agüero
Administrador
CPF: 884.574.191-53


Contador: **IVAIR NOGUEIRA**
CRC/RS: 069109
CPF: 480.154.690-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 51201235601	CNPJ 02.023.195/0001-10	
NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 23
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 61.8A.71.8D.65.B8.F2.96.8F.FD.A1.10.06.50.9C.66.4E.75.46.F8	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02023195000110	RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA:02023195000110	337092839616846820 3	13/08/2020 a 13/08/2021	Sim
Contabilista	46015469072	IVAIR NOGUEIRA:4601546907	201564374882114178 08	29/06/2018 a 29/06/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

61.8A.71.8D.65.B8.F2.96.8F.FD.A1.10.
06.50.9C.66.4E.75.46.F8-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 20/05/2021 às 21:54:00

A8.5E.C9.09.5F.67.99.76
4D.39.A0.1A.52.59.D8.D1

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.



Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei nº 12.472/2012, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

CNPJ: 02.541.328/0001-40

**Av. Mato Grosso, 1912-S, Lucas do Rio Verde-MT
Bairro: Jardim das Palmeiras- CEP: 78455000 - Fone: (65) 3549-2787**

CERTIDÃO Nº: 5915677

Willian Flugge Carvalho, Distribuidor(a) da COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, etc.

Certifico, a requerimento da parte interessada, que consultando nosso banco de dados de processos distribuídos há **3 ANOS**, nos **processos EM ANDAMENTO**, em 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, referentes à ações **cíveis**, verifiquei **CONSTAR** ações em **DESAVOR** de **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA, CNPJ 02.023.195/0001-10**:

Processo: 1004673-03.2020.8.11.0045 (PJE)

Classe: Procedimento Comum Cível

Assuntos: Liminar , Locação de Imóvel

Comarca: Lucas do Rio Verde

Lotação: Primeira Vara Cível

Autores: FABINHO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME e outros.

Réu: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Valor da Causa: R\$ 720.000,00

Situação do Processo: Em Andamento

Data de Distribuição: 08/09/2020

Observações:

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.



m 11/05/2021, às 14:19h.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



**ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0032317112**

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À
SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **26/05/2021** Hora da emissão: **15:45:36**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

**QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE
DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:**

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **24/06/2021**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TA9BTAL29UTTA2MU**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

AV. AMÉRICA DO SUL, 2500 S - LOT. PARQUE DOS BURITIS

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA Nº 4981/2021

CPF/CNPJ

02.023.195/0001-10

Nome/Razão Social ou Comercial

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA - ME

Residência ou Domicílio Tributário

Rua.....: **AV: DAS ACACIAS, 2205 W, , CEP - 78455-000**

Unidade:
[IMOUNIDADE]

Bairro.....: **PARQUE DAS EMAS**

Município: **LUCAS DO RIO VERDE**

Finalidade da Certidão

Diversos

Certifico para que produza os efeitos legais que revendo os arquivos do Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, constatei a **EXISTÊNCIA DE DÉBITOS A VENCER**, estando em dia com os pagamentos das parcelas, fica ressalvado o direito da fazenda pública municipal de inscrever e cobrar os débitos apurados após a expedição da presente.

Válida Até: 02/06/2021

LUCAS DO RIO VERDE, 3 de Maio de 2021.

Código de Autenticidade: BXNMNW6GCE

Consulte a autenticidade desta certidão em <http://lucasdorioverde.famlex.com.br/fam-lex/servlet/hwpcconsautcert>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:39:14 do dia 01/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/07/2021.

Código de controle da certidão: **BBFE.5401.9969.E851**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10

Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/04/2021 a 07/08/2021

Certificação Número: 2021041003013885959954

Informação obtida em 26/05/2021 16:40:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BOA TARDE
ROBINSON DE OLIVEIRASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** menu ajuda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:35:33 do dia 05/05/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/06/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

<https://sistemas.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

05/05/2021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.023.195/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/08/1997
NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DAS ACACIAS	NÚMERO 2205	COMPLEMENTO W
CEP 78.455-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE
UF MT	ENDEREÇO ELETRÔNICO contabilidade@opparticipaces.com.br	
TELEFONE (65) 3549-5443/ (65) 3549-5139		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/05/2021** às **16:47:09** (data e hora de Brasília).


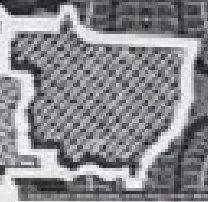
Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

 **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO  **MT**


NOME
DAVI PARE AGUERO


DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1146612 SESP MS

CPF
884.574.191-53

DATA NASCIMENTO
21/07/1981

FILIAÇÃO
ALCIBIADES AGUERO
ELENA PARE AGUERO

PERMISSÃO


ACC



CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
00970659080

VALIDADE
05/01/2022


1ª HABILITAÇÃO
18/11/1999

OBSERVAÇÕES


ASSINATURA DO PORTADOR


LOCAL
LUCAS DO RIO VERDE , MT


DATA EMISSÃO
10/01/2017


Fernando Martin Lopes
Diretor de Habilitação - Detran/MT
ASSINATURA DO EMISSOR

69110151224
MT628474539

MATO GROSSO

DE NATRAN  **CONTRAF**



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1419697932

PROIBIDO PLASTIFICAR
1419697932

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 958 953 DATA DE EXPEDIÇÃO 22.05.92

NOME OLAVO JUNIOR PIVETTA

FILIAÇÃO Otaviano Olavo Pivetta Milena Fatima Brum

Sarandi-RS 12.09.80

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 1025, Liv. 05, Fls. 90

DGC ORIGEM Roraima-RS

CPF

CUIABÁ-MT MARINA CASSEKIRA BASTOS ARRUOA

ASSINATURA DO DIRETOR 05 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDIO MENDES DE PAIVA

20

Assinatura do titular OLAVO JUNIOR PIVETTA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

09 SET 2008

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

09 SET 2008

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

Confere fielmente com o original apresentado. E dou fé. *****

Lucas do Rio Verde-MT, 09 de setembro de 2008

Paulo Henrique Felipetto Malta - Tabelião

Debora Cristina Moreira Malta - Escrev. Substituta

Andrea Beatriz Hasse - Escrev. Autorizada

Marcia Adriana Becker Machado - Escrev. Autorizada

Selo de Autenticidade

ABF 33255

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

912.490.661-15

OLAVO JUNIOR PIVETTA

12/09/1980

16 de NOVEMBRO de 1989

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

AGO/2004

BANCO DO BRASIL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

09 SET 2008

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

09 SET 2008

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

Confere fielmente com o original apresentado. E dou fé. *****

Lucas do Rio Verde-MT, 09 de setembro de 2008

Paulo Henrique Felipetto Malta - Tabelião

Debora Cristina Moreira Malta - Escrev. Substituta

Andrea Beatriz Hasse - Escrev. Autorizada

Marcia Adriana Becker Machado - Escrev. Autorizada

Selo de Autenticidade

ABF 33255

Confere fielmente com a fotocópia apresentada. E dou fé. ***R\$1,80

Lucas do Rio Verde-MT, 03 de fevereiro de 2009

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário

ATOS DE NOTAS E REGISTROS

Selo de Autenticidade

AAD 17859

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

Confere fielmente com a fotocópia apresentada. E dou fé. ***R\$1,80

Lucas do Rio Verde-MT, 24/07/2009 Emol. R\$ 1,80

Paulo Henrique Felipetto Malta - Tabelião

Debora Cristina Moreira Malta - Escrev. Substituta

Marcia Adriana Becker Machado - Escrev. Autorizada

Selo de Autenticidade

AAU 03736



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
DETRAN - MT

095499746

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

DOC. IDENT. 12479330 MT C

NASCIMENTO 10/05/1959 VALIDADE 15/06/2004

AVE TOCANTINS
N. 88 CENTRO
LUCAS DO RIO VERDE MT 78455000

97/66/460

PROIBIDO PLASTIFICAR

4467/40/ST 6667/90/ST 6667/90/ST

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1247933-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/04/97

NOME OTAVIANO OLAVO PIVETTA

FILIAÇÃO TILÍDIO JOSE PIVETTA
MARGARIDA GELMINA FACCHIN PIVETTA

NATURALIDADE CAICARA-RS DATA DE NASCIMENTO 10/05/1959

DOC. ORDEM NASC. LIV. A4 FLS. 145V
TERM 3451 CAICARA-RS

CPF 27 4627730-15

081

CIC

NASCIMENTO 10.05.59

INSCRIÇÃO NO CPF 274 627 730 15

CONTRIBUINTE

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

SIGNATURA DO CONTRIBUINTE

LUCAS DO RIO VERDE CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
RUA SANTA FÉ, 178 - CX. POSTAL 71 - CEP 78455-000 - LUCAS DO RIO VERDE - MT - TEL. (69) 549-1575

Confere fielmente com o original apresentado. E dou fé.*****

L. R. VERDE 11 de dezembro de 2003

Rosa Assako Nomoto Fujii - TABELIA

ARLETE ENGELSRECHT BORGES DE AGUIAR - ESCR. JURAMENTADA SUBSTITUTA

ROSIMARI TOZI DELLA LIBERA - ESCR. JURAM. SUBSTITUTA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE

Confere fielmente com a fotocópia apresentada. E dou fé.*****

Lucas do Rio Verde-MT, 26 de outubro de 2007

RS 1,70



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/06/2024 | Edição: 107 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.311, DE 23 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.010208/2022-20, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.023.195/0001-10, número de inscrição no FISTEL nº 50010415629, a partir de 21 de março de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	F E	V A L O R
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------	-----------------------

0999 RESERVA DE CONTINGENCIA

12.384.358

		OPERACOES ESPECIAIS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
--	--	---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO GUARABIRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 442, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Rádio Guarabira FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE RÁDIO AM FRONTEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO PARDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CARACOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE SÃO BENTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 52, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão FUNDAÇÃO CULTURAL DE JANAÚRA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Janaúra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de julho de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Janaúra para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Janaúra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ARARAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de março de 2002, que outorga concessão à Fundação Educativa Cultural de Araras para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO GILVAN COSTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 31 de janeiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 177/2002)



canal 272

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	021 02 12006
Página:	28 Seção: 1
ANOTADO POR:	Noticia

PORTARIA Nº 792 , DE 28 DE dezembro DE 2000.

OK
f

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.000135/98, Concorrência nº 015/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

02.023.195/0001-10

Rua Amambai, 76 - Centro - Lucas do Rio Verde/MT - CEP.: 78.455-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Todos

Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	
		02023195				(Todos)											
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	02023195000110	RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	50010415629	P	Comercial	FM	230	MT	Lucas do Rio Verde		272		102.3	B1		13
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	02023195000110	RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	50414181280	P	Comercial	FM	230	MT	Lucas do Rio Verde		278		103.5	B1	Principal	13

Id solicitação: 57dbac296ba95

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (65) 3549-5443	E-mail: contabilidade@opparticipaces.com.br
CNPJ: 02.023.195/0001-10	Número do Fistel: 50010415629
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/03/2003	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 21/03/2033	
Observações: DNPV25/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 63.026, DE 09/01/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 11/01/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DAS ACÁCIAS	Complemento:	
Bairro: PARQUE DAS EMAS	Numero: 2205 W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO	Complemento: S - SALA 04	
Bairro: ALVORADA	Numero: 1196	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: S/N	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 272	Frequência: 102.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.4948kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.15.06.28 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323688047	Número Indicativo: ZYT655
Data Último Licenciamento: 08/12/2023	Número da Licença: 53500.105485/2023-57

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 13° 04' 27.98" S	Longitude: 55° 56' 12.98" W	Cota da base: 410.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.95 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS KMP - CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM Anel 4 Elementos	Fabricante: Ideal Antenas Profissionais				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 2.49 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.53	5°: 0.35	10°: 0.17	15°: 0.06	20°: 0	25°: 0.02	30°: 0.08	35°: 0.16	40°: 0.26	45°: 0.36	50°: 0.44	55°: 0.49
60°: 0.53	65°: 0.59	70°: 0.63	75°: 0.64	80°: 0.63	85°: 0.58	90°: 0.53	95°: 0.52	100°: 0.53	105°: 0.53	110°: 0.53	115°: 0.53
120°: 0.53	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.53	160°: 0.53	165°: 0.52	170°: 0.53	175°: 0.58
180°: 0.63	185°: 0.64	190°: 0.63	195°: 0.62	200°: 0.63	205°: 0.67	210°: 0.72	215°: 0.76	220°: 0.81	225°: 0.86	230°: 0.91	235°: 0.95
240°: 1.01	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.26	260°: 1.31	265°: 1.36	270°: 1.41	275°: 1.47	280°: 1.51	285°: 1.52	290°: 1.51	295°: 1.52
300°: 1.51	305°: 1.47	310°: 1.41	315°: 1.37	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.01	340°: 0.91	345°: 0.81	350°: 0.72	355°: 0.64

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.49 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	792	Portaria	MC	28/12/2000	02/01/2001	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005	15/07/2005	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		28/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011	Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013	Multa	Jurídico
9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015	Multa	Jurídico
53500.045429/2017-16	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.015312/2018-81	258	Despacho	ER07	15/05/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53115.010208/2022-20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Dados da Entidade

CNPJ

02023195000110

Buscar

Clique [AQUI](#) para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Nome Fantasia

DDD

65

Telefone

3549-5443

Email para Contato

contabilidade@opparticipaces.com.br

Tipo Usuário

Integral

Tipo Orgão

Adm Privada

Responsável Técnico

CPF

Buscar

Nome Responsável

E-mail

Dados da Outorga

Serviço

FM

Carater

Primário

Fistel

50010415629

Pasta da Entidade

11675

Pasta da Outorga

11784

Validade da Radiofrequência

21/03/2033

Finalidade

Comercial

Ações do documento da Outorga



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anatel.gov.br/se/eapp/forms/b/fm.php?id=57dbac296ba95&wfid=b_radiodifusao_mc_adm&view=0&proc=view&state=FM-C4

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Endereço Correspondência

CEP

78455000

Buscar

Logradouro

AVENIDA MATO GROSSO

Número

1196

Complemento

S - SALA 04

Bairro

ALVORADA

UF

MT

Município

Lucas do Rio Verde

Endereço da Sede

Logradouro

AVENIDA DAS ACÁCIAS

Número

2205 W

Complemento

CEP

78455000

Bairro

PARQUE DAS EMAS

Município

Lucas do Rio Verde

UF

MT

Horário de funcionamento

	Dia início	Dia fim	Hora início	Hora fim

←

 Fechar





Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Estação

Número da Estação
323688047

Indicativo da Estação
ZYT655

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento
17/01/2014

Data Último Licenciamento
13/05/2024

Número da Licença
53500.105485/2023-57

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005

Histórico de Documentos Emitidos

Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DO
649486da5			Ato	ORLE		28/07/20
	9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/20
	9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/20
	9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/20
	9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/20
	9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/20
	53500.045429/20	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/20
	53500.015312/20	258	Despacho	ER07	15/05/2018	
	53115.010208/20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/20

Fechar



Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade:

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Nº FISTEL:

50010415629

Serviço:

230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF:

02023195000110

Situação:

Ativa

Data Validade:

21/03/2013

+

 CADIN:

Não

Incidência FUST:

Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa:

Não

Tipo Usuário:







+

 UF:








MT

Proc. Caducidade:

Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	31/01/2003	R\$ 55.450,00	27/01/2003	55.450,00	55.450,00	<div>0001</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2005	11/09/2005	R\$ 200,00	03/08/2005	200,00	200,00	<div>0002</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
6530	0	2006	20/01/2006	R\$ 55.450,00	20/01/2006	55.450,00	55.450,00	<div>0003</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	16/02/2014	R\$ 2.000,00	17/02/2014	2.000,00	2.000,00	<div>0004</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	0	2013	22/01/2014	R\$ 12.439,24	14/04/2014	15.245,53	15.245,53	<div>0005</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado - DOU	0,00
5370	1	2014	21/06/2014	R\$ 8,85	20/06/2014	8,85	8,85	<div>0006</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 660,00	20/04/2015	701,45	701,45	<div>0007</div> <div> Histórico do Lançamento</div>		
					17/06/2015	9,95	9,95		Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 100,00	20/04/2015	106,28	106,28	<div>0008</div> <div> Histórico do Lançamento</div>		
					17/06/2015	1,52	1,52		Quitado	0,00
1660	0	2015	29/04/2015	R\$ 8.359,17	13/01/2016	10.847,01	10.847,01	<div>0009</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 660,00	30/03/2016	660,00	660,00	<div>0010</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00



10/06/2024, 15:23		SIGEC - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS DA ANATEL - [SIS versão 2.2.61]									
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 100,00	30/03/2016	100,00	100,00	0011	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 660,00	06/03/2017	660,00	660,00	0012	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 100,00	06/03/2017	100,00	100,00	0013	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	06/03/2017	200,00	200,00	0014	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	26/03/2018	660,00	660,00	0015	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	26/03/2018	100,00	100,00	0016	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	23/01/2019	R\$ 2.000,00	15/01/2019	2.000,00	2.000,00	0017	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	15/03/2019	660,00	660,00	0018	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	15/03/2019	100,00	100,00	0019	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	27/03/2020	660,00	660,00	0022	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	20/03/2020	100,00	100,00	0023	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	25/03/2021	660,00	660,00	0024	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	25/03/2021	100,00	100,00	0025	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 660,00	30/03/2022	660,00	660,00	0026	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 100,00	11/04/2022	100,00	100,00	0027	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	30/03/2023	660,00	660,00	0028	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	30/03/2023	100,00	100,00	0029	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » internet teia menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

systemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

http://mteleguadalupe.com.br/assinatura/assinatura.php?assinatura=3761-4cc9-b270-25a24096c0b7

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:00:52



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:01:05





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:01:41





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:02:10





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:02:35





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5120064587-2	02.023.195/0001-10	10/07/1997	10/07/1997
Endereço Completo:			
AVENIDA UNIVERSITARIA 520W SALA 01 - BAIRRO PARQUE DAS EMAS CEP 78466-586 - LUCAS DO RIO VERDE/MT			
Objeto Social:			
EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIO DIFUSAO			
Capital Social:	R\$ 80.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
OITENTA MIL REAIS		EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 80.000,00	(Lei Complementar nº123/06)	
OITENTA MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Participação
825.428.641-87	AUGUSTO BARROS DE MACEDO	xxxxxxx	R\$ xxxxxxx
912.490.661-15	OLAVO JUNIOR PIVETTA	xxxxxxx	R\$ 26.666,00
274.627.730-15	OTAVIANO OLAVO PIVETTA	xxxxxxx	R\$ 53.334,00
030.849.040-14	RODRIGO RUVIARO	xxxxxxx	R\$ xxxxxxx
Status: XXXXXXXX		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 28/07/2023		Número: 2821987	
Ato	002 - ALTERACAO		
Evento(s)	2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)		
	2211 - ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO		
	2015 - ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL		
	2003 - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO		
	2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C240001273622 e visualize a certidão)



24/031.952-4





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ

Endereço

NADA MAIS#

Cuiabá, 27 de Fevereiro de 2024 08:53


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C240001273622 e visualize a certidão)



24/031.952-4

Página 2 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.023.195/0001-10 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 06/08/1997</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV UNIVERSITARIA</div>	<div>NÚMERO 520W</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 01</div>
<div>CEP 78.466-586</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS</div>	<div>MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE</div>
<div>UF MT</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO NF@OPOSITIVOSA.COM.BR</div>	<div>TELEFONE (65) 3365-0060</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/06/2024 às 15:25:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:11:06 do dia 26/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/10/2024.

Código de controle da certidão: **C777.6A92.EB63.0E1E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0050031481

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **10/06/2024** Hora da emissão: **14:30:46**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **08/08/2024**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **T22AKUL2TBABB2T2**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA CNPJ: 02023195000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWBOMYPENBE9EYV1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br>

Lucas do Rio Verde (MT), 09 de Maio de 2024





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:34:59 do dia 10/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/05/2024 a 21/06/2024

Certificação Número: 2024052320480621184291

Informação obtida em 10/06/2024 15:35:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certidão nº: 40418791/2024

Expedição: 10/06/2024, às 15:36:29

Validade: 07/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.023.195/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.796.567/0001-26 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/07/2020</div>
<div>NOME EMPRESARIAL BEMAR COMUNICACOES LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGRO FM</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV DAS ACACIAS</div>	<div>NÚMERO 2205 W</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 02</div>
<div>CEP 78.466-565</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS</div>	<div>MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE</div>
<div>UF MT</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (65) 9983-9857</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/06/2024 às 15:37:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 37.796.567/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 02:37:21 do dia 05/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/11/2024.

Código de controle da certidão: **7184.638E.6E5C.D619**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0050031914

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **10/06/2024** Hora da emissão: **14:46:30**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**

CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **08/08/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **T22BTU22BBA7A2TL**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CNPJ: **37.796.567/0001-26**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:47:30 do dia 10/06/2024 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: AV UNIVERSITARIA 500 W SL 02 / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/06/2024 a 01/07/2024

Certificação Número: 2024060202175495712904

Informação obtida em 10/06/2024 15:48:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.796.567/0001-26
Certidão nº: 40424484/2024
Expedição: 10/06/2024, às 15:48:45
Validade: 07/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.796.567/0001-26**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10340/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À CEDENTE E À CESSIONÁRIA:

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, **preenchido em conjunto** pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado **das declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária**, de que:

- a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: a exigência se mostra necessária tendo em vista a alteração no quadro social da entidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

cedente.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos assinantes.

II - RELATIVO À BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA:

a) Certidão simplificada ou documento equivalente, atualizada, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Obs.: o documento poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos assinantes.

Obs.1: Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.

5. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, na forma do art. 27, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 10/06/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11571925** e o código CRC **C268EBF5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11571925



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20482/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

o (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 10340/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 10/06/2024, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11572159** e o código CRC **AB82FB70**.

Anexos:



Nota Técnica 10340 (11571925)
Inulário (11572017)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20474/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 10340/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 10/06/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11572026** e o código CRC **73ABB165**.

Anexos:



Nota Técnica 10340 (11571925)
Inulário (11572017)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de</p>



DA CESSIONÁRIA	reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE	<p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u></p> <p>a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;</p> <p>b) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>nome da sócia da entidade</i>), de que:</p> <p>b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e</p> <p>b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</p> <p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Anônima:</u></p> <p>a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;</p> <p>b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;</p> <p>c) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>sócia da entidade</i>), de que:</p>



c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I,



alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.





Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

10/06/2024 17:42:53

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
robinson@dbssystem.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Nota_Tecnica_11571925.html
Oficio_11572159.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 37.796.567/0001-26

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

10/06/2024 17:45:39

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
robinson@dbssystem.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Nota_Tecnica_11571925.html
Oficio_11572026.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

10/06/2024 17:47:07

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Nota_Tecnica_11571925.html
Oficio_11572159.html
Oficio_11572026.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

323688047

Indicativo da Estação

ZYT655

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

17/01/2014

Data Último Licenciamento

13/05/2024

Número da Licença

53500.105485/2023-57

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
		▼	▼	

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
9999	314	Portaria ▼	SSCE ▼	12/07/2005

Histórico de Documentos Emitidos

+	Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Dat
x	649486da5			Ato ▼	ORLE ▼		28/11/2023
x		9999	51861	Ato ▼	CMPRL ▼	29/07/2005	02/11/2005
x		9999	55	Portaria ▼	SSCE ▼	14/03/2011	24/03/2011
x		9999	1370	Portaria ▼	MC ▼	13/12/2013	16/12/2013
x		9999	5444	Ato ▼	ER07 ▼	23/05/2014	02/11/2014
x		9999	3905	Portaria ▼	MC ▼	20/03/2015	26/03/2015
x		53500.045429/20	853	Ato ▼	ORLE ▼	13/02/2017	03/11/2017
x		53500.015312/20	258	Despacho ▼	ER07 ▼	15/05/2018	
x		53115.010208/20	13311	Portaria ▼	MC ▼	23/05/2024	06/11/2024

← Fechar

↗ Enviar

↗ Validação





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11756/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

**INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE
COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos. Em resposta, sob o protocolo nº 53115.022881/2024-74, foram acostados documentos.

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA:

- a) Certidão simplificada ou documento equivalente, atualizada, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

Justificativa: documento acostado aos autos diz respeito à Rádio Regional Centro Norte Ltda.

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: não apresentado.

Obs.: o documento poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos assinantes.

Obs.¹: Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 05/07/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11619306** e o código CRC **63ADE3DC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11619306



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 23035/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11756/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 05/07/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11619600** e o código CRC **26201696**.

Anexos:

Nota Técnica 11756 (11619306)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 23036/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11756/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 05/07/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11619606** e o código CRC **F544E31A**.

Anexos:

Nota Técnica 11756 (11619306)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

05/07/2024 12:38:38

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
robinson@dbssystem.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11619600.html
Nota_Tecnica_11619306.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

05/07/2024 12:40:52

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
robinson@dbssystem.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11619606.html
Nota_Tecnica_11619306.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

05/07/2024 12:42:32

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Oficio_11619606.html
Nota_Tecnica_11619306.html
Oficio_11619600.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 27976/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitere-se os termos do Ofício nº 23035/2024/MCOM, (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 11756/2024/SEI-MCOM (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 20/08/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11809931** e o código CRC **C112839A**.

Anexos:



1. Técnica 11756 (11619306)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- Ofício 23035 (11619600)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 27977/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitere-se os termos do Ofício nº 23036/2024/MCOM (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 11756/2024/SEI-MCOM (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 20/08/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11809933** e o código CRC **C6AC5E76**.

Anexos:



3 Técnica 11756 (11619306)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- Ofício 23036 (11619606)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		

Data de Envio:

20/08/2024 11:01:47

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
robinson@dbssystem.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11809931.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 37.796.567/0001-26

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/>		



Data de Envio:

20/08/2024 11:41:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11809933.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

20/08/2024 11:43:31

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Oficio_11809931.html
Oficio_11809933.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

20/08/2024 15:57:06

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
robinson@dbssystem.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. e BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11809933.html
Correspondencia_Eletronica_11810355.html
Nota_Tecnica_11619306.html
Oficio_11809931.html
Oficio_11809933.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MT

Município: Lucas do Rio Verde

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	Lucas do Rio Verde	21/03/2003	21/03/2013

Usuário: - Data: **10/05/2016** Hora: **17:47:45**Registro **1** até **1** de **1** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

26/08/2024 15:44:48

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

"Riciele Milani" <riciele.milani@mcom.gov.br>

Assunto:

Processo n. 53115.014249/2021-12. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RE: Processo n. 53115.014249/2021-12. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 26/08/2024 16:50

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc: Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 26 de agosto de 2024 15:44**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>**Assunto:** Processo n. 53115.014249/2021-12. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkADlZYWFjMGJLTNjZGEtNDkwMS04NGE3LTE4NDIyZTQzZGY1OQAQALF%2F8nQG4%2B5AvNEq...

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:02:37





Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 26/08/2024	Hora: 16:03:04
------------	------------------	----------------





Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 26/08/2024	Hora: 16:03:26
------------	------------------	----------------





Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:03:43





Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:03:59



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL	
Processo nº 53115.014249/2021-12	
Data de protocolização do pedido: 27/05/2021	
Entidade cedente: Rádio Regional Centro Norte Ltda.	C.N.P.J. Nº 02.023.195/0001-10
Entidade cessionária: Bemar Comunicações Ltda.	C.N.P.J. Nº 37.796.567/0001-26
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Fistel nº: 50010415629
Localidade: Lucas do Rio Verde	UF: MT
Situação da Outorga:	(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11566557 () Vencida
Processo de renovação nº 53115.010208/2022-20	Período: 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u></p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u></p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u></p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u></p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u></p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u></p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</u></p>	OK	SEI 11616982
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11571675
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11571690
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11571681
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira.	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11571851



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RELATIVOS À CEDENTE			
REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 2 SEI 11571851 Validade: 23.10.2024
		OK	Estadual: 3 SEI 11571851 Validade: 08.08.2024
		OK	Municipal: 4 SEI 11571851 Validade: 08.06.2024 (Lucas do Rio Verde/MT)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	5/6 SEI 11571851 Validade: 10.07.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11571851 Validade: 23.10.2024
		OK	FGTS: 7 SEI 11571851 Validade: 21.06.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	8 SEI 11571851 Validade: 07.12.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11817380 emitida em 21.08.2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11817382
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	27 SEI 9856658 Validade: 17.05.2022
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	9 SEI 11571851
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 10 SEI 11571851 Validade: 01.11.2024
		OK	Estadual: 11 SEI 11571851 Validade: 08.08.2024
		OK	Municipal: 29 SEI 9856658 Validade: 25.05.2022 (Lucas do Rio Verde/MT)
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	12/13 SEI 11571851 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 10 SEI 11571851 Validade: 01.11.2024
		OK	FGTS: 14 SEI 11571851 Validade: 01.07.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

	RELATIVOS À CESSIONÁRIA		
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	15 SEI 11571851 Validade: 07.12.2024

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de:	Marcos Antônio Ribeiro CPF: 487.286.161-20	OK	40/41 SEI 7496180
i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Maria Eduarda de Oliveira Melatte CPF: 010.752.081-81	OK	39 SEI 7496180

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			
a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

- Relativo à Cedente: certidão simplificada 2024: SEI 11571705 certidão simplificada 2024: SEI 11616983

CONCLUSÃO



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11571875** e o código CRC **8C274C82**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

SEI nº 11571875



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 14970/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:
1. certidão de nascimento ou casamento;
 2. certificado de reservista;
 3. cédula de identidade;
 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
 5. carteira profissional;
 6. carteira de trabalho e previdência social; ou
 7. passaporte;
- d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
- f) prova de inscrição no CNPJ;
- g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
- i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
- k) declaração de que:
1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).
- Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pela repartição competente em 21 de junho de 2024 e em 21 de agosto de 2024 (SEI11616982; SEI11616983 e SEI11817380). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (Págs. 3/4 - SEI 11616982).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria n. 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002 (SEI11571651). A outorga encontra-se vencida desde 2013 (SEI11840753). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM n. 13.311, de 23 de maio de 2024, publicada no dia 6 de junho de 2024, no bojo do processo n. 53115.010208/2022-20, que tratou da renovação da outorga para o período de 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033 (SEI 11566557).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 17 de janeiro de 2014; portanto, a estação encontra-se licenciada há (cinco) anos (SEI 11571675).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11571875). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. A s pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963,alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11571875).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a *execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus serviços afins e correlatos, auxiliares e anciliares sempre com finalidades educativas e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão, autorização e serviços de telecomunicações, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor e a prestação de serviços on line, assim entendidos os serviços de publicidade, veiculação de propagandas e comerciais, anúncios e outros relacionados a prestação de serviços na rede mundial de computadores word wide web ou internet por meio de site especializado e personalizado telecomunicação por satélite, portais, provedores de conteúdo e outros serviço de informão na internet e reprodução de vídeo em qualquer suporte* (SEI 11817380).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 21 de agosto de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11817380):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Marcos Antônio Ribeiro	2.000	2.000,00
Maria Eduarda de Oliveira Melatte	8.000	8.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Marcos Antônio Ribeiro	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e os sócios e administrador não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 26 de agosto de 2024 (SEI 11840793), a saber:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11840793).

19. A pessoa jurídica cessionária carreu, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11571875).

20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

21. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11840716). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11840719):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681).

23. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 20474/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI11571925 e SEI11572026). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11840732).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI11840732) e de Exposição de Motivos (SEI 11840734), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 16 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subseqüentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840728** e o código CRC **4CAEE3C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11840728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 14970/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º , resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 02.023.195/0001-10, por meio Portaria n.º 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Bemar Comunicações Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840732** e o código CRC **FEB5C16B**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11840732

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na nº 14970/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840734** e o código CRC **194EEEE4**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº14970 /2024/SEI-MCOM (11840728)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM (11840728), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11903234** e o código CRC **E044A1AA**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11903234



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **transferência direta de titularidade de outorga para a exploração de serviço radiodifusão sonora em frequência modulada** na localidade de **Lucas do Rio Verde/MT**, vinculado ao FISTEL nº 50010415629 entre as entidades **RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.** (CNPJ nº 02.023.195/0001-10), na qualidade de cedente, e **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.** (CNPJ nº 37.796.567/0001-26), na qualidade de cessionária.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (**SEI-11616982**).

3. N a **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI- 11840728)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

21. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11840716). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11840719):

'que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.'

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681).

23. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

acompanhou o Ofício nº 20474/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11571925 e SEI 11572026). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11840732).

2 4 . Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963."

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-11840732)** e de **Exposição de Motivos (SEI-11840734)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

11. É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

12. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

14. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

15. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

17. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

18. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

19. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

20. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 [II](#), caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

21. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

- b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:
1. certidão de nascimento ou casamento;
2. certificado de reservista;
3. cédula de identidade;
4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
5. carteira profissional;
6. carteira de trabalho e previdência social; ou
7. passaporte;
d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
f) prova de inscrição no CNPJ;
g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
k) declaração de que:
1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

22. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

23. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

24. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

25. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11616982). Nesse ato, a cedente foi representada por **AUGUSTO BARROS DE MACEDO**, enquanto a cessionária foi representada por **MARCOS ANTONIO RIBEIRO**.

26. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11571705 e SEI-11616983-cessionária), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na ação^[4].

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



27. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

28. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

"10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 17 de janeiro de 2014; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11571675)."

29. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

30. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma NOTA TÉCNICA:

"8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria n. 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002 (SEI 11571651). A outorga encontra-se vencida desde 2013 (SEI 11840753). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM n. 13.311, de 23 de maio de 2024, publicada no dia 6 de junho de 2024, no bojo do processo n. 53115.010208/2022-20, que tratou da renovação da outorga para o período de 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033 (SEI 11566557).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação."

31. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (**SEI-11571851, fls. 9**) e da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11817380**), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

32. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na citada **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

"18. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11840793).

19. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11571875)."

33. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (**SEI-7496180, fls. 40-41**) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11817380**) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

34. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

35. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a exigências:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



III.3. - Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 1)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 2) Validade: 23.10.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 3) Validade: 08.08.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 4) Validade: 08.06.2024
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 5-6) Validade: 10.07.2024
(VI) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido INSS (SEI 11571851, fls. 2) Validade: 23.10.2024 FGTS (SEI 11571851, fls. 7) Validade: 21.06.2024
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 8) Validade: 07.12.2024

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11817380)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 7496180, fls. 40-41)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11817382)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 27) Validade: 17.05.2022
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 27) Validade: 17.05.2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 9)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 10) Validade: 01.11.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 11) Validade: 08.08.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 29) Validade: 25.05.2022 (Lucas do Rio Verde/MT)
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 12-13)
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido INSS (SEI 11571851, 10) Validade: 01.11.2024 FGTS (SEI 11571851, fls. 14) Validade: 01.07.2024
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 15) Validade: 07.12.2024
(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.	Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11616982)

36. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

37. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da supracitada **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:



"22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681)."

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

38. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-11840732**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

39. A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-11840734**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

IV - CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 36 deste Parecer.

41. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

42. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

43. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

Notas

1. [^] Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
2. [^] Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
3. [^] A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
4. [^] Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

À consideração superior.

Brasília, 29 de outubro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1737081621 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-10-2024 15:08. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que foi outorgada à entidade Rádio Regional Centro Norte Ltda (cedente) para a entidade Bemar Comunicações Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no item 36, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda tropical, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1740588990 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-10-2024 14:45. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIOCOMUNICAÇÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

1. Aprovo o PARECER n. 653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1740819312 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-10-2024 17:19. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.014249/2021-12**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU11970847), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 04/11/2024, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11970944** e o código CRC **E46D5FA0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11970944



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.014249/2021-12

Referência: Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Interessado: Rádio Regional Centro Norte Ltda e da Bemar Comunicações Ltda.

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conj. Devolução dos autos.

À CGPO,

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847), e providências cabíveis.

Brasília, 04 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 04/11/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11973876** e o código CRC **7267630F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11973876



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.023.195/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/08/1997
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE EPP
-------------------------------------------------------	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV UNIVERSITARIA	NÚMERO 520W	COMPLEMENTO SALA 01
---------------------------------------	-----------------------	-------------------------------

CEP 78.466-586	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE	UF MT
--------------------------	-------------------------------------------	----------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO NF@OPOSITIVOSA.COM.BR	TELEFONE (65) 3365-0060
-----------------------------------------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2005
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/11/2024** às **11:55:10** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:58:54 do dia 03/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2025.

Código de controle da certidão: **9B76.0C8A.B1DD.8C96**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0053705211

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **12/11/2024** Hora da emissão: **13:14:12**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **10/01/2025**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TMATTU92TA29T2UB**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:24:56 do dia 12/11/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/12/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://ltda1neg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/11/2024 a 09/12/2024

Certificação Número: 2024111003210621184292

Informação obtida em 12/11/2024 14:25:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrff/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camda.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.796.567/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/07/2020
NOME EMPRESARIAL BEMAR COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGRO FM			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV DAS ACACIAS	NÚMERO 2205 W	COMPLEMENTO SALA 02	
CEP 78.466-565	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR		TELEFONE (65) 9983-9857	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/11/2024** às **14:26:08** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 37.796.567/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:06:03 do dia 25/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2025.

Código de controle da certidão: **48A7.ECF6.AFFC.FFC0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0053705545

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **12/11/2024** Hora da emissão: **13:28:00**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**

CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **10/01/2025**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TMA9BU22UA2U22UK**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CNPJ: **37.796.567/0001-26**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:28:42 do dia 12/11/2024 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: - AV DAS ACACIAS - / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78466-565

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/11/2024 a 01/12/2024

Certificação Número: 2024110202505495712908

Informação obtida em 12/11/2024 14:29:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrff/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 12/11/2024 Hora: 14:32:26





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:32:44
------------	------------------	----------------





Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Marcos Antônio Ribeiro

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 12/11/2024 Hora: 14:33:11





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:33:35
------------	------------------	----------------





Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Maria Eduarda de Oliveira Melatte

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:34:00
------------	------------------	----------------





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19392/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. Através da Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11840728; SEI 11903234 e SEI 11970847).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverá ser encaminhado o seguinte documento:

I - RELATIVO À RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA E À BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da sociedade;

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 10 (dez) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 12/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988516** e o código CRC **34FDE933**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988516



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 36676/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 19392/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**
 - a) Acessar a página do SEI-MCom https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
 - b) Após realização do *login*, escolher o tipo de solicitação "Petição Inter corrente";
 - c) Inserir o número do processo no qual deseja complementar informações e anexar os documentos necessários;
 - d) Conferir os dados e concluir o petição inter corrente.
3. Caso não possua cadastro, é possível solicitá-lo por meio do link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-usuario-externo-no-sei-do-ministerio-das-comunicacoes>, seguindo as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom>. Salienta-se que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de petição eletrônico no MCom.
4. **Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.**
5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 12/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988568** e o código CRC **B1452210**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988568



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 36677/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

- Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 19392/2024/SEI-MCOMcom vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
- A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**
 - Acessar a página do SEI-MCom https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
 - Após realização do *login*, escolher o tipo de solicitação "Petição Inter corrente";
 - Inserir o número do processo no qual deseja complementar informações e anexar os documentos necessários;
 - Conferir os dados e concluir o petição inter corrente.
- Caso não possua cadastro, é possível solicitá-lo por meio do link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-usuario-externo-no-sei-do-ministerio-das-comunicacoes>, seguindo as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom>. Salienta-se que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de petição eletrônico no MCom.
- Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.**
- Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 12/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988580** e o código CRC **60C12FA5**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988580



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

12/11/2024 15:33:02

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_11988568.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

12/11/2024 15:34:08

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. c

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_11988580.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

12/11/2024 15:35:09

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_11988568.html

Oficio_11988580.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**

CNPJ: **02.023.195/0001-10**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:36:54 do dia 11/12/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/01/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/11/2024 a 28/12/2024

Certificação Número: 2024112904210621184200

Informação obtida em 11/12/2024 15:38:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certidão nº: 85640616/2024

Expedição: 11/12/2024, às 15:37:43

Validade: 09/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.023.195/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: - AV DAS ACACIAS - / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78466-565

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/12/2024 a 08/01/2025

Certificação Número: 2024121003585495712992

Informação obtida em 11/12/2024 15:39:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certidão nº: 85641040/2024

Expedição: 11/12/2024, às 15:39:19

Validade: 09/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.023.195/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 39642/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitere-se os termos do Ofício nº 36676/2024/MCOM (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 19392/2024/SEI-MCOM (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no **prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**
 - **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
 - **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
 - **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
 - **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
 - **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
 - **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
 - **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.
3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**
4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 11/12/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12122068** e o código CRC **00A02CDA**.

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Ofício 36676 (11988568)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12122068



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 39643/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 19392/2024/SEI-MCOMcom vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**
 - **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
 - **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
 - **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
 - **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
 - **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
 - **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
 - **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.
3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**
4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 11/12/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12122079** e o código CRC **7B4BD0D5**.

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Ofício 36677 (11988580)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12122079



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

11/12/2024 16:00:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122068.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

11/12/2024 16:01:31

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122079.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

11/12/2024 16:02:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12
INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html
Oficio_12122079.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

11/12/2024 16:03:37

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122068.html

Oficio_12122079.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Lucas do Rio Verde MT 12 dezembro 2024

Da: Rádio Regional Centro Norte Ltda.

Para: Ilmo. Sr. Secretário de Comunicação Social Eletrônica
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

Assunto: Exigência (atende)

Referência: Processo 53.115 - 014249/2021 12
Ofício 39.642/2024/MCOM
Nota Técnica 19.392/2024/SEI MCOM

Prezado Senhor

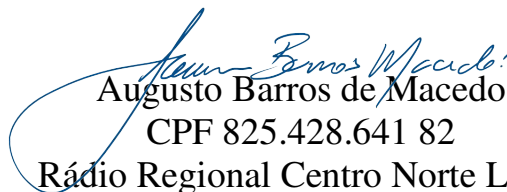
Quanto ao processo acima, onde recebemos os ofícios e nota da referência, temos o seguinte a anexar:

- Prova de regularidade junto a fazenda municipal da Rádio Regional Centro Norte Ltda. e da BEMAR Comunicações Ltda, referente a sede de cada empresa.

Assim solicitamos o prosseguimento da solicitação.

Nestes Termos

Pede Deferimento


Augusto Barros de Macedo
CPF 825.428.641 82
Rádio Regional Centro Norte Ltda.

AUGUSTO BARROS DE
MACEDO:82542864187

Assinado de forma digital por AUGUSTO
BARROS DE MACEDO:82542864187
Dados: 2024.12.17 09:09:00 -04'00'

Correspondência
robinson@dbsistem.com.br
Rua Bruno Filgueira 1688
80730-380 Curitiba Pr



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA CNPJ: 02023195000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWXJRVLP6B8GUXA1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br>

Lucas do Rio Verde (MT), 17 de Dezembro de 2024





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

BEMAR COMUNICACOES LTDA CNPJ: 37796567000126

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWRKQSDCTFWI2HY1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br>

Lucas do Rio Verde (MT), 17 de Dezembro de 2024



Usuário Externo (signatário):	AUGUSTO B D MACEDO
Data e Horário:	08/01/2025 17:19:44
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53115.014249/2021-12
Interessados:	
DAVI PARE AGUERO	
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Ofício Ofício de Protocolo de Documentos -Junta	12168276
- Certidão Certidao Junta Comercial	12168277
- Certidão Certidao Junta Comercial Bemar	12168278

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0054544219

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **09/01/2025** Hora da emissão: **10:32:05**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **09/03/2025**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TUBATUU272B922B9**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**

CNPJ: **02.023.195/0001-10**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:34:48 do dia 09/01/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/01/2025 a 04/02/2025

Certificação Número: 2025010604530621184230

Informação obtida em 09/01/2025 11:35:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0054544254

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **09/01/2025** Hora da emissão: **10:33:36**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **09/03/2025**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TUBAUUL2B2B9A2BA**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: - AV DAS ACACIAS - / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78466-565

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/12/2024 a 27/01/2025

Certificação Número: 2024122903205495712966

Informação obtida em 09/01/2025 11:36:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 09/01/2025

Hora: 11:39:38



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: **09/01/2025** Hora: **11:39:54**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Marcos Antônio Ribeiro

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 09/01/2025 Hora: 11:40:14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: **09/01/2025** Hora: **11:42:13**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Maria Eduarda de Oliveira Melatte

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: **09/01/2025** Hora: **11:42:36**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL**

Processo nº 53115.014249/2021-12

Data de protocolização do pedido: 27/05/2021

Entidade cedente: Rádio Regional Centro Norte Ltda.

C.N.P.J. Nº 02.023.195/0001-10

Entidade cessionária: Bemar Comunicações Ltda.

C.N.P.J. Nº 37.796.567/0001-26

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM

Fistel nº: 50010415629

Localidade: Lucas do Rio Verde

UF: MT

Situação da Outorga:

 (X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11566557
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.010208/2022-20

Período: 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u> , de que: a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</u>	OK	SEI 11616982
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11571675
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11988059
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11571681

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11988058
b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual,	OK	Federal: 2 SEI 11988058 Validade: 01.04.2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REGULARIDADE FISCAL	distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Estadual: 1 SEI 12169536 Validade: 09.03.2025
		OK	Municipal: SEI 12168277 Validade: 16.01.2025
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	2/3 SEI 12169536 Validade: 08.02.2025
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11988058 Validade: 01.04.2025
		OK	FGTS: 4 SEI 12169536 Validade: 04.02.2025
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	4 SEI 12122116 Validade: 09.06.2025

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11817380 emitida em 21.08.2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11817382
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	27 SEI 9856658
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	7 SEI 11988058
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 8 SEI 11988058 Validade: 23.04.2025
		OK	Estadual: 5 SEI 12169536 Validade: 09.03.2025
		OK	Municipal: SEI 12168278 Validade: 16.01.2025
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	OK	10/11 SEI 11988058 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 8 SEI 11988058 Validade: 23.04.2025
		OK	FGTS: 6 SEI 12169536 Validade: 27.01.2025
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	6 SEI 12122116 Validade: 09.06.2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	Marcos Antônio Ribeiro CPF: 487.286.161-20	OK	40/41 SEI 7496180

a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para dirigentes, a fim de atender ao o [§1º do art. 222 da Constituição](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Maria Eduarda de Oliveira Melatte CPF: 010.752.081-81	OK	39 SEI 7496180
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------	----	-------------------

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

- Relativo à Cedente:
certidão simplificada 2024: SEI 11571705
certidão simplificada 2024: SEI 11616983

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988060** e o código CRC **9C0C9E12**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 338/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. Através da Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11840728; SEI 11903234 e SEI 11970847).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminhou os Ofícios nº 36676/2024/MCOM, nº 36677/2024/MCOM, nº 39642/2024/MCOM e nº 39643/2024/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 19392/2024/SEI-MCOM, por meio dos quais as partes interessadas foram notificadas para apresentar àquelas certidões em que não foi possível obter de ofício (SEI 11988516; SEI 11988568; SEI 11988580; SEI 12122068 e SEI 12122079).
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11970847):

[...]

36. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

IV - CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 36 deste Parecer.

DESPACHO n. 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.

[...]

3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no item 36, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 11988060).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI11840728), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** acompanhado das minutas de Portaria (SEI12169578) e de Exposição de Motivos (SEI12169581), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169575** e o código CRC **21A5E4F5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12169575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 02.023.195/0001-10, por meio Portaria n.º 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Bemar Comunicações Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169578** e o código CRC **160F132A**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169581** e o código CRC **D932AA24**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 15971, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** faz uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/02/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12176561** e o código CRC **5795F31B**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12176561



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 14 de janeiro de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/02/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12176565** e o código CRC **7DEB9028**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12176565



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 59020/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 15971/2025 (12176561) e a Exposição de Motivos nº 43/2025 (12176565)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 338/2025 (12169575), encaminho a Portaria nº 15971/2025 (12176561) e a Exposição de Motivos nº 43/2025 (12176565), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 06/02/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12176569** e o código CRC **F98B01A3**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12176569



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 13/02/2025 16:33:35
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10863496
Data prevista de publicação: 14/02/2025
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
22387792	PORTARIA MCOM NA 15897.rtf	64369790ead28489 ffb80b327f17f263	38,00	R\$ 1.478,96
22387793	PORTARIA MCOM NA 15898.rtf	a426d57c160ab57b a3b49102cad2f4b7	33,00	R\$ 1.284,36
22387794	PORTARIA MCOM NA 15971.rtf	5ff85c68f271ffd7 d8c69500c71e6a8d	11,00	R\$ 428,12
22387795	PORTARIA MCOM NA 15977.rtf	107f2f6cf9a28f65 309b2713b6146c2d	10,00	R\$ 389,20
22387796	PORTARIA MCOM NA 15978.rtf	c7187fbd15c11ee8 e2e2da514a9cab2a	11,00	R\$ 428,12
22387797	PORTARIA MCOM NA 15983.rtf	255a33181a557093 d34fcbbba186e333d	11,00	R\$ 428,12
22387798	PORTARIA MCOM NA 15989.rtf	a2f17af3ddb2dcc6 0a2632aa5878f177	11,00	R\$ 428,12
22387799	PORTARIA MCOM NA 15990.rtf	aaff14f632278666 f919090694014ced	11,00	R\$ 428,12
22387800	PORTARIA MCOM NA 16189.rtf	9cc25d04172aba7f ff806730a98c45ce	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			146,00	R\$ 5.682,32



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/02/2025 | Edição: 32 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.971, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Id solicitação: 57dbac296ba95

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (65) 3549-5443	E-mail: contabilidade@opparticipacoes.com.br
CNPJ: 02.023.195/0001-10	Número do Fistel: 50010415629
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/03/2003	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 21/03/2033	
Observações: DNPV25/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 63.026, DE 09/01/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 11/01/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DAS ACÁCIAS	Complemento:	
Bairro: PARQUE DAS EMAS	Numero: 2205 W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO	Complemento: S - SALA 04	
Bairro: ALVORADA	Numero: 1196	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: S/N	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 272	Frequência: 102.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.4948kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



25/11/2023 11:02:32 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323688047	Número Indicativo: ZYT655
Data Último Licenciamento: 08/12/2023	Número da Licença: 53500.105485/2023-57

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 13° 04' 27.98" S	Longitude: 55° 56' 12.98" W	Cota da base: 410.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.95 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS KMP - CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM Anel 4 Elementos	Fabricante: Ideal Antenas Profissionais				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 2.49 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.53	5°: 0.35	10°: 0.17	15°: 0.06	20°: 0	25°: 0.02	30°: 0.08	35°: 0.16	40°: 0.26	45°: 0.36	50°: 0.44	55°: 0.49
60°: 0.53	65°: 0.59	70°: 0.63	75°: 0.64	80°: 0.63	85°: 0.58	90°: 0.53	95°: 0.52	100°: 0.53	105°: 0.53	110°: 0.53	115°: 0.53
120°: 0.53	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.53	160°: 0.53	165°: 0.52	170°: 0.53	175°: 0.58
180°: 0.63	185°: 0.64	190°: 0.63	195°: 0.62	200°: 0.63	205°: 0.67	210°: 0.72	215°: 0.76	220°: 0.81	225°: 0.86	230°: 0.91	235°: 0.95
240°: 1.01	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.26	260°: 1.31	265°: 1.36	270°: 1.41	275°: 1.47	280°: 1.51	285°: 1.52	290°: 1.51	295°: 1.52
300°: 1.51	305°: 1.47	310°: 1.41	315°: 1.37	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.01	340°: 0.91	345°: 0.81	350°: 0.72	355°: 0.64

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.49 kW		
RDS							
Código PI:							
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	792	Portaria	MC	28/12/2000	02/01/2001	Outorga	1
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005	15/07/2005	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		28/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011	Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013	Multa	Jurídico
9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015	Multa	Jurídico
53500.045429/2017-16	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.015312/2018-81	258	Despacho	ER07	15/05/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53115.010208/2022-20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico
53115014249202112	15971	Portaria	MC	14/01/2025	14/02/2025	Transferência Direta	Jurídico
Horário de funcionamento							



Id solicitação: 57dbac296ba95

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: BEMAR COMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: AGRO FM	
Telefone: (65) 9983-9857	E-mail: MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR
CNPJ: 37.796.567/0001-26	Número do Fistel: 50010415629
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/03/2003	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 21/03/2033	
Observações: DNPV25/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 63.026, DE 09/01/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 11/01/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida das Acácias	Complemento: Sala 02	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205 W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78466565

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO	Complemento: S - SALA 04	
Bairro: ALVORADA	Numero: 1196	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: S/N	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 272	Frequência: 102.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.4948kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/09/2023 09:02:32 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Informações Gerais	
Número da Estação: 323688047	Número Indicativo: ZYT655
Data Último Licenciamento: 08/12/2023	Número da Licença: 53500.105485/2023-57

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 13° 04' 27.98" S	Longitude: 55° 56' 12.98" W	Cota da base: 410.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.95 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS KMP - CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM Anel 4 Elementos	Fabricante: Ideal Antenas Profissionais				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 2.49 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.53	5°: 0.35	10°: 0.17	15°: 0.06	20°: 0	25°: 0.02	30°: 0.08	35°: 0.16	40°: 0.26	45°: 0.36	50°: 0.44	55°: 0.49
60°: 0.53	65°: 0.59	70°: 0.63	75°: 0.64	80°: 0.63	85°: 0.58	90°: 0.53	95°: 0.52	100°: 0.53	105°: 0.53	110°: 0.53	115°: 0.53
120°: 0.53	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.53	160°: 0.53	165°: 0.52	170°: 0.53	175°: 0.58
180°: 0.63	185°: 0.64	190°: 0.63	195°: 0.62	200°: 0.63	205°: 0.67	210°: 0.72	215°: 0.76	220°: 0.81	225°: 0.86	230°: 0.91	235°: 0.95
240°: 1.01	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.26	260°: 1.31	265°: 1.36	270°: 1.41	275°: 1.47	280°: 1.51	285°: 1.52	290°: 1.51	295°: 1.52
300°: 1.51	305°: 1.47	310°: 1.41	315°: 1.37	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.01	340°: 0.91	345°: 0.81	350°: 0.72	355°: 0.64

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.49 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536900001351998	374	Decreto Legislativo	CN	04/12/2002	05/12/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005	15/07/2005	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		28/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
536900001351998	792	Portaria	MC	28/12/2000	02/01/2001	Outorga	Jurídico
9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011	Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013	Multa	Jurídico
9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015	Multa	Jurídico
53500.045429/2017-16	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.015312/2018-81	258	Despacho	ER07	15/05/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53115.010208/2022-20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico
53115014249202112	15971	Portaria	MC	14/01/2025	14/02/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento	



Ação: **Entidade (Alteração)**

CNPJ:	37.796.567/0001-26
Razão Social:	BEMAR COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:	AGRO FM
Tipo Sociedade:	<input type="text" value="Limitada"/>
Natureza Sociedade:	<input type="text" value="Empresa Privada"/>
Atividade Econômica:	<input type="text" value=" >> Informe a atividade econômica <<"/>
Grupo Econômico:	<input type="text" value=" >> Informe o grupo econômico <<"/>

Endereço Sede

Endereço:	Avenida das Acácias		
Número/Complemento:	2205 W Sala 02		
Bairro:	Parque das Emas	CEP:	78.466-565
Cidade:	Lucas do Rio Verde	UF:	MT
Telefone:	(65)9983-9857	Fax:	(65)9983-9857
E-Mail:	MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR		
<input type="text" value="Endereço/Telefone Sede - SRD"/>			

Endereço Correspondência

Endereço:	<input type="text"/>		
Bairro:	<input type="text"/>	CEP:	<input type="text"/>
Cidade:	<input type="text"/>	UF:	<input type="text" value=" >> Informe a UF <<"/>
Telefone:	<input type="text"/>	Fax:	<input type="text"/>
E-Mail:	<input type="text"/>		

Endereço Correspondência

Endereço:	<input type="text"/>		
Bairro:	<input type="text"/>	CEP:	<input type="text"/>
Cidade:	<input type="text"/>	UF:	<input type="text"/>

Capital Social

Valor:	<input type="text" value="10.000,00"/>	Moeda:	<input type="text" value="R\$ - REAL"/>
---------------	----------------------------------------	---------------	-----------------------------------------




Sociedade Anônima

Qtd. Ações Ordinárias:	<input type="text"/>	Qtd. Ações Preferenciais:	<input type="text"/>
-------------------------------	----------------------	----------------------------------	----------------------

Sociedade Limitada

Qtd. Cotas:	<input type="text" value="10.000"/>	Valor de uma Cota:	<input type="text" value="1,00"/>
--------------------	-------------------------------------	---------------------------	-----------------------------------

Quadro Societário






CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	8.000	8.000,00		
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	2.000	2.000,00		

 **Vincular Sócio****Conselho** **Vincular Conselheiro**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	EDITAR	DESVINCULAR
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	ADMINISTRADOR		
<div> Vincular Diretor</div>				
<div>Procurador</div> <div> Vincular Procurador</div>				
<div>Representante</div> <div> Vincular Representante</div>				
<div><input type="checkbox"/> Recadastrado pela portaria Nº. 447</div>				
<div><div>Voltar</div><div>Confirmar</div></div>				





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 60064/2025/MCOM

Brasília, 17 de fevereiro de 2025

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (12176565)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 338/2025 (12169575), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 43/2025 (12176565), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 17/02/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12281295** e o código CRC **A5702D4D**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12281295



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada em 14/02/2025, que transfere a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 6651/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.014249/2021-12.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 20/02/2025, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12294339** e o código CRC **C36A17E0**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12294339



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:		RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.	
CNPJ:	02.023.195/0001-10	CEP da sede:	78455-000
Endereço da sede:	AVENIDA DAS ACÁCIAS Nº 2205-W – PARQUE DAS EMAS – LUCAS DO RIO VERDE – MT		
E-mail de contato:	robinson@dbssystem.com.br		
Serviço executado:	<input checked="" type="checkbox"/> (x) Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> () Radiodifusão de sons e imagens		<input checked="" type="checkbox"/> (X) em frequência modulada 102,3 <input type="checkbox"/> () em ondas curtas <input type="checkbox"/> () em ondas médias <input type="checkbox"/> () em ondas tropicais
Localidade de execução do serviço:	LUCAS DO RIO VERDE (102,3)	UF:	MT

Eu, **DAVI PARÉ AGUERO**, inscrito no CPF sob o nº 884.574.191-53, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e o formulário constante do ANEXO 2.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA			
Nome da Pessoa Jurídica:		BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.	
CNPJ:	37.796.567/0001-26	CEP da sede:	78455-000
Endereço da sede:	AVENIDA UNIVERSITÁRIA Nº 500 W SALA 02 – BAIRRO PARQUE DAS EMAS – LUCAS DO RIO VERDE – MT		
E-mail de contato:	robinson@dbssystem.com.br		

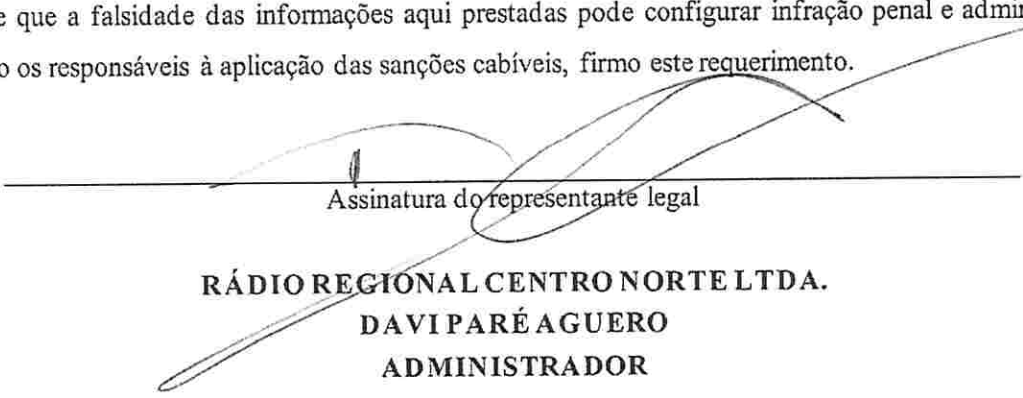


DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (f) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Assinatura do representante legal

RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.
DAVI PARÉ AGÜERO
ADMINISTRADOR

De acordo.



[illegible]

ANEXO 1

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
<i>RELATIVOS À CEDENTE</i>	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
<i>RELATIVOS À CESSIONÁRIA</i>	<p>(a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>(b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(e) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(g) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por</p>

Requerimento de Transferência Direta - pag. 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 4

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

	meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.
<i>RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA</i>	(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte.

ATENÇÃO:

1) Na hipótese de a pessoa jurídica Cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2) Na hipótese de haver pessoa jurídica sócia da pessoa jurídica cessionária, os dirigentes de ambas, em conjunto, prestarão declaração de que:

I - no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

II - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

III - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.



ANEXO 2

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
OLAVO JÚNIOR PIVETTA	26.666	26.666,00
OTAVIANO OLAVO PIVETTA	53.334	53.334,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	CARGO	CPF
DAVI PARÉ AGUERO	ADMINISTRADOR	884.574.191-53

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
MARCOS ANTONIO RIBEIRO	2.000	R\$2.000,00
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	8.000	R\$8.000,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	CARGO	CPF
MARCOS ANTONIO RIBEIRO	SÓCIO – ADMINISTRADOR	487.286.161-20





Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código de Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MTP2000102690

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	090			CONTRATO
---	-----	--	--	----------

		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP
--	--	-----	---	----------------------

LUÇAS DO RIO VERDE

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

20 Julho 2020

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBC055F259258F787C374D882EF8B13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto, Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/12

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara-leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Petição (7436186)

SEI 53115-01424920212 / pg. 7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/083.316-2	MTP2000102690	16/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Júlio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara-leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 8

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo, doravante designadas ("sócios"):

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, solteira, empresária, filha de Leovergílio Rodrigues de Oliveira e Maria Honória da Silva, nascida em 21 de abril de 1960, na cidade de Cuiabá/Mt., portadora da cédula de identidade RG nº 281366-SSP/MT e inscrita no CNPF/MF sob nº 314.030.181-20, residente e domiciliado na Rua Das Imbuías, nº 168, residencial Alphaville, bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso – CEP nº 78.061-314 e,

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, filho de Jair Romão Ribeiro e de Divina Maria Ribeiro, nascido aos 25 de maio de 1974, na cidade de Dom Aquino – Mt., portador da cédula de identidade RG nº 07207131-SSP/MT e inscrito no CNPF/MF sob nº 487.286.161-20, residente e domiciliado na Avenida Jockey Club, nº 474, Jardim Jockey Clube, na cidade de Cuiabá/Mt., CEP nº 78.094-710; sendo que me foi dito:

Resolvem, por este instrumento particular de contrato social, **CONSTITUIR UMA SOCIEDADE EMPRESARIAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DENOMINAÇÃO SOCIAL, PRAZO E SEDE

Cláusula 1ª. **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**, é uma sociedade limitada, que se rege pelas disposições do presente contrato social e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis, principalmente as da Lei 10.406/02, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso.

Cláusula 2ª. A Sociedade tem sede na Av Universitária, Nº 500 W, Sala 02, Bairro Parque das Emas, na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso – CEP 78.455-000, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e sucursais em qualquer parte do território nacional..

PRAZO DE DURAÇÃO, OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, com início das atividades a partir do registro da constituição no órgão competente, podendo ser dissolvida ou entrando em liquidação, por acordo dos quotistas ou nos casos determinados em lei, observadas as formalidades legais.

Cláusula 3ª. A Sociedade terá por objeto social:

- I. Atividade Principal – A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus serviços afins e correlatos, auxiliares e anciliares, sempre com finalidades educativas e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão, autorização e serviços de telecomunicações, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em

I



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e Informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedesignatura.camara-leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 9

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

vigor e a prestação de serviços "on line", assim entendidos os serviços de publicidade, veiculação de propagandas e comerciais, anúncios e outros relacionados à prestação de serviços na rede mundial de computadores (Word Wide Web), ou internet, por meio de "site" especializado e personalizado.

- II. Atividade Secundária – Telecomunicação por satélite; Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviço de informação na internet; e, Reprodução de vídeo em qualquer suporte.

CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E RESPONSABILIDADES

Cláusula 4ª. O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em dez mil (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que neste ato sua totalidade será integralizado no caixa, em moeda corrente do País, pelos sócios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Sócios	N.º de Quotas	Valor da Participação (R\$)	Porcentagem (%)
Beni Auxiliadora de Oliveira Silva	8.000	8.000,00	80
Marcos Antônio Ribeiro	2.000	2.000,00	20
Total	10.000	10.000,00	100

Parágrafo Único. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 da Lei 10.406/02.

Cláusula 5ª. As quotas sociais são livremente transferíveis entre os próprios sócios, ou qualquer empresa por este controlada direta ou indiretamente pelos mesmos. Quando se tratar de transferência a terceiros, a qualquer título, estranhos ao quadro societário, e somente nestes casos, deverá ser respeitado o direito de preferência dos demais sócios, na exata proporção da participação de cada um no capital social.

Cláusula 6ª. As transferências de quotas serão feitas por alteração deste Contrato Social.

Cláusula 7ª. O capital social poderá ser aumentado ou diminuído, com a correspondente alteração do contrato social, se assim deliberarem os sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Cláusula 8ª. As quotas representativas do capital social são indivisíveis e cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais.

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 9ª. A administração da sociedade será exercida isoladamente por 01 (um) ou mais administradores, sócio(s) ou não sócio(s), designado(s) sempre mediante alteração contratual.

Parágrafo 1º - Ao(s) administrador(es) se confere(m) os poderes e atribuições de administrador, com a responsabilidade de representar ativa e passivamente a

2



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 10

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

sociedade, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, podendo praticar todos os atos pertinentes ao objeto social, sempre no interesse da sociedade.

Parágrafo 2º - O mandato de administrador será por prazo indeterminado e a partir da data de nomeação, podendo ser substituído a qualquer momento mediante alteração contratual.

Cláusula 10ª. Sem prejuízo das disposições na cláusula anterior, competirá ao(s) administrador(es) e/ou ao(s) procurador(es) nomeado(s), no exercício de seu(s) mandato(s), agindo isoladamente:

I. A administração dos negócios da sociedade em geral e o desempenho de atos necessários ou convenientes para realizar o objeto social;

II. A representação da sociedade perante Ministérios brasileiros e seus órgãos, quaisquer entidades e instituições públicas ou privadas, órgãos federais, estaduais, municipais, órgãos semigovernamentais, empresas públicas ou de economia mista, instituições financeiras públicas ou privadas, e poderão abrir, movimentar e encerrar contas correntes bancárias e/ou contas de investimentos da sociedade, emitir cheques, efetuar retiradas e depósitos de dinheiro nas contas da sociedade; transferir dinheiro de uma conta corrente e/ou investimento para outras da mesma instituição financeira ou de uma instituição financeira para outra, realizar investimentos ou aplicações financeiras; tomar emprestado, receber valores devidos à sociedade e dar e receber quitação;

III. Representar ativa e passivamente a sociedade em juízo ou fora dele, bem como praticar todos e quaisquer atos de gestão administrativa;

IV. Contratar e demitir empregados e assinar toda e qualquer documentação relativa às áreas trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como a nomeação de preposto para consecução dessas tarefas;

V. Desempenhar quaisquer atos, apresentar e assinar quaisquer documentos necessários para o funcionamento regular da sociedade;

VI. Em nome da sociedade, contratar abertura de créditos ou financiamentos para atender seus objetivos sociais com garantias de penhor;

VII. A prática de avais, fianças ou outras garantias às sociedades ligadas, controladas ou controladoras;

VIII. A aquisição e a alienação de bens móveis e imóveis da sociedade, bem como a criação de gravames sobre os mesmos e a concessão de garantias por obrigações de terceiros;

Parágrafo 1º. É vedado o uso de firma para avais, fianças ou outras garantias que não do interesse social.

Parágrafo 2º. Aplica-se a figura do administrador nomeado pelos sócios, conforme determina este contrato, as disposições contidas nos artigos 1.060, 1.061, 1.062, 1.063, 1.064 e 1.065 e demais disposições da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 11ª. Os Administradores da sociedade farão jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será



BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

contabilizada como despesa de administração da sociedade.

Parágrafo Único - A retirada mensal referida no "caput" desta cláusula constará de valor a ser fixado por ocasião da aprovação do balanço contábil do ano anterior ao que será vigente; valendo então para todo o exercício contábil.

Cláusula 12ª. A Sociedade será administrada pelos sócios **BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA e MARCOS ANTONIO RIBEIRO**, em conjunto ou separadamente aos quais caberá o uso da razão social, bem como as atribuições e poderes conferidos em lei, a fim de garantir o seu normal funcionamento, representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhes, entretanto, vedado o empregado em operações estranhas ao objeto da sociedade, especialmente a prestação de aval, fiança e/ou caução de mero favor a terceiros.

Parágrafo Único. Aplica-se a figura do administrador nomeado pelos sócios, conforme determina este contrato, as disposições contidas nos artigos 1.060 a 1.065 e demais disposições da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 13ª. É facultado aos sócios administradores designar procuradores para representar a Sociedade, conforme artigo 1018 do Código Civil, devendo as procurações outorgadas mediante ato de qualquer dos administradores da sociedade e especificar os poderes conferidos reputando-se de um ano o prazo daquelas procurações, e para as procurações com cláusula "ad-judicia" prazo indeterminado.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS E REUNIÕES DE SÓCIOS

Cláusula 14ª. Toda e qualquer decisão sobre os negócios, o destino da sociedade, sua alteração, transformação em outro tipo de sociedade, procedimentos quanto aos resultados de cada exercício, retirada e/ou exclusão de sócio, aumento de capital, cisão, fusão, incorporação, dissolução, liquidação e extinção, bem como daqueles assuntos necessários ao bom andamento da sociedade e dos que ficarem omissos ou não bem esclarecidos neste contrato, serão tomados por votação entre os sócios, prevalecendo, sempre, a decisão que tiver sido defendida e aprovada por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos votos representativos do capital social, em todos os casos, a não ser naqueles que necessitem de quórum especial, neste contrato previsto ou exigível em norma legal, valendo um voto para cada unidade de quota que o sócio possua e que esteja devidamente integralizada.

Cláusula 15ª. Nos termos do Artigo 1.072 do Código Civil, as deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios.

Parágrafo 1º. As reuniões de sócios serão ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo 2º. As reuniões ordinárias ocorrerão anualmente, até o quarto mês após o encerramento do exercício social, nos termos do art. 1.078 da Lei nº 10.406/02, para: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; (ii) designar administradores, quando for o caso; e (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo 3º. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão a qualquer momento,

4

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 6/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA
CONTRATO SOCIAL

sempre que o interesse social assim o exigir.

Parágrafo 4º. - Toda e qualquer reunião ficará dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo 5º. - Nos termos do parágrafo 3º do Artigo 1.072 do Código Civil, as deliberações poderão ainda ser tomadas por meio de documento escrito, dispensando-se a realização da reunião de sócios, quando contar com a assinatura de todos os sócios.

Parágrafo 6º. Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 1.072 do Código Civil, as formalidades para a convocação das reuniões de sócios ficam dispensadas quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião.

Parágrafo 7º. - As reuniões de sócios instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de sócios representando pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social, e em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 8º. - Ressalvadas as matérias expressamente previstas em lei e neste contrato social, todas as deliberações sociais serão tomadas por sócios representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Cláusula 16ª. As deliberações da sociedade serão tomadas mediante a aprovação de sócios que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade.

Parágrafo 1º. Além da aprovação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, também dependem de "quórum" mínimo para a realização da deliberação dos sócios as matérias especiais abaixo:

- I. do julgamento e da aprovação ou não das contas da administração de sócios e não sócios;
- II. da designação dos administradores sócios, quando feita em ato separado do contrato social;
- III. da destituição de administrador, sócio da empresa;
- IV. da destituição de administrador sócios e não sócios;
- V. da remuneração dos administradores sócios e não sócios;
- VI. da nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VII. do pedido de concordata ou recuperação judicial;
- VIII. houver discussão para a modificação do contrato social;
- IX. houver a incorporação, a fusão, a dissolução da sociedade e a cessação do estado de liquidação.

Cláusula 17ª. A sociedade decide não instalar um Conselho Fiscal.

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.

Cláusula 18ª. O exercício social iniciará no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei.

5



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162
17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este
documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada
digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-44c9-b270-25a24096c0b7> / pg. 13

5f0082a6-881e-44c9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

Parágrafo 1º. Os sócios decidirão sobre as depreciações e provisões que devam ser feitas a cada ano e sobre o destino dos resultados verificados em cada balanço. Poderão ser levantados balancetes e/ou balanços intermediários, em períodos menores que o de 12 (doze) meses, inclusive para a distribuição antecipada de lucros parciais, que se não forem confirmados no encerramento do exercício, deverão ser repostos pelos sócios, se o fato vier a prejudicar o capital social.

Parágrafo 2º. Se decidido pela distribuição do lucro entre os sócios esta será realizada na exata proporção do capital social que cada um tiver efetivamente integralizado.

Parágrafo 3º. Se apurados prejuízos, serão compensados com reservas e/ou lucros em suspenso ou poderão ser mantidos em conta contábil para efeitos de compensação com reservas e lucros futuros, se outra decisão não for tomada pelos sócios. Os prejuízos serão suportados pelos sócios na proporção do capital social subscrito por cada um, mesmo que não integralizado.

Parágrafo 4º. Os lucros serão distribuídos e os prejuízos suportados pelos sócios, respeitando-se sempre a participação societária sob usufruto.

Parágrafo 5º. Sempre que houver distribuição de lucros, cada usufrutuário individualmente poderá renunciar, total ou parcialmente, ao direito de recebê-lo, ocasião em que os mesmos serão automaticamente creditados aos respectivos sócios.

RETIRADA OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

Cláusula 19ª. Manifestada a intenção por um ou mais sócios de se retirar da sociedade, poderão os sócios que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, optar pela dissolução da sociedade. A decisão de sócios que representam também pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social validará a exclusão do sócio retirante, desde que as condições e os negócios da empresa o permitam.

DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 20ª. A sociedade somente se dissolverá por votos dos sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e nos casos em que norma legal o exija. A sociedade não se dissolverá por eventos de exclusão de sócios, tais como falência, incapacidade, inabilitação, interdição, insolvência, retirada ou morte, continuando com os sócios remanescentes, ou seus herdeiros e sucessores.

Cláusula 21ª. Em caso de dissolução, liquidação e extinção da sociedade, os sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social nomeiam o liquidante, que poderá ser um ou mais sócios, ou pessoas indicadas, determinando seus poderes, funções e remuneração. Solvido o passivo, o ativo líquido será dividido entre os sócios, na proporção do capital social que cada um tenha efetivamente realizado.

6

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB123F2EGEBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/033 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 14

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

CONTRATO SOCIAL

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22ª. Todas as deliberações sobre a sociedade serão tomadas entre os sócios, prevalecendo o seu voto conforme os quóruns e qualidade da votação exigidos por este contrato. Nas eventuais omissões do presente contrato a sociedade será regida, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, porém a publicação do Balanço Patrimonial fica dispensada sempre que o número de sócios for inferior a 10 (dez).

Cláusula 23ª. Para todos os efeitos legais, os Sócios e os Administradores declaram, sob as penas da lei, expressamente que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei n.º 10.406/2002, bem como, não se acham incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei n.º 8.934/94.

Cláusula 24ª. São absolutamente impenhoráveis, nos termos do Art. 833, inciso I, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/20105), a propriedade e o usufruto da totalidade das quotas da sociedade."

Cláusula 25ª. Os sócios declaram sob as penas da Lei que esta sociedade enquadra-se como EMPRESA DE PEQUENO PORTE – (316) nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º, do Art. 3º, da mencionada lei.

Cláusula 26ª. Fica, desde já, eleito o foro da Comarca de Lucas do Rio Verde, Estado do Mato Grosso, para dirimir as questões que porventura surgirem em razão deste contrato social ou das relações entre os sócios, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento digitalmente.

Lucas do Rio Verde, 08 de junho de 2020.

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO

Visto do Advogado:

Antônio Fernando Mancini
OAB/MT 1.581

7

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083 316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 9/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 15

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/083.316-2	MTP2000102690	16/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
137.407.331-87	ANTONIO FERNANDO MANCINI
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETARIO GERAL

pág. 10/12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 16

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, de NIRE 5120172470-9 e protocolado sob o número 20/083.316-2 em 17/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51201724709, em 21/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Evelyne Brun De Almeida.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
137.407.331-87	ANTONIO FERNANDO MANCINI

Cuiabá, terça-feira, 21 de julho de 2020

Documento assinado eletronicamente por Evelyne Brun De Almeida, Servidor(a) Público(a), em 21/07/2020, às 09:35 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://www.jucemat.mt.gov.br) informando o número do protocolo 20/083.316-2.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259252F787C374D882EFBB13. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22vy. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 11/12

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 17

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá, terça-feira, 21 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201724709 em 21/07/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 200833162 - 17/07/2020. Autenticação: DB129F2E6EBCC55F259258F787C374D882EFBB13 Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/083.316-2 e o código de segurança 22wy Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/07/2020 por Julio Frederico Muller Neto Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 18

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 12/12

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

51201724709

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MTN2093946808

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
	2001	1		ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
	2005	1		SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

LUCAS DO RIO VERDE

Local

16 Outubro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s).

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 1/7

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 19

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/120.578-5	MTN2093946808	14/10/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 20

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, solteira, empresária, filha de Leovergílio Rodrigues de Oliveira e Maria Honória da Silva, nascida em 21 de abril de 1960, na cidade de Cuiabá/MT, portadora da cédula de identidade RG N° 281366-SSP/MT e inscrita no CPF N° 314.030.181-20, residente e domiciliada na Rua Das Imbuías, N° 168, Residencial Alphaville, Bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.061-314;

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, filho de Jair Romão Ribeiro e de Divina Maria Ribeiro, nascido aos 25 de maio de 1974, na cidade de Dom Aquino/MT, portador da cédula de identidade RG N° 07207131-SSP/MT e inscrito no CPF N° 487.286.161-20, residente e domiciliado na Av Jockey Club, N° 474, Bairro Jardim Jockey Clube, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.094-710.

Únicos sócios participantes da sociedade limitada que gira na cidade de Lucas do Rio Verde/MT, sob a denominação social de **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**, devidamente registrada e arquivada na JUCEMAT sob N° 51.201.724.709, por despacho em sessão de 21/07/2020, inscrita no CNPJ sob o N° 37.796.567/0001-26, resolvem pelo presente instrumento, alterar pela primeira vez, o contrato social primitivo, de acordo com as cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira – Admitir na sociedade **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE**, brasileira, solteira, empresária, filha de Zilmar Melatte e Beni Auxiliadora de Oliveira Silva, nascida em 11 de Janeiro de 2002, em Cuiabá/MT, portadora da cédula de identidade RG N° 2658618-5-SEJSP/MT, expedida em 27/03/2012, e inscrita no CPF N° 010.752.081-81, residente e domiciliada à Rua Das Imbuías, N° 168, Residencial Alphaville, Bairro Jardim Itália, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.061-314.

Cláusula Segunda - Retira-se da sociedade **BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA** que, com a anuência do sócio **MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO**, vende, cede e transfere à sócia ora admitida **MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE**, a totalidade das suas 8.000 (oito mil) quotas pelo preço de R\$8.000,00 (oito mil reais), pago no presente ato em moeda corrente nacional, dando a cedente a sua plena, geral e irrevogável quitação.



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
Julio Frederico Muller Neto
SECRETÁRIO GERAL

pág. 3/7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 21

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Cláusula Terceira – Em virtude da mudança no quadro societário, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:-

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM REAIS
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	8.000	RS- 8.000,00
MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO	2.000	RS- 2.000,00
TOTALIZANDO	10.000	RS- 10.000,00

Cláusula Quarta - As cláusulas não tocadas pela presente alteração permanecem em pleno vigor como se acham.

Estando assim justos e contratados, firmam o presente.

Lucas do Rio Verde/MT, 23 de Setembro de 2020

BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA

MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança a16p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 22

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/120.578-5	MTN2093946808	14/10/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al6p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 23

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, de NIRE 5120172470-9 e protocolado sob o número 20/120.578-5 em 14/10/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 2302545, em 16/10/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rene Borges De Souza.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
314.030.181-20	BENI AUXILIADORA DE OLIVEIRA SILVA
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Cuiabá, sexta-feira, 16 de outubro de 2020

Documento assinado eletronicamente por Rene Borges De Souza, Servidor(a) Público(a), em 16/10/2020, às 14:26 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](http://portal.de.servicos.da.jucemat) informando o número do protocolo 20/120.578-5.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCD8F. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança al8p Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

Julio Frederico Muller Neto
Secretário-Geral

pág 3/7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO

Cuiabá, sexta-feira, 16 de outubro de 2020

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 2302545 em 16/10/2020 da Empresa BEMAR COMUNICACOES LTDA, Nire 51201724709 e protocolo 201205785 - 14/10/2020. Autenticação: 5D7E62DF3FF1D9DD508A6A11CCF42CC3CCDBF. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 20/120.578-5 e o código de segurança alôp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em: 16/10/2020 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 25

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	BEMAR COMUNICACOES LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5120172470-9	37.796.567/0001-26	21/07/2020	21/07/2020
Endereço Completo:			
AVENIDA UNIVERSITARIA 500 W SALA 02 - BAIRRO PARQUE DAS EMAS CEP 78455-000 - LUCAS DO RIO VERDE/MT			
Objeto Social:			
EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA E DE SONS E IMAGENS SEUS SERVICOS AFINS E CORRELATOS AUXILIARES E ANCILIARES SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS E INFORMATIVAS CIVICAS E PATRIOTICAS BEM COMO A EXPLORACAO DE CONCESSAO PERMISSAO AUTORIZACAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO ESPECIFICA EM VIGOR E A PRESTACAO DE SERVICOS ON LINE ASSIM ENTENDIDOS OS SERVICOS DE PUBLICIDADE VEICULACAO DE PROPAGANDAS E COMERCIAIS ANUNCIOS E OUTROS RELACIONADOS A PRESTACAO DE SERVICOS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES WORD WIDE WEB OU INTERNET POR MEIO DE SITE ESPECIALIZADO E PERSONALIZADO TELECOMUNICACAO POR SATELITE PORTAIS PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET E REPRODUCAO DE VIDEO EM QUALQUER SUPORTE			
Capital Social:	R\$ 10.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
DEZ MIL REAIS		EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 10.000,00	(Lei Complementar nº123/06)	
DEZ MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Participação
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	xxxxxxx	R\$ 2.000,00
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	xxxxxxx	R\$ 8.000,00
Status: xxxxxxxx		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 16/10/2020		Número: 2302545	
Ato	002 - ALTERACAO		
Evento(s)	2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		

Cuiabá, 29 de Janeiro de 2021 10:53

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000059732 e visualize a certidão)



21/013.159-4





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ Endereço

NADA MAIS#

Cuiabá, 29 de Janeiro de 2021 10:53


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210000059732 e visualize a certidão)



21/013.159-4

Página 2 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.jucematleg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 27

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Empresa: BEMAR COMUNICACOES LTDA
C.N.P.J.: 37.796.567/0001-26
Insc. Junta Comercial: 51201724709 Data: 27/07/2020
Endereço: Avenida UNIVERSITARIA, 500, SALA 02, PARQUE DAS EMAS, LUCAS DO RIO VERDE/MT, CEP 78455-000
Período: 21/07/2020 a 31/12/2020
Balanco encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0001
Emissão: 09/02/2021
Hora: 10:40:17

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	33.184,73D
ATIVO CIRCULANTE	33.164,73D
DISPONÍVEL	33.164,73D
CAIXA	1.642,70D
Caixa Geral	1.642,70D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.600,00D
Banco Sicredi C/C 873953	6.600,00D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	24.922,03D
SicrediInvest Automático	24.922,03D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	20,00D
INVESTIMENTOS	20,00D
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS	20,00D
Banco Sicredi	20,00D
PASSIVO	33.184,73C
PASSIVO CIRCULANTE	71.625,20C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS	6.625,20C
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	6.510,25C
Pro labore a Pagar	6.510,25C
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS	114,95C
INSS a Recolher	114,95C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	65.000,00C
CONTAS A PAGAR	65.000,00C
Zilmar Melatte	65.000,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.440,47D
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	20.000,00C
Capital Social - Beni Auxiliadora de Oliveira Silva	16.000,00C
Capital Social - Marcos Antonio Ribeiro	4.000,00C
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	10.000,00D
(-) Capital a Integralizar	10.000,00D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	48.440,47D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	48.440,47D

LUCAS DO RIO VERDE, 09 de Fevereiro de 2021

MARCOS ANTONIO RIBEIRO
 SOCIO ADMINISTRADOR
 CPF: 487.286.161-20

JOÃO RUBENS WARMLING

- MT sob o No. MT-006557/00-0
 10.269-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 / pg. 28

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Empresa: BEMAR COMUNICACOES LTDA
C.N.P.J.: 37.796.567/0001-26
Insc. Junta Comercial: 51201724709 Data: 27/07/2020
Endereço: Avenida UNIVERSITARIA, 500, SALA 02, PARQUE DAS EMAS, LUCAS DO RIO VERDE/MT, CEP 78455-000
Período: 21/07/2020 a 31/12/2020
Balanco encerrado em: 31/12/2020

Folha: 0002
Emissão: 09/02/2021
Hora: 10:40:17

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
(-) Prejuizos Acumulados	48.440,47D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020, TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO O VALOR DE R\$ 33.184,73 (trinta e três mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos), ESTRUTURADAS CONFORME RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374/2011.

LUCAS DO RIO VERDE, 09 de Fevereiro de 2021

MARCOS ANTONIO RIBEIRO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 487.286.161-20

JOAO RUBENS WARMLING
Reg. no CRC - MT sob o No. MT-006557/OO-0
CPF: 881.800.269-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 29

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

Descrição	Saldo Atual
RECEITA LÍQUIDA	0,00
LUCRO BRUTO	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(48.324,24)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(48.324,24)
DESPESAS COM PESSOAL	(7.871,06)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(1.546,69)
DESPESAS GERAIS	(38.906,49)
DESPESAS FINANCEIRAS	(266,24)
DESPESAS FINANCEIRAS	(266,24)
RECEITAS FINANCEIRAS	150,01
JUROS E DESCONTOS	150,01
RESULTADO OPERACIONAL	(48.440,47)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	(48.440,47)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(48.440,47)

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;

LUCAS DO RIO VERDE, 09 de Fevereiro de 2021

MARCOS ANTONIO RIBEIRO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 487.286.161-20

JOÃO RUBENS WARMING
Reg. no CRC - MT sob o No. MT-006557/OO-0
CPF: 881.800.269-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 / pg. 30

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO Nº: 5894183

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que revendo os registros, **EM ANDAMENTO**, de distribuições de ações cíveis de FALÊNCIA E CONCORDATA do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, no período de **2 ANOS NÃO CONSTAM** ações em DESFAVOR de **BEMAR COMUNICACOES LTDA**, portador do **CNPJ 37.796.567/0001-26**, até a data de **30/04/2021**.

Observações:

As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

A consulta abrange todos os processos cíveis cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: **sec.tjmt.jus.br**, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.

Emitida em 30/04/2021, às 15:29h.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4c09-b270-25a24096c0b7> / pg. 31

Documento selado eletronicamente sob o número BOO47574. As informações deste selo podem ser consultadas no link <http://gif.tjmt.jus.br/selo/consulta/consolidadigitalexterno.aspx>. 51006286881e-4c09-b270-25a24096c0b7

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.796.567/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 21/07/2020		
NOME EMPRESARIAL BEMAR COMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV UNIVERSITARIA	NÚMERO 500 W	COMPLEMENTO SALA 02
CEP 78.455-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO WARMLING@TERRA.COM.BR		
TELEFONE (65) 3322-5186		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/03/2021 às 12:45:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 32

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

37.796.567/0001-26

NOME EMPRESARIAL:

BEMAR COMUNICACOES LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

Nome/Nome Empresarial:

MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Qualificação:

22-Sócio



Para obter informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 37.796.567/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:39:50 do dia 25/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/09/2021.

Código de controle da certidão: **8D5D.84F9.A422.E1A1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 34

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0032073981

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **30/04/2021** Hora da emissão: **16:13:49**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **29/05/2021**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **T29TKA72TLM7B2AA**





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 12 / pg. 36



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

AV. AMÉRICA DO SUL, 2500 S - LOT. PARQUE DOS BURITIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 5717/2021

CPF/CNPJ

37.796.567/0001-26

Nome/Razão Social ou Comercial

BEMAR COMUNICACOES LTDA

Residência ou Domicílio Tributário

Rua.....: AV: UNIVERSITARIA, 500-W, SALA 02, CEP - 78455-000

Bairro.....: PARQUE DAS EMAS

Município: LUCAS DO RIO VERDE

Finalidade da Certidão

Diversos

Certifico para que produza os efeitos legais que revendo os arquivos do Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, constatei a **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS**. No entanto, fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar os débitos apurados após a expedição da presente.

Válida Até: 28/05/2021

LUCAS DO RIO VERDE, 28 de Abril de 2021.

Código de Autenticidade: HLCQ2NNNSB

Consulte a autenticidade desta certidão em <http://lucasdoriorverde.famlex.com.br/fam-fax/servlet/hwpcnautcert>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26

Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA

Endereço: AV UNIVERSITARIA 500 W SL 02 / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO
VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2021 a 13/05/2021

Certificação Número: 2021041402432487724761

Informação obtida em 30/04/2021 17:16:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 37



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
 CNPJ: 37.796.567/0001-26
 Certidão nº: 10651816/2021
 Expedição: 25/03/2021, às 09:39:11
 Validade: 20/09/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.796.567/0001-26**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 39

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Maria Eduarda de O. Melatte

CPF: 2658618-5

DATA DE EMISSÃO: 27/03/2012

LOCAL: CUIABÁ-MT

TERMO: 237123

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA: 010752081-5

Diretora Metropolitana de 001

Identificação Técnica

AL: 010752081-5

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Maria Eduarda de O. Melatte

CPF: 2658618-5

DATA DE EMISSÃO: 27/03/2012

LOCAL: CUIABÁ-MT

TERMO: 237123

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA: 010752081-5

Diretora Metropolitana de 001

Identificação Técnica

AL: 010752081-5

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Marcos Antonio Ribeiro

CPF: 487.286.161-20

DATA DE EMISSÃO: 25/05/1974

LOCAL: CUIABÁ-MT

TERMO: 237123

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA: 010752081-5

Diretora Metropolitana de 001

Identificação Técnica

AL: 010752081-5

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Marcos Antonio Ribeiro

CPF: 487.286.161-20

DATA DE EMISSÃO: 25/05/1974

LOCAL: CUIABÁ-MT

TERMO: 237123

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA: 010752081-5

Diretora Metropolitana de 001

Identificação Técnica

AL: 010752081-5

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADÍSTICA E REGISTRO PÚBLICO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ANO DO MESES DE PAIS

Marcos Antonio Ribeiro

CPF: 487.286.161-20

DATA DE EMISSÃO: 25/05/1974

LOCAL: CUIABÁ-MT

TERMO: 237123

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA: 010752081-5

Diretora Metropolitana de 001

Identificação Técnica

AL: 010752081-5

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 40

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

0720713-1

DATA DE
EXPEDIÇÃO

18/06/98

NOME MARCOS ANTONIO RIBEIRO

FILIAÇÃO

JAIR ROMÃO RIBEIRO

DIVINA MARIA RIBEIRO

NATURALIDADE

DOM AQUINO-MT

DATA DE NASCIMENTO

25/05/1974

DOC ORIGEM C. NASC. LIV. 47 FLS. 128

TERM 8916 RONDONÓPOLIS-MT

CPF 487286161-20

Crescência Costa Leite

ASSINATURA

Identificação: 2VIA-043

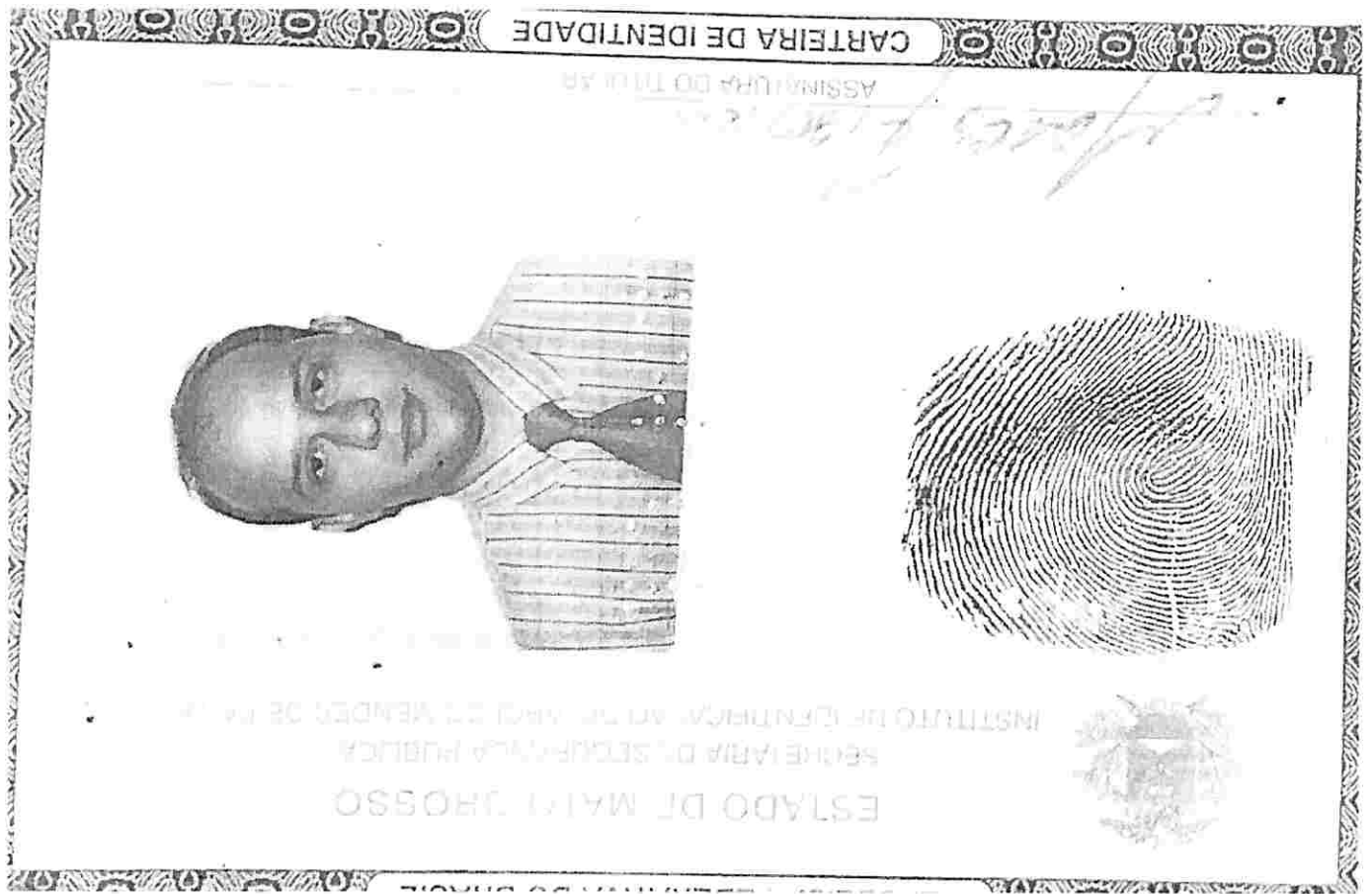
LEI Nº 7.146 DE 29/08/83

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 41



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26

Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA

Endereço: AV UNIVERSITARIA 500 W SL 02 / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO
VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2021 a 11/08/2021

Certificação Número: 2021041402432487724761

Informação obtida em 26/05/2021 16:37:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Petição (7450160)

SEI 35119-014243/2021-12 / pg. 42

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RADIO REGIONAL CENTRO NORT E LTDA - EPP

CNPJ: 02.023.195/0001-10


BALANÇO PATRIMONIAL

PERÍODO: 01/1/2020 A 31/12/2020

Saldo atual

ATIVO	1.763.122,61
ATIVO CIRCULANTE	1.323.886,75
DISPONIBILIDADES	138.992,43
CAIXA	54.056,62
BANCOS CONTA MOVIMENTO	42.382,27
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FAF	30.635,04
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS	11.918,50
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	1.184.894,32
CLIENTES NACIONAIS	404.680,53
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	713.386,16
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	42.109,97
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	420,18
MUTUOS A RECEBER	3.925,19
ESTOQUES	6.072,29
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	14.300,00
ALUGUEL ANTECIPADO A APROPRIAR	14.300,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	439.235,86
INVESTIMENTOS	1.867,51
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	1.867,51
IMOBILIZADO	441.317,43
BENS E DIREITOS EM USO	1.060.847,30
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(619.529,87)
ATIVO INTANGÍVEL	0,00
BENS DE NATUREZA INTANGÍVEL	1.600,00
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.600,00)
ATIVO DIFERIDO	(3.949,08)
DESPESAS PRE-OPERACIONAIS	361.070,68
AMORTIZ DE DESPESAS PRE-OPERACIONAIS	(365.019,76)

Davi Pare Agüero
Adminsitrador
CPF: 884.574.191-53


Contador: IVAIR NOGUEIRA
CRC/RS: 069109
CPF: 460.154.690-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 43

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA - EPP
CNPJ: 02.023.195/0001-10
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCICIO
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

19	RECEITAS	
27	RECEITAS OPERACIONAIS	1.266.279,13
35	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	1.266.279,13
94	RECEITAS COM SERVIÇOS	1.266.279,13
124	DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
167	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
183	PIS S/Vendas e Serviços	-8.419,30
191	COFINS S/Vendas e Serviços	-38.858,29
205	Contribuição Social S/Vendas e Serviços	-14.543,09
1775	RECEITA LÍQUIDA	1.204.458,45
1783	RESULTADO BRUTO	1.204.458,45
850	DESPESAS	1.223.486,68
868	DESPESAS OPERACIONAIS	1.211.239,35
876	DESPESAS TRABALHISTAS	263.858,19
965	ENCARGOS SOCIAIS	73.321,21
1023	DESPESAS GERAIS	874.059,95
1376	DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	7.361,78
1414	JUROS E DESCONTOS	268,72
1996	DESPESAS BANCÁRIAS	7.093,06
1457	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	4.885,55
1465	IMPOSTOS	4.781,42
1520	MULTAS	104,13
264	RECEITAS FINANCEIRAS	1.741,14
353	JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.741,14
1791	RESULTADO OPERACIONAL	-17.287,09
1805	RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	-17.287,09
1694	PROVISÕES P/IMPOSTOS S/LUCRO	-60.760,33
1740	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42
1759	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42

 Davi Pare Agüero
 Administador
 CPF: 884.574.191-53


 Contador: IVAIR NOGUEIRA
 CRC/RS: 069109
 CPF: 460.154.690-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 44

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA - EPP
CNPJ: 02.023.195/0001-10
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

19	RECEITAS	1.266.279,13
27	RECEITAS OPERACIONAIS	1.266.279,13
35	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	1.266.279,13
94	RECEITAS COM SERVIÇOS	
124	DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
167	IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	-61.820,68
183	PIS S/Vendas e Serviços	-8.419,30
191	COFINS S/Vendas e Serviços	-38.858,29
205	Contribuição Social S/Vendas e Serviços	-14.543,09
1775	RECEITA LÍQUIDA	1.204.458,45
1783	RESULTADO BRUTO	1.204.458,45
850	DESPESAS	1.223.486,68
868	DESPESAS OPERACIONAIS	1.211.239,35
876	DESPESAS TRABALHISTAS	263.858,19
965	ENCARGOS SOCIAIS	73.321,21
1023	DESPESAS GERAIS	874.059,95
1376	DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	7.361,78
1414	JUROS E DESCONTOS	268,72
1996	DESPESAS BANCÁRIAS	7.093,06
1457	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	4.885,55
1465	IMPOSTOS	4.781,42
1520	MULTAS	104,13
264	RECEITAS FINANCEIRAS	1.741,14
353	JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.741,14
1791	RESULTADO OPERACIONAL	-17.287,09
1805	RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	-17.287,09
1694	PROVISÕES P/IMPOSTOS S/LUCRO	-60.760,33
1740	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42
1759	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-78.047,42

Davi Pare Agüero
 Administador
 CPF: 884.574.191-53


 Contador: **IVAIR NOGUEIRA**
 CRC/RS: 069109
 CPF: 480.154.690-72



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 12 / pg. 45

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 51201235601	CNPJ 02.023.195/0001-10	
NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 23
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 61.8A.71.8D.65.B8.F2.96.8F.FD.A1.10.06.50.9C.66.4E.75.46.F8	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02023195000110	RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA:02023195000110	337092839616846820 3	13/08/2020 a 13/08/2021	Sim
Contabilista	46015469072	IVAIR NOGUEIRA:4601546907	201564374882114178 08	29/06/2018 a 29/06/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

61.8A.71.8D.65.B8.F2.96.8F.FD.A1.10.
06.50.9C.66.4E.75.46.F8-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/05/2021 às 21:54:00

A8.5E.C9.09.5F.67.99.76
4D.39.A0.1A.52.59.D8.D1

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.



Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei nº 12.472/2012.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

CNPJ: 02.541.328/0001-40

Av. Mato Grosso, 1912-S, Lucas do Rio Verde-MT
Bairro: Jardim das Palmeiras- CEP: 78455000 - Fone: (65) 3549-2787

CERTIDÃO Nº: 5915677

Willian Flugge Carvalho, Distribuidor(a) da COMARCA DE LUCAS DO RIO VERDE, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, etc.

Certifico, a requerimento da parte interessada, que consultando nosso banco de dados de processos distribuídos há **3 ANOS**, nos **processos EM ANDAMENTO**, em 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, referentes à ações **cíveis**, verifiquei **CONSTAR** ações em **DESAVOR** de **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA, CNPJ 02.023.195/0001-10**:

Processo: 1004673-03.2020.8.11.0045 (PJE)

Classe: Procedimento Comum Cível

Assuntos: Liminar , Locação de Imóvel

Comarca: Lucas do Rio Verde

Lotação: Primeira Vara Cível

Autores: FABINHO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME e outros.

Réu: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Valor da Causa: R\$ 720.000,00

Situação do Processo: Em Andamento

Data de Distribuição: 08/09/2020

Observações:

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.



m 11/05/2021, às 14:19h.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.com.br/5f0082a6-881e-4c09-b270-25a24096c0b7>

Petição (7450166)

SEI 53119.014243/2021-12 / pg. 47



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0032317112

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **26/05/2021** Hora da emissão: **15:45:36**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **24/06/2021**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TA9BTAL29UTTA2MU**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 48



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

AV. AMÉRICA DO SUL, 2500 S - LOT. PARQUE DOS BURITIS

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA Nº 4981/2021

CPF/CNPJ

02.023.195/0001-10

Nome/Razão Social ou Comercial

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA - ME

Residência ou Domicílio Tributário

Rua.....: **AV: DAS ACACIAS, 2205 W, , CEP - 78455-000**

Unidade:
[IMOUNIDADE]

Bairro.....: **PARQUE DAS EMAS**

Município: **LUCAS DO RIO VERDE**

Finalidade da Certidão

Diversos

Certifico para que produza os efeitos legais que revendo os arquivos do Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, constatei a **EXISTÊNCIA DE DÉBITOS A VENCER**, estando em dia com os pagamentos das parcelas, fica ressalvado o direito da fazenda pública municipal de inscrever e cobrar os débitos apurados após a expedição da presente.

Válida Até: 02/06/2021

LUCAS DO RIO VERDE, 3 de Maio de 2021.

Código de Autenticidade: BXNMNW6GCE

Consulte a autenticidade desta certidão em <http://lucasdorioverde.famlex.com.br/fam-lex/servlet/hwpcconsautcert>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 49

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:39:14 do dia 01/02/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/07/2021.

Código de controle da certidão: **BBFE.5401.9969.E851**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 50

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10

Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/04/2021 a 07/08/2021

Certificação Número: 2021041003013885959954

Informação obtida em 26/05/2021 16:40:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 51

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

BOA TARDE
ROBINSON DE OLIVEIRASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO »» Nada Consta menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:35:33 do dia 05/05/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/06/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

<https://sistemas.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

05/05/2021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 52

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.023.195/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/08/1997
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE EPP
-------------------------------------------------------	---------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV DAS ACACIAS	NÚMERO 2205	COMPLEMENTO W
-------------------------------------	-----------------------	-------------------------

CEP 78.455-000	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE	UF MT
--------------------------	-------------------------------------------	----------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO contabilidade@opparticipacoes.com.br	TELEFONE (65) 3549-5443/ (65) 3549-5139
--------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2005
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/05/2021** às **16:47:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1




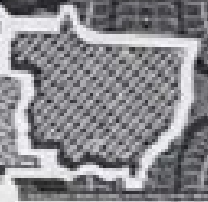
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Petição (7456166)

3E135119-074243/2021-12 / pg. 53

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

 **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO  **MT**


NOME
DAVI PARE AGUERO


DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1146612 SESP MS

CPF
884.574.191-53

DATA NASCIMENTO
21/07/1981

FILIAÇÃO
ALCIBIADES AGUERO
ELENA PARE AGUERO

PERMISSÃO


ACC



CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
00970659080

VALIDADE
05/01/2022


1ª HABILITAÇÃO
18/11/1999

OBSERVAÇÕES


ASSINATURA DO PORTADOR


LOCAL
LUCAS DO RIO VERDE , MT


DATA EMISSÃO
10/01/2017


Fernando Martin Lopes
Diretor de Habilitação - Detran/MT
ASSINATURA DO EMISSOR

69110151224
MT628474539

MATO GROSSO

DENATRAN  **CONTRAF**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 54

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 958 953 DATA DE EXPEDIÇÃO 22.05.92

NOME OLAVO JUNIOR PIVETTA

FILIAÇÃO Otaviano Olavo Pivetta Milena Fatima Brum

Sarandi-RS 12.09.80

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 1025, Liv. 05, Fls. 90

DGC ORIGEM Rondonia-RS

CPF

CUIABA-MT MARINA CASSEKIRA BASTOS ARRUOA

ASSINATURA DO DIRETOR 05 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDIO MENDES DE PAIVA

20

Assinatura do Titular Olavo J. Pivetta

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

Confere fielmente com o original apresentado. E dou fé. *****

Lucas do Rio Verde-MT, 09 de setembro de 2008

Paulo Henrique Felipetto Malta - Tabelião

Debora Cristina Moreira Malta - Escrev. Substituta

Andrea Beatriz Hasse - Escrev. Autorizada

Marcia Adriana Becker Machado - Escrev. Autorizada



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

912.490.661-15

OLAVO JUNIOR PIVETTA

12/09/1980

15 de NOVEMBRO de 1989

Cartão de uso pessoal e intransferível.

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

AGO/2004

BANCO DO BRASIL



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

Confere fielmente com o original apresentado. E dou fé. *****

Lucas do Rio Verde-MT, 09 de setembro de 2008

Paulo Henrique Felipetto Malta - Tabelião

Debora Cristina Moreira Malta - Escrev. Substituta

Andrea Beatriz Hasse - Escrev. Autorizada

Marcia Adriana Becker Machado - Escrev. Autorizada



Confere fielmente com a fotocópia apresentada. E dou fé. ***R\$1,80

Lucas do Rio Verde-MT, 03 de fevereiro de 2009

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário

ATOS DE NOTAS E REGISTROS

Selo de Autenticidade

AAD 17859

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

Confere fielmente com a fotocópia apresentada. E dou fé. ***R\$1,80

Lucas do Rio Verde-MT, 24/07/2009 Emol. R\$ 1,80

Paulo Henrique Felipetto Malta - Tabelião

Debora Cristina Moreira Malta - Escrev. Substituta

Marcia Adriana Becker Machado - Escrev. Autorizada

Selo de Autenticidade

AAU 03736



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
DETRAN - MT

095499746

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

DOC. IDENT. 12479330 MT C

NASCIMENTO 10/05/1959 VALIDADE 15/06/2004

AVE TOCANTINS
N. 88 CENTRO
LUCAS DO RIO VERDE MT 78455000

97/66/460

PROIBIDO PLASTIFICAR

4467/40/ST 5867/90/ST 6870/90/ST

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1247933-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/04/97

NOME OTAVIANO OLAVO PIVETTA

FILIAÇÃO TILIDIO JOSE PIVETTA
MARGARIDA GELMINA FACCHIN PIVETTA

NATURALIDADE CAICARA-RS DATA DE NASCIMENTO 10/05/1959

DOC. ORDEM NASC. LIV. A4 FLS. 145V
TERM 3451 CAICARA-RS

CPF 27 4627730-15

081

CIC

NASCIMENTO 10.05.59

INSCRIÇÃO NO CPF 274 627 730 15

CONTRIBUINTE

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

LUCAS DO RIO VERDE CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
RUA SANTA FÉ, 178 - CX. POSTAL 71 - CEP 78455-000 - LUCAS DO RIO VERDE - MT - TEL. (69) 549-1575

Confere fielmente com o original apresentado. E dou fé.*****

L. R. VERDE 11 de dezembro de 2003

Rosa Assako Nomoto Fujii - TABELIA

ARLETE ENGELSRECHT BORGES DE AGUIAR - ESCR. JURAMENTADA SUBSTITUTA

ROSIMARI TOZI DELLA LIBERA - ESCR. JURAM. SUBSTITUTA

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE LUCAS DO RIO VERDE

Confere fielmente com a fotocópia apresentada. E dou fé.*****

Lucas do Rio Verde-MT, 26 de outubro de 2007

RS 1,70



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/06/2024 | Edição: 107 | Seção: 1 | Página: 15

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.311, DE 23 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.010208/2022-20, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.023.195/0001-10, número de inscrição no FISTEL nº 50010415629, a partir de 21 de março de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-13-311-de-23-de-maio-de-2024-563755622

Portaria renovação_2023/2033 (P1566557)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 57

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I O U	F T E	V A L O R
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------------------

0999 RESERVA DE CONTINGENCIA

12.384.358

		OPERACOES ESPECIAIS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
--	--	---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO GUARABIRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 442, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à Rádio Guarabira FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE RÁDIO AM FRONTEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de junho de 2001, que outorga concessão à Sociedade Rádio AM Fronteira Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO PARDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CARACOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 6 de março de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE SÃO BENTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 52, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural e Desportiva de São Bento a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 374, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão FUNDAÇÃO CULTURAL DE JANAÚRA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Janaúra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de julho de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Janaúra para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Janaúra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ARARAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de março de 2002, que outorga concessão à Fundação Educativa Cultural de Araras para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO GILVAN COSTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 31 de janeiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 177/2002)



canal 272

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	021 01 2001
Página:	28 Seção: 1
ANOTADO POR:	Noticia

PORTARIA Nº 792 , DE 28 DE dezembro DE 2000.

OK
f

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53690.000135/98, Concorrência nº 015/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA

02.023.195/0001-10

Rua Amambai, 76 - Centro - Lucas do Rio Verde/MT - CEP.: 78.455-000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo - Ato de Outorga (11/5/1991)

SL733115.014249/2021-12 / pg. 59

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Todos

Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	
		02023195				(Todos)											
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	02023195000110	RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	50010415629	P	Comercial	FM	230	MT	Lucas do Rio Verde		272		102.3	B1		13
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	02023195000110	RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	50414181280	P	Comercial	FM	230	MT	Lucas do Rio Verde		278		103.5	B1	Principal	13

Id solicitação: 57dbac296ba95

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (65) 3549-5443	E-mail: contabilidade@opparticipacoes.com.br
CNPJ: 02.023.195/0001-10	Número do Fistel: 50010415629
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/03/2003	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 21/03/2033	
Observações: DNPV25/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 63.026, DE 09/01/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 11/01/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DAS ACÁCIAS	Complemento:	
Bairro: PARQUE DAS EMAS	Numero: 2205 W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO	Complemento: S - SALA 04	
Bairro: ALVORADA	Numero: 1196	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: S/N	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 272	Frequência: 102.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.4948kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/15/06/28 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/camara-leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Relatório Canal_Mosaico (11/571665)

SEI 55115.014249/2021-12 / pg. 62

Informações Gerais	
Número da Estação: 323688047	Número Indicativo: ZYT655
Data Último Licenciamento: 08/12/2023	Número da Licença: 53500.105485/2023-57

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 13° 04' 27.98" S	Longitude: 55° 56' 12.98" W	Cota da base: 410.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.95 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS KMP - CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM Anel 4 Elementos	Fabricante: Ideal Antenas Profissionais				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 2.49 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.53	5°: 0.35	10°: 0.17	15°: 0.06	20°: 0	25°: 0.02	30°: 0.08	35°: 0.16	40°: 0.26	45°: 0.36	50°: 0.44	55°: 0.49
60°: 0.53	65°: 0.59	70°: 0.63	75°: 0.64	80°: 0.63	85°: 0.58	90°: 0.53	95°: 0.52	100°: 0.53	105°: 0.53	110°: 0.53	115°: 0.53
120°: 0.53	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.53	160°: 0.53	165°: 0.52	170°: 0.53	175°: 0.58
180°: 0.63	185°: 0.64	190°: 0.63	195°: 0.62	200°: 0.63	205°: 0.67	210°: 0.72	215°: 0.76	220°: 0.81	225°: 0.86	230°: 0.91	235°: 0.95
240°: 1.01	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.26	260°: 1.31	265°: 1.36	270°: 1.41	275°: 1.47	280°: 1.51	285°: 1.52	290°: 1.51	295°: 1.52
300°: 1.51	305°: 1.47	310°: 1.41	315°: 1.37	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.01	340°: 0.91	345°: 0.81	350°: 0.72	355°: 0.64

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.49 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	792	Portaria	MC	28/12/2000	02/01/2001	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005	15/07/2005	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		28/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011	Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013	Multa	Jurídico
9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015	Multa	Jurídico
53500.045429/2017-16	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.015312/2018-81	258	Despacho	ER07	15/05/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53115.010208/2022-20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Dados da Entidade

CNPJ

02023195000110

Buscar

Clique [AQUI](#) para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Nome Fantasia

DDD

65

Telefone

3549-5443

Email para Contato

contabilidade@opparticipaces.com.br

Tipo Usuário

Integral

Tipo Orgão

Adm Privada

Responsável Técnico

CPF

Buscar

Nome Responsável

E-mail

Dados da Outorga

Serviço

FM

Carater

Primário

Fistel

50010415629

Pasta da Entidade

11675

Pasta da Outorga

11784

Validade da Radiofrequência

21/03/2033

Finalidade

Comercial

Ações do documento da Outorga



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anatel.gov.br/se/eapp/forms/b/fm.php?id=57dbac296ba95&wfid=b_radiodifusao_mc_adm&view=0&proc=view&state=FM-C4

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Endereço Correspondência

CEP

78455000

Buscar

Logradouro

AVENIDA MATO GROSSO

Número

1196

Complemento

S - SALA 04

Bairro

ALVORADA

UF

MT

Município

Lucas do Rio Verde

Endereço da Sede

Logradouro

AVENIDA DAS ACÁCIAS

Número

2205 W

Complemento

CEP

78455000

Bairro

PARQUE DAS EMAS

Município

Lucas do Rio Verde

UF

MT

Horário de funcionamento

	Dia início	Dia fim	Hora início	Hora fim

←

 Fechar





Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

323688047

Indicativo da Estação

ZYT655

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

17/01/2014

Data Último Licenciamento

13/05/2024

Número da Licença

53500.105485/2023-57

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005

Histórico de Documentos Emitidos

Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DO
649486da5			Ato	ORLE		28/07/20
	9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/20
	9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/20
	9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/20
	9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/20
	9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/20
	53500.045429/20	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/20
	53500.015312/20	258	Despacho	ER07	15/05/2018	
	53115.010208/20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/20

Fechar



Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Nº FISTEL: 50010415629

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02023195000110

Situação: Ativa

Data Validade: 21/03/2013

+ CADIN: Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

+ UF: MT

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	31/01/2003	R\$ 55.450,00	27/01/2003	55.450,00	55.450,00	0001  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2005	11/09/2005	R\$ 200,00	03/08/2005	200,00	200,00	0002  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
6530	0	2006	20/01/2006	R\$ 55.450,00	20/01/2006	55.450,00	55.450,00	0003  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	16/02/2014	R\$ 2.000,00	17/02/2014	2.000,00	2.000,00	0004  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2013	22/01/2014	R\$ 12.439,24	14/04/2014	15.245,53	15.245,53	0005  Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
5370	1	2014	21/06/2014	R\$ 8,85	20/06/2014	8,85	8,85	0006  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 660,00	20/04/2015	701,45	701,45	0007  Histórico do Lançamento		
					17/06/2015	9,95	9,95		Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 100,00	20/04/2015	106,28	106,28	0008  Histórico do Lançamento		
					17/06/2015	1,52	1,52		Quitado	0,00
1660	0	2015	29/04/2015	R\$ 8.359,17	13/01/2016	10.847,01	10.847,01	0009  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 660,00	30/03/2016	660,00	660,00	0010  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 100,00	30/03/2016	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0011										
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 660,00	06/03/2017	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0012										
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 100,00	06/03/2017	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0013										
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	06/03/2017	200,00	200,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0014										
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	26/03/2018	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0015										
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	26/03/2018	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0016										
8766 - TFI	1	2018	23/01/2019	R\$ 2.000,00	15/01/2019	2.000,00	2.000,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0017										
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	15/03/2019	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0018										
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	15/03/2019	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0019										
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	27/03/2020	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0022										
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	20/03/2020	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0023										
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	25/03/2021	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0024										
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	25/03/2021	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0025										
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 660,00	30/03/2022	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0026										
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 100,00	11/04/2022	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0027										
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	30/03/2023	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0028										
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	30/03/2023	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0029										









Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

ExtraoLancamentos_Sigec_Ceacnte (11371651)

5E195F13.014249/2021-12 / pg. 69

7242 - PPDUR	1	2023	22/07/2023	R\$ 280,70	11/07/2023	280,70	280,70	<div>0030</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	03/01/2024	R\$ 2.000,00	06/12/2023	2.000,00	2.000,00	<div>0031</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 660,00	10/04/2024	699,27	688,38	<div>0032</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 100,00	10/04/2024	105,95	104,30	<div>0033</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
9999	0	2024		0,00	10/04/2024	10,89	0,00	<div>0034</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Pago a Maior	0,00
9200	0	2024		0,00	10/04/2024	1,65	0,00	<div>0035</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Pago a Maior	0,00
Total devido em 10/06/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 10/06/2024 (em reais):										12,54



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interactivos



Menu Principal ▼

SIGEC » CONSULTAS GERAIS » Consultar **Códigos de Receita** > internet teia menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sisitemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodule=3761

https://nibolegautenticaudade-assinatura.cajalmar.leg.br/510008249-881e-4cc9-b270-25a24096c0b1

 $\frac{1}{2}$

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodule=3761

http://anatel.sistemasnet/sigec/Tabela/Receitas_Anatel/(11571686)-4cc9-b270-25a24096c0b7-SEI35119.014249/2021-12 / pg. 72



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:00:52



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20


Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:01:05





Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 10/06/2024

Hora: 16:01:41



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 10/06/2024 Hora: 16:02:10





Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 10/06/2024

Hora: 16:02:35



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5120064587-2	02.023.195/0001-10	10/07/1997	10/07/1997
Endereço Completo:			
AVENIDA UNIVERSITARIA 520W SALA 01 - BAIRRO PARQUE DAS EMAS CEP 78466-586 - LUCAS DO RIO VERDE/MT			
Objeto Social:			
EXECUCAO DE SERVICOS DE RADIO DIFUSAO			
Capital Social:	R\$ 80.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
OITENTA MIL REAIS		EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO
Capital Integralizado:	R\$ 80.000,00	(Lei Complementar nº123/06)	
OITENTA MIL REAIS			
Sócio(s)/Administrador(es)			
CPF/NIRE	Nome	Término Mandato	Participação
825.428.641-87	AUGUSTO BARROS DE MACEDO	xxxxxxx	R\$ xxxxxxx
912.490.661-15	OLAVO JUNIOR PIVETTA	xxxxxxx	R\$ 26.666,00
274.627.730-15	OTAVIANO OLAVO PIVETTA	xxxxxxx	R\$ 53.334,00
030.849.040-14	RODRIGO RUVIARO	xxxxxxx	R\$ xxxxxxx
Status: XXXXXXXX		Situação: ATIVA	
Último Arquivamento: 28/07/2023		Número: 2821987	
Ato	002 - ALTERACAO		
Evento(s)	2244 - ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)		
	2211 - ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO		
	2015 - ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL		
	2003 - ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO		
	2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		
	2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR		

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C240001273622 e visualize a certidão)



24/031.952-4



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire CNPJ

Endereço

NADA MAIS#

Cuiabá, 27 de Fevereiro de 2024 08:53


JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMAT (<http://www.jucemat.mt.gov.br/>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C240001273622 e visualize a certidão)



24/031.952-4

Página 2 de 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> 4249/2021-12 / pg. 79

Certidão Simplificada - Ocidente (11571765)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 79

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.023.195/0001-10 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 06/08/1997</div>
------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

NOME EMPRESARIAL
RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
AV UNIVERSITARIA

NÚMERO
520W

COMPLEMENTO
SALA 01

CEP
78.466-586

BAIRRO/DISTRITO
PARQUE DAS EMAS

MUNICÍPIO
LUCAS DO RIO VERDE

UF
MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO
NF@OPOSITIVOSA.COM.BR

TELEFONE
(65) 3365-0060

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
07/05/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/06/2024 às 15:25:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Arquivo _Certificadas_Cedente e Cessionária (11571691)

SEI50715.014249/2021-12 / pg. 80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:11:06 do dia 26/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/10/2024.

Código de controle da certidão: **C777.6A92.EB63.0E1E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0050031481

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **10/06/2024** Hora da emissão: **14:30:46**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **08/08/2024**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **T22AKUL2TBABB2T2**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA CNPJ: 02023195000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWBOMYPENBE9EYV1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br>

Lucas do Rio Verde (MT), 09 de Maio de 2024





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:34:59 do dia 10/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Annexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11/07/2021) - SLE 50715.014249/2021-12 / pg. 84

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

is anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/05/2024 a 21/06/2024

Certificação Número: 2024052320480621184291

Informação obtida em 10/06/2024 15:35:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Annexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11571691)

32153715.014249/2021-12 / pg. 86

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certidão nº: 40418791/2024

Expedição: 10/06/2024, às 15:36:29

Validade: 07/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.023.195/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Annexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11571691)

SEI50715.014249/2021-12 / pg. 87

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.796.567/0001-26 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/07/2020</div>
<div>NOME EMPRESARIAL BEMAR COMUNICACOES LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGRO FM</div>	<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV DAS ACACIAS</div>	<div>NÚMERO 2205 W</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 02</div>
<div>CEP 78.466-565</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS</div>	<div>MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE</div>
<div>UF MT</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR</div>		
<div>TELEFONE (65) 9983-9857</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/06/2024 às 15:37:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11571691)

SEI50715.014249/2021-12 / pg. 88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 37.796.567/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 02:37:21 do dia 05/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/11/2024.

Código de controle da certidão: **7184.638E.6E5C.D619**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0050031914

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **10/06/2024** Hora da emissão: **14:46:30**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**

CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **08/08/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **T22BTU22BBA7A2TL**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CNPJ: **37.796.567/0001-26**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:47:30 do dia 10/06/2024 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

ANEXO - Certidões - Cedente e Cessionária (11571691) / 15-014249/2021-12 / pg. 91

Imprimir

Voltar



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: AV UNIVERSITARIA 500 W SL 02 / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/06/2024 a 01/07/2024

Certificação Número: 2024060202175495712904

Informação obtida em 10/06/2024 15:48:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Annexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11571691)

3E150715.014249/2021-12 / pg. 93



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.796.567/0001-26
Certidão nº: 40424484/2024
Expedição: 10/06/2024, às 15:48:45
Validade: 07/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BEMAR COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.796.567/0001-26**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11571691)

SEI50715.014249/2021-12 / pg. 94

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10340/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À CEDENTE E À CESSIONÁRIA:

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, **preenchido em conjunto** pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado **das declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária**, de que:

a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 10340 (14/5/1923)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 95

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e

a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: a exigência se mostra necessária tendo em vista a alteração no quadro social da entidade cedente.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

II - RELATIVO À BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA:

a) Certidão simplificada ou documento equivalente, atualizada, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Obs.: o documento poderá ser **assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

Obs.1: Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser **assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa**, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.

Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> Nota Técnica 10340 (14/3/1923) SEI 53115-014243/2021-12 / pg. 96

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, na forma do art. 27, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 10/06/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11571925** e o código CRC **C268EBF5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11571925



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 10340 (11/5/1923)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 97

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20482/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

o (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbsistem.com.br.

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 10340/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 20482 (11312155)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 98

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 10/06/2024, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11572159** e o código CRC **AB82FB70**.

Anexos:

- Nota Técnica 10340 (11571925)
- Formulário (11572017)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11572159



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 20482 (11572159)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 99

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 20474/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbsistem.com.br

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 10340/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 20474 (11/5/2026)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 100

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 10/06/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11572026** e o código CRC **73ABB165**.

Anexos:

- Nota Técnica 10340 (11571925)
- Formulário (11572017)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11572026



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 20474 (11572026)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 101

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de</p>



DA CESSIONÁRIA	reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE	<p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada</u>:</p> <p>a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;</p> <p>b) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>nome da sócia da entidade</i>), de que:</p> <p>b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e</p> <p>b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</p> <p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Anônima</u>:</p> <p>a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;</p> <p>b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;</p> <p>c) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>sócia da entidade</i>), de que:</p>



c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I,



alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

10/06/2024 17:42:53

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbsistem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11571925.html

Oficio_11572159.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 37.796.567/0001-26

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

10/06/2024 17:45:39

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11571925.html

Oficio_11572026.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

10/06/2024 17:47:07

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11571925.html

Oficio_11572159.html

Oficio_11572026.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

323688047

Indicativo da Estação

ZYT655

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

17/01/2014

Data Último Licenciamento

13/05/2024

Número da Licença

53500.105485/2023-57

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005

Histórico de Documentos Emitidos

+	Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Dat
x	649486da5			Ato	ORLE		28/11/2023
x		9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/11/2005
x		9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011
x		9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013
x		9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/11/2014
x		9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015
x		53500.045429/20	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/11/2017
x		53500.015312/20	258	Despacho	ER07	15/05/2018	
x		53115.010208/20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/11/2024

← Fechar

➤ Enviar

➤ Validação





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11756/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos. Em resposta, sob o protocolo nº 53115.022881/2024-74, foram acostados documentos.

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA:

- a) Certidão simplificada ou documento equivalente, atualizada, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 11756 (11619306)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 116

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

jurídica;

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

Justificativa: documento acostado aos autos diz respeito à Rádio Regional Centro Norte Ltda.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: não apresentado.

Obs.: o documento poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

Obs.1: Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 05/07/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11619306** e o código CRC **63ADE3DC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11619306



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 11730 (11619306)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 117

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 23035/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br.

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11756/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 23035 (1161500)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 118

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 05/07/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11619600** e o código CRC **26201696**.

Anexos:

- Nota Técnica 11756 (11619306)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11619600



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Código 25095 (11619600)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 119

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 23036/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbsistem.com.br

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 11756/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 23036 (1161566)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 120

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 05/07/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11619606** e o código CRC **F544E31A**.

Anexos:

- Nota Técnica 11756 (11619306)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11619606



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 25096 (11619606)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 121

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

05/07/2024 12:38:38

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11619600.html

Nota_Tecnica_11619306.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

05/07/2024 12:40:52

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11619606.html

Nota_Tecnica_11619306.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

05/07/2024 12:42:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11619606.html

Nota_Tecnica_11619306.html

Oficio_11619600.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 27976/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbsistem.com.br.

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitere-se os termos do Ofício nº 23035/2024/MCOM, (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 11756/2024/SEI-MCOM (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 27976 (11803531)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 125

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 20/08/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11809931** e o código CRC **C112839A**.

Anexos:

- Nota Técnica 11756 (11619306)
- Ofício 23035 (11619600)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11809931



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 23035 (11619600)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 126

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 27977/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbsistem.com.br

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitere-se os termos do Ofício nº 23036/2024/MCOM (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 11756/2024/SEI-MCOM (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 27977 (11803935)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 127

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 20/08/2024, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11809933** e o código CRC **C6AC5E76**.

Anexos:

- Nota Técnica 11756 (11619306)
- Ofício 23036 (11619606)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11809933



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 23036 (11619606)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 128

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

20/08/2024 11:01:47

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbsistem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11809931.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 37.796.567/0001-26

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
Sem dados para exibir.		
10 ▾ 1 / 1		



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

20/08/2024 11:41:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11809933.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

20/08/2024 11:43:31

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11809931.html

Oficio_11809933.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

20/08/2024 15:57:06

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbsistem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. e BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11809933.html
Correspondencia_Eletronica_11810355.html
Nota_Tecnica_11619306.html
Oficio_11809931.html
Oficio_11809933.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MT

Município: Lucas do Rio Verde

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	Lucas do Rio Verde	21/03/2003	21/03/2013

Usuário: - Data: **10/05/2016** Hora: **17:47:45**Registro **1** até **1** de **1** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Relatório _validade outorga- (1/1840753)

SEI 55119:014249/2021-12 / pg. 135

10/05/2016 17:48

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

26/08/2024 15:44:48

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

"Riciele Milani" <riciele.milani@mcom.gov.br>

Assunto:

Processo n. 53115.014249/2021-12. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

RE: Processo n. 53115.014249/2021-12. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 26/08/2024 16:50

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc: Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 26 de agosto de 2024 15:44**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>**Assunto:** Processo n. 53115.014249/2021-12. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/inbox/id/AAQkADlzyWFiMGJILTNiZGfNDkwMS04NGE3LTE4NDIyZTQzZGY1OQAQALF%2F8nQG4%2B5AvNEq...](https://mail.office.com/mail/inbox/id/AAQkADlzyWFiMGJILTNiZGfNDkwMS04NGE3LTE4NDIyZTQzZGY1OQAQALF%2F8nQG4%2B5AvNEq...)

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:02:37





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 26/08/2024

Hora: 16:03:04





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:03:26





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:03:43





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 26/08/2024 Hora: 16:03:59



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº 53115.014249/2021-12

Data de protocolização do pedido: 27/05/2021

Entidade cedente: Rádio Regional Centro Norte Ltda.

C.N.P.J. Nº 02.023.195/0001-10

Entidade cessionária: Bemar Comunicações Ltda.

C.N.P.J. Nº 37.796.567/0001-26

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM

Fistel nº: 50010415629

Localidade: Lucas do Rio Verde

UF: MT

Situação da Outorga:

(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11566557
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.010208/2022-20

Período: 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, firmadas pelo representante legal da cessionária, de que:

a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);

a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);

a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);

a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);

a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);

a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);

a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).

OK

SEI 11616982

b) Licença de funcionamento

OK

SEI 11571675

c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)

OK

SEI 11571690

d) A pessoa jurídica optou pelo **parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão**

NÃO

SEI 11571681

e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio **se o serviço for executado em faixa de fronteira.**

NÃO SE APLICA

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS

SITUAÇÃO

PÁG.(S)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 Checklist 11571675 SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 143

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

	RELATIVOS À CEDENTE		
REGULARIDADE FISCAL	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11571851
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 2 SEI 11571851 Validade: 23.10.2024
		OK	Estadual: 3 SEI 11571851 Validade: 08.08.2024
		OK	Municipal: 4 SEI 11571851 Validade: 08.06.2024 (Lucas do Rio Verde/MT)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	5/6 SEI 11571851 Validade: 10.07.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11571851 Validade: 23.10.2024
		OK	FGTS: 7 SEI 11571851 Validade: 21.06.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	8 SEI 11571851 Validade: 07.12.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
HABILITAÇÃO JURÍDICA	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11817380 emitida em 21.08.2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11817382
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	27 SEI 9856658 Validade: 17.05.2022
	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	9 SEI 11571851
		OK	Federal: 10 SEI 11571851 Validade: 01.11.2024
		OK	Estadual: 11 SEI 11571851 Validade: 08.08.2024
		OK	Municipal: 29 SEI 9856658 Validade: 25.05.2022 (Lucas do Rio Verde/MT)
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 144

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REGULARIDADE FISCAL	RELATIVOS À CESSIONÁRIA		
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	12/13 SEI 11571851 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 10 SEI 11571851 Validade: 01.11.2024
		OK	FGTS: 14 SEI 11571851 Validade: 01.07.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	15 SEI 11571851 Validade: 07.12.2024

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Marcos Antônio Ribeiro CPF: 487.286.161-20	OK	40/41 SEI 7496180
	Maria Eduarda de Oliveira Melatte CPF: 010.752.081-81	OK	39 SEI 7496180

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 / pg. 145

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

CNPJ:

NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÕES

- Relativo à Cedente:
certidão simplificada 2024: SEI 11571705
certidão simplificada 2024: SEI 11616983

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11571875** e o código CRC **8C274C82**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

SEI nº 11571875



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 146

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 14970/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (14970/2024)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 147

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pela repartição competente em 21 de junho de 2024 e em 21 de agosto de 2024 (SEI 11616982; SEI 11616983 e SEI 11817380). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (Págs. 3/4 - SEI 11616982).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria n. 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002 (SEI 11571651). A outorga encontra-se vencida desde 2013 (SEI 11840753). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM n. 13.311, de 23 de maio de 2024, publicada no dia 6 de junho de 2024, no bojo do processo n. 53115.010208/2022-20, que tratou da renovação da outorga para o período de 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033 (SEI 11566557).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 17 de janeiro de 2014; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11571675).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11571875). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (11840728)

SEI 53115.010208/2021-12 / pg. 149

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11571875).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a *execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus serviços afins e correlatos, auxiliares e anciliares sempre com finalidades educativas e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão, autorização e serviços de telecomunicações, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor e a prestação de serviços on line, assim entendidos os serviços de publicidade, veiculação de propagandas e comerciais, anúncios e outros relacionados a prestação de serviços na rede mundial de computadores word wide web ou internet por meio de site especializado e personalizado telecomunicação por satélite, portais, provedores de conteúdo e outros serviço de informação na internet e reprodução de vídeo em qualquer suporte* (SEI 11817380).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 21 de agosto de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11817380):



NOME	COTAS	VALOR - R\$
Marcos Antônio Ribeiro	2.000	2.000,00
Maria Eduarda de Oliveira Melatte	8.000	8.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Marcos Antônio Ribeiro	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e os sócios e administrador não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 26 de agosto de 2024 (SEI 11840793), a saber:

Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11840793).

19. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11571875).



Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (11840793)

SEI 33115-014249/2021-12 / pg. 151

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

21. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11840716). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11840719):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681).

23. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 20474/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11571925 e SEI 11572026). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11840732).**

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 11840732) e de Exposição de Motivos (SEI 11840734), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

- em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete**



do **Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 16 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subsequentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840728** e o código CRC **4CAEE3C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11840728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (11840728)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 153

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 14970/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º , resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 02.023.195/0001-10, por meio Portaria n.º 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Bemar Comunicações Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (11646732)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 154

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840732** e o código CRC **FEB5C16B**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11840732



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Minuta_Fortuna_Transferencia Direta (11840732)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 155

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na nº 14970/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Inta_Exposição de Motivos Transferência Direta (11640734)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 156

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840734** e o código CRC **194EEEE4**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11840734



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://pfoleg-autenticidade/assinatura/camara-leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

luta_Exposição de Motivos Transferência Direta (11840734)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 157

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº14970 /2024/SEI-MCOM (11840728)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM (11840728), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/10/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11903234** e o código CRC **E044A1AA**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11903234



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício Interno 55538 (11903234)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 158

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **transferência direta de titularidade de outorga para a exploração de serviço radiodifusão sonora em frequência modulada** na localidade de **Lucas do Rio Verde/MT**, vinculado ao FISTEL nº 50010415629 entre as entidades **RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.** (CNPJ nº 02.023.195/0001-10), na qualidade de cedente, e **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.** (CNPJ nº 37.796.567/0001-26), na qualidade de cessionária.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (**SEI-11616982**).

3. N a **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI- 11840728)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

21. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11840716). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11840719):

'que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.'

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681).

23. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 159

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

acompanhou o Ofício nº 20474/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11571925 e SEI 11572026). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11840732).

2 4 . Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963."

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-11840732)** e de **Exposição de Motivos (SEI-11840734)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

11. É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

12. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 53115.014249/2021-12 / pg. 160



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

14. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

15. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

17. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

18. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

19. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

20. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 [III](#), caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

21. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 161

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

- b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:
1. certidão de nascimento ou casamento;
 2. certificado de reservista;
 3. cédula de identidade;
 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
 5. carteira profissional;
 6. carteira de trabalho e previdência social; ou
 7. passaporte;
- d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
- f) prova de inscrição no CNPJ;
- g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
- i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- k) declaração de que:
1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

22. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

23. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

24. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

25. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11616982). Nesse ato, a cedente foi representada por **AUGUSTO BARROS DE MACEDO**, enquanto a cessionária foi representada por **MARCOS ANTONIO RIBEIRO**.

26. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11571705 e SEI-11616983-**cedente** e SEI-17380-**cessionária**), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na ação^[4].

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7 53115.014249/2021-12 / pg. 162



27. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

28. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

"10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 17 de janeiro de 2014; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11571675)."

29. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

30. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua **NOTA TÉCNICA**, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma **NOTA TÉCNICA**:

"8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria n. 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002 (SEI 11571651). A outorga encontra-se vencida desde 2013 (SEI 11840753). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM n. 13.311, de 23 de maio de 2024, publicada no dia 6 de junho de 2024, no bojo do processo n. 53115.010208/2022-20, que tratou da renovação da outorga para o período de 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033 (SEI 11566557).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação."

31. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (**SEI-11571851, fls. 9**) e da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11817380**), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

32. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na citada **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

"18. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11840793).

19. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11571875)."

33. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (**SEI-7496180, fls. 40-41**) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11817380**) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

34. Em sua **NOTA TÉCNICA**, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

35. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua **NOTA TÉCNICA** que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a exigências:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 163

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

III.3. - Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 1)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 2) Validade: 23.10.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 3) Validade: 08.08.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 4) Validade: 08.06.2024
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 5-6) Validade: 10.07.2024
(VI) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido INSS (SEI 11571851, fls. 2) Validade: 23.10.2024 FGTS (SEI 11571851, fls. 7) Validade: 21.06.2024
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 8) Validade: 07.12.2024

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11817380)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 7496180, fls. 40-41)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11817382)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 27) Validade: 17.05.2022
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 27) Validade: 17.05.2022



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 164

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 9)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 10) Validade: 01.11.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 11) Validade: 08.08.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 29) Validade: 25.05.2022 (Lucas do Rio Verde/MT)
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 12-13)
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido INSS (SEI 11571851, 10) Validade: 01.11.2024 FGTS (SEI 11571851, fls. 14) Validade: 01.07.2024
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 15) Validade: 07.12.2024
(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.	Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11616982)

36. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

37. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da supracitada **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
"22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou

pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681)."

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

38. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-11840732**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

39. A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-11840734**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

IV - CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 36 deste Parecer.

41. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

42. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

43. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

Notas

1. [^] Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
2. [^] Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
3. [^] A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
4. [^] Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

À consideração superior.

Brasília, 29 de outubro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 166

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1737081621 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-10-2024 15:08. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

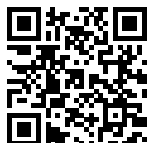
ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que foi outorgada à entidade Rádio Regional Centro Norte Ltda (cedente) para a entidade Bemar Comunicações Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no item 36, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda tropical, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1740588990 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-10-2024 14:45. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 168

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIOCOMUNICAÇÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

1. Aprovo o PARECER n. 653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1740819312 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-10-2024 17:19. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

53115.014249/2021-12 / pg. 169

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.014249/2021-12**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 04/11/2024, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11970944** e o código CRC **E46D5FA0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11970944



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.014249/2021-12

Referência: Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Interessado: Rádio Regional Centro Norte Ltda e da Bemar Comunicações Ltda.

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conj. Devolução dos autos.

À CGPO,

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847), e providências cabíveis.

Brasília, 04 de novembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 04/11/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11973876** e o código CRC **7267630F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11973876



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.023.195/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/08/1997
NOME EMPRESARIAL RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV UNIVERSITARIA	NÚMERO 520W	COMPLEMENTO SALA 01
CEP 78.466-586	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO NF@OPOSITIVOSA.COM.BR	TELEFONE (65) 3365-0060	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/11/2024** às **11:55:10** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11988058)

SEI 55115.014249/2021-12 / pg. 172



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
CNPJ: 02.023.195/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:58:54 do dia 03/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2025.

Código de controle da certidão: **9B76.0C8A.B1DD.8C96**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0053705211

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **12/11/2024** Hora da emissão: **13:14:12**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **10/01/2025**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TMATTU92TA29T2UB**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadederassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo _Certidões_Cedente e Cessionária (198058)

Página 1 de 1

SEI 5315.014249/2021-12 / pg. 174

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:24:56 do dia 12/11/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/12/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11588058) - SLP53715.014249/2021-12 / pg. 175

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/11/2024 a 09/12/2024

Certificação Número: 2024111003210621184292

Informação obtida em 12/11/2024 14:25:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacr/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11566058)

SLF5315.014249/2021-12 / pg. 177



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.796.567/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/07/2020
NOME EMPRESARIAL BEMAR COMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGRO FM		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DAS ACACIAS	NÚMERO 2205 W	COMPLEMENTO SALA 02
CEP 78.466-565	BAIRRO/DISTRITO PARQUE DAS EMAS	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR	TELEFONE (65) 9983-9857	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/07/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/11/2024** às **14:26:08** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (1988058)

SLF53115.014249/2021-12 / pg. 178



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 37.796.567/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:06:03 do dia 25/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2025.

Código de controle da certidão: **48A7.ECF6.AFFC.FFC0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0053705545

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **12/11/2024** Hora da emissão: **13:28:00**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **10/01/2025**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TMA9BU22UA2U22UK**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



CNPJ: **37.796.567/0001-26**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:28:42 do dia 12/11/2024 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo _Certidões_Cedente e Cessionária (11588058)

SER 53715.014249/2021-12 / pg. 181

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: - AV DAS ACACIAS - / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78466-565

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/11/2024 a 01/12/2024

Certificação Número: 2024110202505495712908

Informação obtida em 12/11/2024 14:29:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacr/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11566058)

SLF5315.014249/2021-12 / pg. 183



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 12/11/2024 Hora: 14:32:26





Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:32:44
------------	------------------	----------------





Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Marcos Antônio Ribeiro

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:33:11
------------	------------------	----------------





Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:33:35
------------	------------------	----------------





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Maria Eduarda de Oliveira Melatte

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -	Data: 12/11/2024	Hora: 14:34:00
------------	------------------	----------------





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 19392/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.

2. Através da Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11840728; SEI 11903234 e SEI 11970847).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverá ser encaminhado o seguinte documento:

I - RELATIVO À RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA E À BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da sociedade;

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja o, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do ato de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 19392 (14986518)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 189

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 10 (dez) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 12/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988516** e o código CRC **34FDE933**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988516



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 36676/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbsistem.com.br.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 19392/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- a) Acessar a página do SEI-MCom: https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- b) Após realização do *login*, escolher o tipo de solicitação "Petição Inter corrente";
- c) Inserir o número do processo no qual deseja complementar informações e anexar os documentos necessários;
- d) Conferir os dados e concluir o petição inter corrente.

3. Caso não possua cadastro, é possível solicitá-lo por meio do link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-usuario-externo-no-sei-do-ministerio-das-comunicacoes>, seguindo as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom>. Salienta-se que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de petição eletrônico no MCom.



Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 36676 (11988886)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 191

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 12/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988568** e o código CRC **B1452210**.

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988568



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 30676 (11988568)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 192

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 36677/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 19392/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- a) Acessar a página do SEI-MCom: https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- b) Após realização do login, escolher o tipo de solicitação "Petitionamento Intercorrente";
- c) Inserir o número do processo no qual deseja complementar informações e anexar os documentos necessários;
- d) Conferir os dados e concluir o petitionamento intercorrente.

3. Caso não possua cadastro, é possível solicitá-lo por meio do link <https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-usuario-externo-no-sei-do-ministerio-das-comunicacoes>, seguindo as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom>. Salienta-se que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de petitionamento eletrônico no MCom.



Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 36677 (1936550)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 193

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 12/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988580** e o código CRC **60C12FA5**.

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988580



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 30677 (11988580)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 194

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

12/11/2024 15:33:02

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_11988568.html



Data de Envio:

12/11/2024 15:34:08

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL. c

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_11988580.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

12/11/2024 15:35:09

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_11988568.html

Oficio_11988580.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**

CNPJ: **02.023.195/0001-10**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:36:54 do dia 11/12/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/01/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/11/2024 a 28/12/2024

Certificação Número: 2024112904210621184200

Informação obtida em 11/12/2024 15:38:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certidão nº: 85640616/2024

Expedição: 11/12/2024, às 15:37:43

Validade: 09/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.023.195/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo Certidões_Cedente e Cessionária (12/12/2016)

SEI 55175.014249/2021-12 / pg. 201

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: - AV DAS ACACIAS - / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78466-565

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/12/2024 a 08/01/2025

Certificação Número: 2024121003585495712992

Informação obtida em 11/12/2024 15:39:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.023.195/0001-10

Certidão nº: 85641040/2024

Expedição: 11/12/2024, às 15:39:19

Validade: 09/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.023.195/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Anexo Certidões_Cedente e Cessionária (12122116)

SEI 55175.014249/2021-12 / pg. 203

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 39642/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da
RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10)
Avenida das Acácias, nº 2205 - W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Reitere-se os termos do Ofício nº 36676/2024/MCOM (cópia anexa) que encaminhou cópia da Nota Técnica nº 19392/2024/SEI-MCOM (cópia anexa), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em [https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/;](https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/)
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 39642 (12122066)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 204

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 11/12/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12122068** e o código CRC **00A02CDA**.

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Ofício 36676 (11988568)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12122068



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 36676 (12122068)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 205

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 39643/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26)
Avenida Universitária, nº 500 W, Parque das Emas
CEP: 78.455 - 000 - Lucas do Rio Verde/MT
Endereço eletrônico: robinson@dbssystem.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 19392/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 10 (dez) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 39643 (12/12/2024)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 206

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 11/12/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12122079** e o código CRC **7B4BD0D5**.

Anexos:

- Nota Técnica 19392 (11988516)
- Ofício 36677 (11988580)
- Parecer n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11970847)

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12122079



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 36677 (12122079)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 207

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Data de Envio:

11/12/2024 16:00:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122068.html



Data de Envio:

11/12/2024 16:01:31

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122079.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

11/12/2024 16:02:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

robinson@dbssystem.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.014249/2021-12

INTERESSADA: BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122079.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Data de Envio:

11/12/2024 16:03:37

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, foi encaminhada notificação à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. (C.N.P.J Nº 02.023.195/0001-10) e à BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 37.796.567/0001-26), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11988516.html

Oficio_12122068.html

Oficio_12122079.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Lucas do Rio Verde MT 12 dezembro 2024

Da: Rádio Regional Centro Norte Ltda.

Para: Ilmo. Sr. Secretário de Comunicação Social Eletrônica
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

Assunto: Exigência (atende)

Referência: Processo 53.115 - 014249/2021 12
Ofício 39.642/2024/MCOM
Nota Técnica 19.392/2024/SEI MCOM

Prezado Senhor

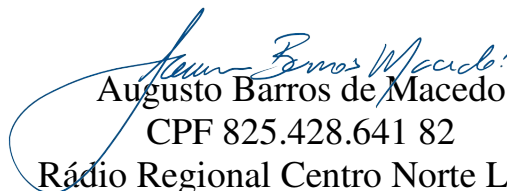
Quanto ao processo acima, onde recebemos os ofícios e nota da referência, temos o seguinte a anexar:

- Prova de regularidade junto a fazenda municipal da Rádio Regional Centro Norte Ltda. e da BEMAR Comunicações Ltda, referente a sede de cada empresa.

Assim solicitamos o prosseguimento da solicitação.

Nestes Termos

Pede Deferimento


Augusto Barros de Macedo
CPF 825.428.641 82
Rádio Regional Centro Norte Ltda.

AUGUSTO BARROS DE
MACEDO:82542864187

Assinado de forma digital por AUGUSTO
BARROS DE MACEDO:82542864187
Dados: 2024.12.17 09:09:00 -04'00'

Correspondência
robinson@dbsistem.com.br
Rua Bruno Filgueira 1688
80730-380 Curitiba Pr



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Info: Ofício de Protocolo de Documentos - Junta (12169276) - SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 212

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA CNPJ: 02023195000110

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWXJRVLP6B8GUXA1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br>

Lucas do Rio Verde (MT), 17 de Dezembro de 2024





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

BEMAR COMUNICACOES LTDA CNPJ: 37796567000126

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWRKQSDCTFWI2HY1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br>

Lucas do Rio Verde (MT), 17 de Dezembro de 2024



Usuário Externo (signatário): AUGUSTO B D MACEDO
Data e Horário: 08/01/2025 17:19:44
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.014249/2021-12
Interessados:
 DAVI PARE AGUERO

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício Ofício de Protocolo de Documentos -Junta	12168276
- Certidão Certidao JUnta Comercial	12168277
- Certidão Certidao Junta Comercial Bemar	12168278

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0054544219

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **09/01/2025** Hora da emissão: **10:32:05**

Nome/denominação do sujeito passivo: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**
CNPJ: **02.023.195/0001-10**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.179.732-8 - RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **09/03/2025**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TUBATUU272B922B9**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadederassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**

CNPJ: **02.023.195/0001-10**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:34:48 do dia 09/01/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.023.195/0001-10
Razão Social: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Endereço: AV RIO GRANDE DO SUL 145 S / CENTRO / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78455-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/01/2025 a 04/02/2025

Certificação Número: 2025010604530621184230

Informação obtida em 09/01/2025 11:35:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0054544254

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **09/01/2025** Hora da emissão: **10:33:36**

Nome/denominação do sujeito passivo: **BEMAR COMUNICACOES LTDA**
CNPJ: **37.796.567/0001-26**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **09/03/2025**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TUBAUUL2B2B9A2BA**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.796.567/0001-26
Razão Social: BEMAR COMUNICACOES LTDA
Endereço: - AV DAS ACACIAS - / PARQUE DAS EMAS / LUCAS DO RIO VERDE / MT / 78466-565

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/12/2024 a 27/01/2025

Certificação Número: 2024122903205495712966

Informação obtida em 09/01/2025 11:36:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedesignatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 09/01/2025 Hora: 11:39:38



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Consulta Siacco - Cessionaria (12105566)

SEI 55119:014249/2021-12 / pg. 222

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - **Data:** 09/01/2025 **Hora:** 11:39:54



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Marcos Antônio Ribeiro

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: **09/01/2025** Hora: **11:40:14**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - **Data:** 09/01/2025 **Hora:** 11:42:13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infotec.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Maria Eduarda de Oliveira Melatte

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: **09/01/2025** Hora: **11:42:36**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL**

Processo nº 53115.014249/2021-12

Data de protocolização do pedido: 27/05/2021

Entidade cedente: Rádio Regional Centro Norte Ltda.

C.N.P.J. Nº 02.023.195/0001-10

Entidade cessionária: Bemar Comunicações Ltda.

C.N.P.J. Nº 37.796.567/0001-26

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM

Fistel nº: 50010415629

Localidade: Lucas do Rio Verde

UF: MT

Situação da Outorga:

(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11566557
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.010208/2022-20

Período: 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, firmadas pelo representante legal da cessionária, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SEI 11616982
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11571675
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11988059
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11571681

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
------------	----------	---------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Checklist 11988059 - SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 227

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

REGULARIDADE FISCAL	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11988058
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 2 SEI 11988058 Validade: 01.04.2025
		OK	Estadual: 1 SEI 12169536 Validade: 09.03.2025
		OK	Municipal: SEI 12168277 Validade: 16.01.2025
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	2/3 SEI 12169536 Validade: 08.02.2025
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11988058 Validade: 01.04.2025
		OK	FGTS: 4 SEI 12169536 Validade: 04.02.2025
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	4 SEI 12122116 Validade: 09.06.2025

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
HABILITAÇÃO JURÍDICA	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11817380 emitida em 21.08.2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11817382
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	27 SEI 9856658
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	7 SEI 11988058
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 8 SEI 11988058 Validade: 23.04.2025
		OK	Estadual: 5 SEI 12169536 Validade: 09.03.2025
		OK	Municipal: SEI 12168278 Validade: 16.01.2025
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	10/11 SEI 11988058 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 8 SEI 11988058 Validade: 23.04.2025
		OK	FGTS: 6 SEI 12169536 Validade: 27.01.2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4c09-b270-25a24096c0b7> / pg. 228

5f0082a6-881e-4c09-b270-25a24096c0b7

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	6 SEI 12122116 Validade: 09.06.2025
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-------------------------------------------

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de:	Marcos Antônio Ribeiro CPF: 487.286.161-20	OK	40/41 SEI 7496180
i) certidão de nascimento ou casamento;	Maria Eduarda de Oliveira Melatte CPF: 010.752.081-81	OK	39 SEI 7496180
ii) certificado de reservista;			
iii) cédula de identidade;			
iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos;			
v) carteira profissional;			
vi) carteira de trabalho e previdência social; ou			
vii) passaporte;			

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 229

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- Relativo à Cedente:
certidão simplificada 2024: SEI 11571705
certidão simplificada 2024: SEI 11616983

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11988060** e o código CRC **9C0C9E12**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11988060



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7> / pg. 230

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 338/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. Através da Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11840728; SEI 11903234 e SEI 11970847).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminhou os Ofícios nº 36676/2024/MCOM, nº 36677/2024/MCOM, nº 39642/2024/MCOM e nº 39643/2024/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 19392/2024/SEI-MCOM, por meio dos quais as partes interessadas foram notificadas para apresentar àquelas certidões em que não foi possível obter de ofício (SEI 11988516; SEI 11988568; SEI 11988580; SEI 12122068 e SEI 12122079).
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11970847):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 338 (12165679)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 231

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

[...]

36. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

IV - CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 36 deste Parecer.

DESPACHO n. 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.

[...]

3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no item 36, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 11988060).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI 11840728), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 12169578) e de Exposição de Motivos (SEI 12169581), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 338 (12169578)

SEI 33115-014249/2021-12 / pg. 232

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169575** e o código CRC **21A5E4F5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12169575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-b270-25a24096c0b7>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica n.º 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 02.023.195/0001-10, por meio Portaria n.º 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Bemar Comunicações Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Minuta _ Portaria _ Transferência Direta (P2169376)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 234

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169578** e o código CRC **160F132A**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12169578



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Minuta_Pontaria_Transferencia Direta (12169578)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 235

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a Bemar Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Minuta_Exposição de Motivos_Transferência Direta (12189381) - SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 236

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169581** e o código CRC **D932AA24**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12169581



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

ata _Exposição de Motivos_ Transfereência Direta (12169581)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 237

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 15971, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à **RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA.** advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/02/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12176561** e o código CRC **5795F31B**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12176561



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadefassinaturas.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Portaria 15971 Transferência Direta (12176561)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 238

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 14 de janeiro de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 13/02/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12176565** e o código CRC **7DEB9028**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12176565



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Exposição de Motivos nº 45 Transferência Direta (12176565)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 239

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 59020/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 15971/2025 (12176561) e a Exposição de Motivos nº 43/2025 (12176565)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 338/2025 (12169575), encaminho a Portaria nº 15971/2025 (12176561) e a Exposição de Motivos nº 43/2025 (12176565), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 06/02/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12176569** e o código CRC **F98B01A3**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12176569



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício Interno 59020 (12176569)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 240

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 13/02/2025 16:33:35
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10863496
Data prevista de publicação: 14/02/2025
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
22387792	PORTARIA MCOM NA 15897.rtf	64369790ead28489 ffb80b327f17f263	38,00	R\$ 1.478,96
22387793	PORTARIA MCOM NA 15898.rtf	a426d57c160ab57b a3b49102cad2f4b7	33,00	R\$ 1.284,36
22387794	PORTARIA MCOM NA 15971.rtf	5ff85c68f271ffd7 d8c69500c71e6a8d	11,00	R\$ 428,12
22387795	PORTARIA MCOM NA 15977.rtf	107f2f6cf9a28f65 309b2713b6146c2d	10,00	R\$ 389,20
22387796	PORTARIA MCOM NA 15978.rtf	c7187fbd15c11ee8 e2e2da514a9cab2a	11,00	R\$ 428,12
22387797	PORTARIA MCOM NA 15983.rtf	255a33181a557093 d34fcbba186e333d	11,00	R\$ 428,12
22387798	PORTARIA MCOM NA 15989.rtf	a2f17af3ddb2dcc6 0a2632aa5878f177	11,00	R\$ 428,12
22387799	PORTARIA MCOM NA 15990.rtf	aaff14f632278666 f919090694014ced	11,00	R\$ 428,12
22387800	PORTARIA MCOM NA 16189.rtf	9cc25d04172aba7f ff806730a98c45ce	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			146,00	R\$ 5.682,32



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Comprovante Portaria nº 13571 (12272328)

3E153115:014249/2021-12 / pg. 241

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/02/2025 | Edição: 32 | Seção: 1 | Página: 12
Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.971, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac296ba95

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (65) 3549-5443	E-mail: contabilidade@opparticipacoes.com.br
CNPJ: 02.023.195/0001-10	Número do Fistel: 50010415629
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/03/2003	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 21/03/2033	
Observações: DNPV25/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 63.026, DE 09/01/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 11/01/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DAS ACÁCIAS	Complemento:	
Bairro: PARQUE DAS EMAS	Numero: 2205 W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO	Complemento: S - SALA 04	
Bairro: ALVORADA	Numero: 1196	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: S/N	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 272	Frequência: 102.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.4948kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



25/11/2023 11:02:32 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Relatório Mosaico Cedente (12276142)

SEI 55115.014249/2021-12 / pg. 243

Informações Gerais	
Número da Estação: 323688047	Número Indicativo: ZYT655
Data Último Licenciamento: 08/12/2023	Número da Licença: 53500.105485/2023-57

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 13° 04' 27.98" S	Longitude: 55° 56' 12.98" W	Cota da base: 410.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.95 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS KMP - CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM Anel 4 Elementos			Fabricante: Ideal Antenas Profissionais		
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 2.49 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.53	5°: 0.35	10°: 0.17	15°: 0.06	20°: 0	25°: 0.02	30°: 0.08	35°: 0.16	40°: 0.26	45°: 0.36	50°: 0.44	55°: 0.49
60°: 0.53	65°: 0.59	70°: 0.63	75°: 0.64	80°: 0.63	85°: 0.58	90°: 0.53	95°: 0.52	100°: 0.53	105°: 0.53	110°: 0.53	115°: 0.53
120°: 0.53	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.53	160°: 0.53	165°: 0.52	170°: 0.53	175°: 0.58
180°: 0.63	185°: 0.64	190°: 0.63	195°: 0.62	200°: 0.63	205°: 0.67	210°: 0.72	215°: 0.76	220°: 0.81	225°: 0.86	230°: 0.91	235°: 0.95
240°: 1.01	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.26	260°: 1.31	265°: 1.36	270°: 1.41	275°: 1.47	280°: 1.51	285°: 1.52	290°: 1.51	295°: 1.52
300°: 1.51	305°: 1.47	310°: 1.41	315°: 1.37	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.01	340°: 0.91	345°: 0.81	350°: 0.72	355°: 0.64

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			
Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	
Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.49 kW		
RDS							
Código PI:							
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	792	Portaria	MC	28/12/2000	02/01/2001	Outorga	1
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005	15/07/2005	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		28/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011	Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013	Multa	Jurídico
9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015	Multa	Jurídico
53500.045429/2017-16	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.015312/2018-81	258	Despacho	ER07	15/05/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53115.010208/2022-20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico
53115014249202112	15971	Portaria	MC	14/01/2025	14/02/2025	Transferência Direta	Jurídico
Horário de funcionamento							



Id solicitação: 57dbac296ba95

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: BEMAR COMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: AGRO FM	
Telefone: (65) 9983-9857	E-mail: MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR
CNPJ: 37.796.567/0001-26	Número do Fistel: 50010415629
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 21/03/2003	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 21/03/2033	
Observações: DNPV25/91;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 63.026, DE 09/01/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 11/01/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida das Acácias	Complemento: Sala 02	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205 W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78466565

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA MATO GROSSO	Complemento: S - SALA 04	
Bairro: ALVORADA	Numero: 1196	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: S/N	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. das Acácias	Complemento:	
Bairro: Parque das Emas	Numero: 2205W	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT	CEP: 78455000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Lucas do Rio Verde	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 272	Frequência: 102.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 2.4948kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/09/2023 15:02:32 Eletronicamente, após conferência com original.

https://infotelecom.br/validarassinatura/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Relatório Mosaico Cessionária (12280642)

3E1-55415:014249/2021-12 / pg. 246

Informações Gerais	
Número da Estação: 323688047	Número Indicativo: ZYT655
Data Último Licenciamento: 08/12/2023	Número da Licença: 53500.105485/2023-57

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 13° 04' 27.98" S	Longitude: 55° 56' 12.98" W	Cota da base: 410.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.95 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS KMP - CABOS ESPECIAIS		
Comprimento da Linha: 80 m	Atenuação: 1.1 dB/100m	Perdas Acessórias: 1 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM Anel 4 Elementos			Fabricante: Ideal Antenas Profissionais		
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 2.49 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.53	5°: 0.35	10°: 0.17	15°: 0.06	20°: 0	25°: 0.02	30°: 0.08	35°: 0.16	40°: 0.26	45°: 0.36	50°: 0.44	55°: 0.49
60°: 0.53	65°: 0.59	70°: 0.63	75°: 0.64	80°: 0.63	85°: 0.58	90°: 0.53	95°: 0.52	100°: 0.53	105°: 0.53	110°: 0.53	115°: 0.53
120°: 0.53	125°: 0.53	130°: 0.53	135°: 0.53	140°: 0.53	145°: 0.53	150°: 0.53	155°: 0.53	160°: 0.53	165°: 0.52	170°: 0.53	175°: 0.58
180°: 0.63	185°: 0.64	190°: 0.63	195°: 0.62	200°: 0.63	205°: 0.67	210°: 0.72	215°: 0.76	220°: 0.81	225°: 0.86	230°: 0.91	235°: 0.95
240°: 1.01	245°: 1.1	250°: 1.2	255°: 1.26	260°: 1.31	265°: 1.36	270°: 1.41	275°: 1.47	280°: 1.51	285°: 1.52	290°: 1.51	295°: 1.52
300°: 1.51	305°: 1.47	310°: 1.41	315°: 1.37	320°: 1.31	325°: 1.22	330°: 1.11	335°: 1.01	340°: 0.91	345°: 0.81	350°: 0.72	355°: 0.64

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.49 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
536900001351998	374	Decreto Legislativo	CN	04/12/2002	05/12/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	314	Portaria	SSCE	12/07/2005	15/07/2005	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		28/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
536900001351998	792	Portaria	MC	28/12/2000	02/01/2001	Outorga	Jurídico
9999	51861	Ato	CMPRL	29/07/2005	02/08/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	55	Portaria	SSCE	14/03/2011	24/03/2011	Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1370	Portaria	MC	13/12/2013	16/12/2013	Multa	Jurídico
9999	5444	Ato	ER07	23/05/2014	02/06/2014	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	3905	Portaria	MC	20/03/2015	26/03/2015	Multa	Jurídico
53500.045429/2017-16	853	Ato	ORLE	13/02/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.015312/2018-81	258	Despacho	ER07	15/05/2018		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53115.010208/2022-20	13311	Portaria	MC	23/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico
531150142492021-12	15971	Portaria	MC	14/01/2025	14/02/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento	



Ação:

Entidade (Alteração)

CNPJ:	37.796.567/0001-26
Razão Social:	BEMAR COMUNICACOES LTDA
Nome Fantasia:	AGRO FM
Tipo Sociedade:	<input type="text" value="Limitada"/>
Natureza Sociedade:	<input type="text" value="Empresa Privada"/>
Atividade Econômica:	>> Informe a atividade econômica << ▾
Grupo Econômico:	>> Informe o grupo econômico << ▾

Endereço Sede

Endereço:	Avenida das Acácias		
Número/Complemento:	2205 W Sala 02		
Bairro:	Parque das Emas	CEP:	78.466-565
Cidade:	Lucas do Rio Verde	UF:	MT
Telefone:	(65)9983-9857	Fax:	(65)9983-9857
E-Mail:	MARCOS.RIBEIRO@AGROFM.COM.BR		
Endereço/Telefone Sede - SRD			

Endereço Correspondência

Endereço:	<input type="text"/>		
Bairro:	<input type="text"/>	CEP:	<input type="text"/>
Cidade:	<input type="text"/>	UF:	>> Informe a UF << ▾
Telefone:	<input type="text"/>	Fax:	<input type="text"/>
E-Mail:	<input type="text"/>		

Endereço Correspondência

Endereço:	<input type="text"/>		
Bairro:	<input type="text"/>	CEP:	<input type="text"/>
Cidade:	<input type="text"/>	UF:	<input type="text"/>

Capital Social

Valor:	<input type="text" value="10.000,00"/>	Moeda:	<input type="text" value="R\$ - REAL"/>
---------------	----------------------------------------	---------------	-----------------------------------------





Sociedade Anônima

Qtd. Ações Ordinárias:	<input type="text"/>	Qtd. Ações Preferenciais:	<input type="text"/>
-------------------------------	----------------------	----------------------------------	----------------------

Sociedade Limitada

Qtd. Cotas:	<input type="text" value="10.000"/>	Valor de uma Cota:	<input type="text" value="1,00"/>
--------------------	-------------------------------------	---------------------------	-----------------------------------

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas	EDITAR	DESVINCULAR
010.752.081-81	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE	8.000	8.000,00		
487.286.161-20	MARCOS ANTONIO RIBEIRO	2.000	2.000,00		

 Vincular Sócio

Conselho

 Vincular Conselheiro



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

CNPJ / CPF

487.286.161-20

NOME

MARCOS ANTONIO RIBEIRO

Cargo

ADMINISTRADOR

EDITAR



DESVINCULAR



Vincular Diretor

Procurador



Vincular Procurador

Representante



Vincular Representante

☐ Recadastrado pela portaria Nº. 447

Voltar

Confirmar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 60064/2025/MCOM

Brasília, 17 de fevereiro de 2025

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (12176565)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 338/2025 (12169575), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 43/2025 (12176565), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 17/02/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12281295** e o código CRC **A5702D4D**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12281295



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício Interno 60064 (12281295)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 251

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada em 14/02/2025, que transfere a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Exposição de Motivos EM nº 00044 (12293854)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 252

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 6651/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.014249/2021-12.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 20/02/2025, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12294339** e o código CRC **C36A17E0**.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12294339



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Ofício 6651 (12294339)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 253

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

EM nº 00044/2025 MCOM

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada em 14/02/2025, que transfere a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **transferência direta de titularidade de outorga para a exploração de serviço radiodifusão sonora em frequência modulada** na localidade de **Lucas do Rio Verde/MT**, vinculado ao FISTEL nº 50010415629 entre as entidades **RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA**. (CNPJ nº 02.023.195/0001-10), na qualidade de cedente, e **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**. (CNPJ nº 37.796.567/0001-26), na qualidade de cessionária.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (**SEI-11616982**).

3. N a **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI- 11840728)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"20. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

21. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11840716). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11840719):

'que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.'

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681).

23. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

acompanhou o Ofício nº 20474/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11571925 e SEI 11572026). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11840732).

2 4 . Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963."

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-11840732)** e de **Exposição de Motivos (SEI-11840734)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

11. É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

12. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).



Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

14. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

15. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

17. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

18. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

19. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

20. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 [\[1\]](#), caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

21. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

- d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

- b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:
1. certidão de nascimento ou casamento;
 2. certificado de reservista;
 3. cédula de identidade;
 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
 5. carteira profissional;
 6. carteira de trabalho e previdência social; ou
 7. passaporte;
- d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
- f) prova de inscrição no CNPJ;
- g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
- i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- k) declaração de que:
1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

22. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

23. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

24. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

25. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11616982). Nesse ato, a cedente foi representada por **AUGUSTO BARROS DE MACEDO**, enquanto a cessionária foi representada por **MARCOS ANTONIO RIBEIRO**.

26. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11571705 e SEI-11616983-cessionária e SEI-11616982-cessionária), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na ação^[4].



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

27. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

28. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

"10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 17 de janeiro de 2014; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11571675)."

29. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

30. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua **NOTA TÉCNICA**, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma **NOTA TÉCNICA**:

"8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria n. 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002 (SEI 11571651). A outorga encontra-se vencida desde 2013 (SEI 11840753). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM n. 13.311, de 23 de maio de 2024, publicada no dia 6 de junho de 2024, no bojo do processo n. 53115.010208/2022-20, que tratou da renovação da outorga para o período de 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033 (SEI 11566557).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação."

31. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (**SEI-11571851, fls. 9**) e da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11817380**), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

32. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na citada **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

"18. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11840793).

19. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11571875)."

33. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (**SEI-7496180, fls. 40-41**) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11817380**) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

34. Em sua **NOTA TÉCNICA**, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

35. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua **NOTA TÉCNICA** que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a exigências:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

III.3. - Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 1)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 2) Validade: 23.10.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 3) Validade: 08.08.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 4) Validade: 08.06.2024
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 5-6) Validade: 10.07.2024
(VI) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido INSS (SEI 11571851, fls. 2) Validade: 23.10.2024 FGTS (SEI 11571851, fls. 7) Validade: 21.06.2024
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 8) Validade: 07.12.2024

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11817380)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 7496180, fls. 40-41)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11817382)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 27) Validade: 17.05.2022
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 27) Validade: 17.05.2022
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 9)



(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 10) Validade: 01.11.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 11) Validade: 08.08.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 9856658, fls. 29) Validade: 25.05.2022 (Lucas do Rio Verde/MT)
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 12-13)
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido INSS (SEI 11571851, 10) Validade: 01.11.2024 FGTS (SEI 11571851, fls. 14) Validade: 01.07.2024
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11571851, fls. 15) Validade: 07.12.2024
(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.	Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11616982)

36. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

37. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da supracitada **NOTA TÉCNICA nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI-11840728)**:

“22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681)."

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

38. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-11840732**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

39. A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-11840734**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

IV - CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 36 deste Parecer.

41. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

42. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

43. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

Notas

1. [^] Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
2. [^] Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
3. [^] A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
4. [^] Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

À consideração superior.

Brasília, 29 de outubro de 2024.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1737081621 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 29-10-2024 15:08. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que foi outorgada à entidade Rádio Regional Centro Norte Ltda (cedente) para a entidade Bemar Comunicações Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no item 36, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em onda tropical, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1740588990 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-10-2024 14:45. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.014249/2021-12

INTERESSADOS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: **RÁDIODIFUSÃO. RÁDIO COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA.**

1. Aprovo o PARECER n. 653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 31 de outubro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115014249202112 e da chave de acesso 5905c90b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1740819312 e chave de acesso 5905c90b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-10-2024 17:19. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/02/2025 | Edição: 32 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.971, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 338/2025/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 14970/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (149840728)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 1

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pela repartição competente em 21 de junho de 2024 e em 21 de agosto de 2024 (SEI 11616982; SEI 11616983 e SEI 11817380). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (Págs. 3/4 - SEI 11616982).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria n. 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo n. 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002 (SEI 11571651). A outorga encontra-se vencida desde 2013 (SEI 11840753). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM n. 13.311, de 23 de maio de 2024, publicada no dia 6 de junho de 2024, no bojo do processo n. 53115.010208/2022-20, que tratou da renovação da outorga para o período de 21 de março de 2023 a 21 de março de 2033 (SEI 11566557).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 17 de janeiro de 2014; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11571675).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11571875). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (11840728)

SEI 53115.010208/2021-12 / pg. 3

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11571875).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a *execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus serviços afins e correlatos, auxiliares e anciliares sempre com finalidades educativas e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão, autorização e serviços de telecomunicações, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor e a prestação de serviços on line, assim entendidos os serviços de publicidade, veiculação de propagandas e comerciais, anúncios e outros relacionados a prestação de serviços na rede mundial de computadores word wide web ou internet por meio de site especializado e personalizado telecomunicação por satélite, portais, provedores de conteúdo e outros serviço de informação na internet e reprodução de vídeo em qualquer suporte* (SEI 11817380).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 21 de agosto de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11817380):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14370 (14340728)

SEI 33115-014249/2021-12 / pg. 4

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Marcos Antônio Ribeiro	2.000	2.000,00
Maria Eduarda de Oliveira Melatte	8.000	8.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Marcos Antônio Ribeiro	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária e os sócios e administrador não fazem parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 26 de agosto de 2024 (SEI 11840793), a saber:

Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	37.796.567/0001-26
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	487.286.161-20
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARCOS ANTONIO RIBEIRO
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	010.752.081-81
Não foi encontrado dados com essa informação	

Consulta Composição da Entidade...	
Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11840793).

19. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11571875).



Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7/2021-12 / pg. 5

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

21. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11840716). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11840719):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Regional Centro Norte Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Lucas do Rio Verde/MT, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11571686). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11571681).

23. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 10340/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 20474/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11571925 e SEI 11572026). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11840732).**

24. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

25. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

26. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 11840732) e de Exposição de Motivos (SEI 11840734), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

- em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14370 (11840728)

SEI 33115-014249/2021-12 / pg. 6

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

do **Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

27. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 16 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subsequentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 01/10/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 01/10/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/10/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11840728** e o código CRC **4CAEE3C3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 11840728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 14970 (11840728)

SEI 53115.014249/2021-12 / pg. 7

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 338/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.014249/2021-12.

INTERESSADAS: RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA (CEDENTE) E BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Regional Centro Norte Ltda** e da **Bemar Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 e CNPJ nº 37.796.567/0001-26, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde/MT.
2. Através da Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55538/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11840728; SEI 11903234 e SEI 11970847).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminhou os Ofícios nº 36676/2024/MCOM, nº 36677/2024/MCOM, nº 39642/2024/MCOM e nº 39643/2024/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 19392/2024/SEI-MCOM, por meio dos quais as partes interessadas foram notificadas para apresentar àquelas certidões em que não foi possível obter de ofício (SEI 11988516; SEI 11988568; SEI 11988580; SEI 12122068 e SEI 12122079).
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11970847):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

[...]

36. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

IV - CONCLUSÃO

40. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 36 deste Parecer.

DESPACHO n. 01821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, Advogada da União.

[...]

3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no item 36, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 01830/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1821/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 11988060).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM (SEI 11840728), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 12169578) e de Exposição de Motivos (SEI 12169581), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

Nota Técnica 330 (12169578)

SEI 33115.014249/2021-12 / pg. 2

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 13/01/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169575** e o código CRC **21A5E4F5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

Documento nº 12169575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 24 de fevereiro de 2025.

Ao Protocolo da SAJ, SAG, CGINF, SE/CC,

Assunto: **Transfere a permissão outorgada à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA., inscrita no CNPJ nº 02.023.195/0001-10 por meio Portaria nº 792, de 28 de dezembro de 2000, publicada em 2 de janeiro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 374, de 2002, publicado no dia 5 de dezembro de 2002, para a BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.796.567/0001-26, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50010415629, no município de Lucas do Rio Verde, estado do Mato Grosso.**

1. Encaminho a EXM 44 2025 MCOM, para análise e providências.

BRENO BAJO DUTRA

Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra**, **Divisão de Publicação de Atos Oficiais**, em 24/02/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6456402** e o código CRC **07962CED** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

SEI nº 6456402



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Gestão Interna

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 44/2025 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as unidades competentes pelas análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

AMANDA ELER GOUVEA
Assistente SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Eler Gouvea, Assistente**, em 24/02/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6456473** e o código CRC **56E9EB25** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 297/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.014249/2021-12.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00044/2025 MCOM, de 20 de Fevereiro de 2025, do Ministério das Comunicações

ASSUNTO: Transferência da outorga comercial de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Lucas do Rio Verde/MT.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00044/2025 MCOM (6455458), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.014249/2021-12, acompanhado da [PORTARIA MCOM Nº 15.971, DE 14 DE JANEIRO DE 2025](#) que transfere a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda. - Cedente, inscrita no CNPJ sob o nº 02.023.195/0001-10, para a empresa Bemar Comunicações LTDA - Cessionária, inscrita no CNPJ sob o nº 37.796.567/0001-26, com o uso do canal 272, frequência 102.3 MHz, Fistel nº 50010415629, sem direito à exclusividade, no município de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, de acordo com o disposto na alínea "c" do art. 38 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo. A prévia anuência do Poder Público se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795, de 1963. Conforme o art. 93 do referido decreto, a transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes no decreto, sendo observado os prazos e condições estabelecidas originalmente na outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00653/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 29/10/2024 (6455419), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de transferência direta da outorga.
 - Nota Técnica nº 14970/2024/SEI-MCOM, de 02/10/2024 (6456381), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga, nos termos do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1962, e dos arts. 93 e 94 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Transferência de Outorga Comercial, de 10/01/2025 (6455443), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 37.796.567/0001-26
NOME EMPRESARIAL: BEMAR COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: MARCOS ANTONIO RIBEIRO
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA MELATTE
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/04/2025 às 15:19 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de transferência direta de outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 09/07/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 09/07/2025, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 09/07/2025, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6555920** e o código CRC **226807DF** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.014249/2021-12

SEI nº 6555920

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.014249/2021-12

Nota SAJ - Radiodifusão nº 587 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA
Assunto:	Serviço de radiodifusão sonora. Transferência de outorga, de rádio comercial em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, comunicando a transferência, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.
Processo nº:	53115.014249/2021-12

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.014249/2021-12, cuja proposta é a solicitação de autorização para transferência de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), de **RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA** para **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**.
- Assim, o processo diz respeito à transferência direta de outorga, cujo procedimento encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores. No caso concreto, a entidade **RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA** (adente), inscrita no CNPJ sob nº 02.023.195/0001-10, requer autorização para efetuar a transferência direta da outorga de rádio FM, na localidade de LUCAS DO RIO VERDE/MT, à **BEMAR COMUNICAÇÕES LTDA**. (cessionária), inscrita no CNPJ sob nº 37.796.567/0001-26.
- É importante observar que, em que pese a outorga se encontrar vencida, o Ministério das Comunicações - MCOM aponta a existência de processo administrativo relativo ao pedido de renovação de outorga (Processo nº 53115.010208/2022-20), para o período 2023/2033.
- O § 5º do art. 222 da Constituição Federal prevê que as alterações de controle societário de empresas de radiodifusão deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.
- O MCOM analisou os documentos que instruem o processo, tendo atestado a regularidade do procedimento, por suas Notas Técnicas. A Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil – SAG/CC/PR manifestou-se favoravelmente à autorização para transferência da outorga.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República o ato do Ministro das Comunicações **que autoriza a transferência de outorga** de exploração do Serviço de Radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM). A *transferência direta* da outorga se dá quando a concessão ou permissão é transferida, de uma pessoa jurídica para outra.



Conforme o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR), é permitida a o comercial dos serviços de radiodifusão desde que não haja prejuízo ao interesse nacional e à finalidade educativa e Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

cultural desses. O mesmo RSR indica a obrigação de as outorgadas solicitarem prévia autorização do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão, de uma pessoa jurídica para outra (art. 28, item 10 do Decreto nº 52.795/1963).

8. Ademais, os dispositivos legais apontam que a transferência de outorga só poderá ser autorizada após decorrido o prazo de 5 anos da data de expedição da outorga (vide art. 91 do Decreto 52.795/1963). Neste aspecto, nota-se o pleno cumprimento deste requisito.

9. Ao tratar de transferência de outorga, torna-se necessário levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorgada. Neste aspecto, a área técnica do MCOM aponta que tal levantamento foi realizado, certificando a inexistência de Processos instaurados para apurar eventuais irregularidades, que venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

10. Da mesma forma, o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963 indica a documentação que a nova outorgada deve apresentar, com o objetivo de verificar se há continuidade da habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica para manutenção da outorga. A área técnica e a Consultoria Jurídica do MCOM indicaram ter realizado tal análise, entendendo cumpridos os requisitos de documentação.

11. Outro ponto pertinente diz respeito aos limites de propriedade de empresas de radiodifusão, trazidos pela Lei nº 236/1967, bem como pelo art. 14 § 3º do Decreto nº 52.795/1963. Mais uma vez, a análise do MCOM atesta que tais limites se mantêm devidamente cumpridos, mesmo após a transferência.

12. Assim, de acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações afirmam que o procedimento legal para a transferência da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de transferência de outorga, com fundamento no art. 90, I do Decreto nº 52.795/1963.

13. Observa-se que a outorga transferida continuará observando os prazos e condições originalmente estabelecidas. É importante alertar que, no caso concreto, a outorga atual encontra-se vencida. Todavia, já há processo administrativo de renovação da outorga (Processo nº 53115.010208/2022-20), para o período 2023/2033. Assim, a execução do serviço está sendo mantido em caráter precário. Neste sentido, o art. 4º da Lei nº 13.424/2017, bem como o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, indicam claramente que a anuência do Poder Público para a transferência da outorga, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, pode ser deferida, desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga no âmbito do MCOM, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga esteja sendo transferida.

14. Sobre o tema, a área técnica do Ministério aponta que o referido pedido de renovação já foi devidamente apreciado pelo MCOM, sendo que a decisão já foi consubstanciada na Portaria nº 13.311/2024, publicada no DOU de 06/06/20248, inexistindo fator que impeça a transferência.

15. Por fim, observa-se o mandamento pelo qual as alterações societárias de empresas, outorgadas a prestar serviços de radiodifusão sonora, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.

III - CONCLUSÃO

16. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.014249/2021-12, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional comunicando a alteração societária, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal de 1988.

MARIA HELENA ROCHA MARTINS

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Rocha Martins, Estagiário(a)**, em 04/07/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 09/07/2025, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 09/07/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 10/07/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6800687** e o código CRC **AC9FC4F8** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 898, de 9 de julho de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2025, que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para a BEMAR Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 10/07/2025, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 10/07/2025, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6832257** e o código CRC **A25296E8** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.014249/2021-12

SEI nº 6832257

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2025, que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para a BEMAR Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7

MENSAGEM Nº 898

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2025, que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para a BEMAR Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Brasília, 9 de julho de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>



5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1056/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15.971, de 14 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2025, que transfere a permissão outorgada à Rádio Regional Centro Norte Ltda. para a BEMAR Comunicações Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 10/07/2025, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6834239** e o código CRC **9B01257F** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.014249/2021-12

SEI nº 6834239

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7>

5f0082a6-881e-4cc9-b270-25a24096c0b7